



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS - PPGR



**AS MULHERES AGRICULTORAS NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA
E NA COMERCIALIZAÇÃO EM FEIRAS NO SUDOESTE PARANAENSE**

INES CLAUDETE BURG

Florianópolis, julho de 2005.

FICHA CATALOGRÁFICA

BURG, Inês Claudete. As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense. Florianópolis, 2005. 131p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Emílio Lovato
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José Reis
Defesa: 29/07/2005

Palavras-chave: relações de gênero, mulheres, feiras, agroecologia e agricultura familiar.

TERMO DE APROVAÇÃO

Inês Claudete Burg

AS MULHERES AGRICULTORAS NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E NA COMERCIALIZAÇÃO EM FEIRAS NO SUDOESTE PARANAENSE

Dissertação aprovada em 29/7/2005, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Emilio Lovato
CCA/UFSC

Prof^a. Dra. Maria José Reis
CFH/UFSC

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wilson Schmidt
CCA/UFSC

Prof^a. Dra Karen Folador Karam
CCA/UFSC

Prof^a. Dra. Maria José Reis
CFH/UFSC

Prof^a. Dra. Maria José Hoetzel
CCA/UFSC

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador do PGA

Florianópolis, 29 de julho de 2005.

INES CLAUDETE BURG

**AS MULHERES AGRICULTORAS NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA
E NA COMERCIALIZAÇÃO EM FEIRAS NO SUDOESTE PARANAENSE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador:
Prof. Dr. Paulo Emilio Lovato

Co – Orientadora:
Prof^{ca}. Dr^a. Maria José Reis

Florianópolis, julho de 2005.

Para Luana e Guilherme,
pela compreensão, paciência e cuidado
demonstrados nos momentos mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Emilio Lovato por ter aceitado o desafio da orientação num tema que exigiu coragem e sensibilidade para a percepção da relevância deste estudo para a sociedade.

À minha co-orientadora Prof. Dra. Maria José Reis pela paciência em compartilhar conhecimentos.

À CAPES pela bolsa de estudos, porque sem ela teria se tornado difícil a concretização do mestrado.

À ASSESOAR e à Rede Ecovida de Agroecologia e as pessoas que dão vida a elas, pela oportunidade de convívio que possibilitou meu crescimento pessoal, numa constante troca e aprendizado.

À minha mãe, mulher que com sua sabedoria e sua silenciosa resistência cotidiana me ensinou pelo exemplo, a ter “fibra” e possibilitou que eu crescesse sabendo que “somos o que queremos ser”.

A todas as mulheres agricultoras com as quais convivi e aprendi, muitas vezes sentindo impotência perante as suas incertezas e medos. Às mulheres entrevistadas pela confiança e coragem em se expor.

Ao Paulo H. Mayer pelo incentivo e por acreditar que seria possível.

À Cecilia Ghedine e à Janete Fabro pela coragem e ousadia em pautar o tema gênero e pela contribuição nesta pesquisa.

Às amigas e aos amigos pela sua presença em todos os momentos.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	1
RESUMO	2
ABSTRACT	3
INTRODUÇÃO.....	4
CAPÍTULO I	13
A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E OS REFERENCIAIS TEÓRICOS.....	13
1 A construção das conceituações sobre gênero.....	14
2 Os espaços público e privado e a questão do poder	18
3 A controvérsia: a identificação das mulheres com a ecologia.....	24
3.1 Os ecofeminismos espiritualistas	25
3.2 Os ecofeminismos construtivistas	26
4 Os movimentos de mulheres agricultoras na perspectiva de gênero.....	28
5 Relações de trabalho e gênero na agricultura familiar	30
5.1 Gênero definindo a divisão sexual do trabalho na Agricultura Familiar.....	33
5.2 As conseqüências da visão idílica sobre o rural e a família na vida das mulheres.....	40
CAPÍTULO II	44
AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE	44
1 A reprodução social e econômica da agricultura familiar	44
2 Das correntes de agricultura alternativa à agroecologia.....	48
2.1 A conceituação de agroecologia.....	48
3. A sustentabilidade social e ambiental na agroecologia	57
CAPÍTULO III	61
O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO: ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS.....	61
1 A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR).....	64
2 As mulheres e seus espaços nas feiras agroecológicas do sudoeste paranaense	75
2.1. A construção das feiras agroecológicas pela ASSESOAR.....	76
2.2 A construção dos princípios orientadores das feiras	80
2.3 As feiras agroecológicas e a biodiversidade.....	82
2.4 Feiras ecológicas: além da oferta de alimentos	83
CAPÍTULO IV	85
1. A importância das feiras para as mulheres e para a construção da agroecologia.....	91
1.1 O difícil começo	97
1.2 Quem vai à feira	101
1.3 Recursos para quem e para que	105
1.4 As questões relacionadas ao crédito e a formação	107
1.5 A (re) divisão do trabalho e o processo decisório, depois das feiras.....	111
“Ele que decide, mas sempre pede nossa opinião” (agricultora, 40 anos).	117
1.6 Mulheres mal faladas/controla social	118
1.7 O que mudou	120
1.8 Sobre a possibilidade de se afastar da feira	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	125
7 Referências	133

LISTA DE SIGLAS

ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

CANGO - Colônia Agrícola Nacional General Osório

CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Ltda

CRESOL - Cooperativo de Crédito Rural com Interação Solidária

ECAs - Escola Comunitária de Agricultores

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO - Organização para Alimentação e Agricultura

GETSOP - Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JAC - Juventude Agrária Católica

MMA - Movimento das Mulheres Agricultoras

MMC - Movimento das Mulheres Camponesas

MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST - Movimento dos Sem Terra

ONG - Organização Não-Governamental

PVR - Projeto Vida na Roça

SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

RESUMO

BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense.** 2005. 131f. Dissertação (mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Esta pesquisa aborda a relevância do trabalho das mulheres na construção da sustentabilidade e na reprodução da agricultura familiar com base agroecológica, bem como as oportunidades de visibilização das mulheres agricultoras a partir da agroecologia. As entrevistas foram realizadas com agricultoras familiares ligadas à feiras agroecológicas, e também foram utilizadas informações baseadas na vivência da pesquisadora e em documentos da ASSESOAR, uma ONG com trabalho em agroecologia e relações de gênero na região sudoeste do Paraná. Percebe-se que na agricultura familiar o trabalho desvalorizado econômica e socialmente é ainda destinado predominantemente às mulheres, do qual este segmento depende para sua reprodução. As mulheres além de trabalharem exaustivamente - nos espaços da produção e da reprodução - articulam a distribuição de tarefas na unidade familiar. Na análise das entrevistas fica evidente a visibilidade conquistada pelas mulheres com as feiras agroecológicas, e a insatisfação delas com a sobrecarga de trabalho a que estão submetidas. A construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado na agroecologia, requer, além de mudanças na base tecnológica, um conjunto de mudanças sociais e políticas no meio rural brasileiro que contemple a igualdade entre homens e mulheres no acesso aos recursos produtivos, à educação, à formação profissional e ao lazer, e garantam a cidadania - em especial às mulheres - assim como mudanças nas relações de gênero. A agroecologia pode contribuir com essas mudanças, pois tem objetivos sociais e participativos e é construída a partir do conhecimento tradicional sobre manejos de agroecossistemas com observação e experimentação locais. Ao considerar todos os componentes do sistema de produção e, a partir de então, construir feiras agroecológicas, pode-se contribuir para provocar mudanças nas relações de gênero e dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, trabalho este, fundamental para a reprodução da agricultura familiar. As mulheres agricultoras são as principais responsáveis pela preservação dos policultivos e pela criação dos pequenos animais usados no consumo familiar. A biodiversidade originária dos policultivos e das pequenas criações é a base para a agroecologia e para o auto-consumo. Nas conexões apontadas entre a agroecologia e as mulheres, a não incorporação das questões colocadas pelo feminismo pode estar dando visibilidade ao trabalho das mulheres, sem, contudo, problematizar a naturalização da divisão sexual do trabalho. Esta realidade impõe a necessidade de se avaliar o processo de mudanças nas famílias e na democratização interna das organizações de agricultores familiares, porque, apesar do papel preponderante da mulher na agricultura familiar e na agroecologia, pouca importância é atribuída às questões de gênero neste contexto. Com esta pesquisa pretende-se contribuir para as mudanças nas relações de gênero na agricultura familiar fortalecendo a agroecologia, visando, principalmente, diminuir a invisibilidade das mulheres agricultoras.

PALAVRAS-CHAVE: relações de gênero, mulheres, feiras, agroecologia e agricultura familiar.

ABSTRACT

This research has its focus on the importance of women farmers on building sustainability, on the reproduction of agroecological family farms, and on the role of agroecology to give women farmers more visibility. The research tools were interviews with family women farmers working in agroecological farmers markets, documents from ASSESOAR, an NGO working on agroecology and gender relations in the southwest region of the state of Paraná, and also the author's personal experience in the field. The most socially and economically disregarded forms of work in family farm are chiefly assigned to women. Besides working to exhaustion – both in daily life production and in reproduction - women coordinate chore distribution in the family farms. It becomes evident from the interviews that women gained visibility by working in agroecological farmers markets, and also that they are not satisfied with the workload they have to bear. Building a model of sustainable development based on agroecology requires not only technological advances, but also a set of political and social changes in Brazilian rural world. Such changes should include equal opportunities to men and women regarding access to productive resources, education, professional development and leisure. Likewise, promotion of full citizenship– chiefly to women – requires changes in gender relations. Agroecology may contribute to such changes due to its participative and social objectives and for being based on traditional knowledge of agroecosystems with local observation and experimentation. By considering all aspects of the productive system and then reinforcing agroecological farmers markets it is possible to contribute to changes in gender relations and to improve recognition of the work performed by women farmers, who are essential for keeping family farms. Women farmers are responsible for preservation of policultures and for managing livestock for family consumption. The biodiversity resulting from policultures and from livestock management is the basis for agroecology and for self-consumption. Analysis of the connections between agroecology and women, chiefly in terms of biodiversity preservation, without regarding the issues brought up by feminism, may be improving the recognition of women farmers work without, however, questioning the naturalization of labor sexual division. It is thus necessary to evaluate the process of changes in families and in the internal democratization of family-farmers organizations since little importance is given to gender questions in such context, despite the predominant role of women in family farming and in agroecology. This research aims to contribute to changes in gender relations in family farms, thus strengthening agroecology and, most importantly, enhancing the recognition of women farmers.

KEY-WORDS: gender relations, women, farmers markets, agroecology and family farms.

INTRODUÇÃO

“As diferenças são riquezas da natureza humana. É na diversidade que se multiplica a possibilidade de construção de um novo mundo”.

Os movimentos sociais ligados à agricultura familiar¹, a partir dos anos setenta e com mais intensidade nos anos oitenta, vêm questionando o modelo agrícola produtivista difundido no Brasil, decorrente da chamada “Revolução Verde”², que têm em suas reivindicações a busca de um desenvolvimento em bases sustentáveis. A preocupação ambiental faz parte do discurso desses movimentos, mas também parte de experiências concretas de produção e comercialização com bases ecológicas. Ao incorporarem a base teórica das correntes de agricultura alternativa, e colocarem em questão o modelo de desenvolvimento proposto para a agricultura, esses movimentos provocaram o surgimento da agroecologia³. Esta abordagem tem objetivos sociais e participativos e é construída a partir do conhecimento tradicional sobre manejos de agroecossistemas a partir de observação e experimentação locais.

¹ Conforme Wanderley (1999), trata-se de uma categoria de agricultores na qual a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção – sobretudo da terra – assume o trabalho no estabelecimento produtivo. No Brasil, como em outras partes do mundo, esta é uma categoria genérica, dentro da qual a propriedade e o trabalho se combinam, no tempo e no espaço, assumindo uma grande diversidade de formas sociais

² Significa um conjunto de inovações técnicas difundidas em escala mundial, a partir de década de 60, incorporando à agricultura novas práticas tais como o uso intensivo de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, adubos de síntese química, irrigação e mecanização (Buttel, 1995).

³ De acordo com Caporal e Costabeber (2000), é um processo multidimensional de mudança social orientado no sentido da ecologização das práticas agrícolas no manejo dos agroecossistemas.

Ressalte-se também, entre os movimentos sociais iniciados na década de 80, as lutas das mulheres pelo seu reconhecimento como trabalhadoras rurais e cidadãs, efetivadas pelos movimentos autônomos de mulheres agricultoras, cujo objetivo imediato foi chamar a atenção do poder público e da sociedade civil em geral para o reconhecimento, a ampliação e o efetivo exercício de seus direitos. Esses movimentos e suas conquistas propiciaram uma visibilidade e um reconhecimento às mulheres rurais enquanto agentes políticos. Ainda que de forma incipiente, elas passaram a existir como categoria específica, com organização e reivindicações próprias. Ao mesmo tempo, estas mulheres agregaram as suas lutas específicas certo protagonismo na mobilização e na prática de modelos agrícolas alternativos, de modo especial àqueles norteados pela perspectiva agroecológica.

A agroecologia, ao considerar todos os componentes do sistema de produção e ao construir feiras agroecológicas, pode contribuir para provocar as mudanças desejadas pelos movimentos das mulheres agricultoras, ao dar visibilidade ao trabalho feminino, que é fundamental para a sustentabilidade e para a reprodução social⁴ da agricultura familiar. Porém, apesar das conexões apontadas entre a agroecologia e a mobilização política das mulheres, a não incorporação de certas questões colocadas pelo feminismo pode estar dando visibilidade ao trabalho desenvolvido por elas sem, contudo, problematizar a naturalização da divisão sexual do trabalho, baseada na idéia de complementariedade e reciprocidade entre o trabalho desenvolvido pelos membros da família⁵.

⁴Segundo Almeida (1986), a noção de reprodução social (de produção da sociedade) foi formulada em nível macro por Marx. Numa visão antropológica, os átomos de reprodução são famílias. Fortes (1971) apud Almeida, define reprodução social como um processo de “manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração”, sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, “o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um movimento governado por suas relações com o campo externo”.

⁵ Sobre o não reconhecimento da real participação das mulheres nas atividades produtivas, veja-se, entre outros autores, Paulilo (1987 e 2004).

Sabe-se que apesar do trabalho das mulheres significar 50% ou mais da força de trabalho na agricultura familiar, elas têm pouca visibilidade junto aos órgãos responsáveis pela elaboração e direcionamento das políticas públicas para a agricultura e para a sociedade como um todo. Há atividades em que apesar do protagonismo ser das mulheres, ao buscarem crédito para incrementá-las os recursos ou lhes são negados, ou são tomados pelos homens, que nem sempre os destinam de forma que satisfaçam aos interesses da família como um todo. É consenso entre as mulheres pesquisadas por Abramovay (1997) que os homens, no papel de maridos e pais, apropriam-se do trabalho das mulheres e dos/das filhos/as e concentram as decisões sobre a produção, não havendo planejamento coletivo.

Do mesmo modo, as organizações ligadas ao meio rural tratam separadamente as questões de gênero e produção. A ampliação da participação numérica das mulheres, sem a discussão das relações de poder, não significa a incorporação de fato – como concepção - das questões de gênero nestas organizações. Apesar do esforço, são poucas as entidades em que as mudanças nas relações de gênero partem do discurso considerado politicamente correto⁶ para o concreto, para as práticas do cotidiano.

Torna-se, portanto, importante a discussão sobre as questões de gênero referentes à agricultura familiar, pois até mesmo a agroecologia, que propõe mudanças como a construção de um mundo melhor, mais sustentável, ainda discute fragilmente as questões que envolvem as referidas questões. Do mesmo modo, de acordo com Pastore (2003), poucos são os trabalhos que abordam relações de gênero na agricultura familiar e na agroecologia, e os existentes dão maior ênfase às questões econômicas.

⁶ Diz respeito ao discurso ou atitude que se espera que seja coerente com os ideais que se defende.

No entanto, a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado na agroecologia, além das mudanças na base tecnológica, requer um conjunto de mudanças sociais e políticas no meio rural brasileiro que contemple a igualdade entre homens e mulheres no acesso a recursos produtivos, à educação, à formação profissional e ao lazer, e garantam a cidadania - em especial às mulheres - e também mudanças nas relações de gênero. Ou seja, a construção de uma sociedade sustentável depende tanto da necessidade de discutir os rumos do desenvolvimento, quanto das bases das relações de gênero. Neste sentido, concorda-se com Castro (1997), quando afirma que é preciso questionar a finalidade e o tipo de desenvolvimento, e que este só será sustentável e equitativo quando homens e mulheres participarem de forma igualitária em todos os níveis da tomada de decisão.

No sudoeste paranaense há uma semelhança entre o que propõem os movimentos de mulheres rurais e os movimentos ligados à agricultura familiar, que compartilham visões similares na busca do desenvolvimento rural sustentável, mas as experiências concretas em agroecologia, raramente dão destaque ao que acontece com as mulheres envolvidas neste processo.

Assim, as constatações acima apontadas nortearam a pesquisa que resultou nesta dissertação. Em termos gerais, ela tem como objetivo caracterizar e analisar a participação das mulheres agricultoras nas feiras e demais atividades agroecológicas da região sudoeste do Paraná, destacando sua importância, tanto para a implementação de práticas agrícolas alternativas em relação ao modelo produtivista, quanto na perspectiva de mudanças nas relações de gênero na agricultura familiar.

Para dar conta deste objetivo, tornou-se necessário caracterizar o papel das mulheres no processo de experimentação e produção dos policultivos e sua importância para a agroecologia;

identificar o papel das mulheres na comercialização através de sua frequência e/ou continuidade na participação das feiras agroecológicas; verificar a participação em atividades de formação e organização; analisar se a participação das mulheres nas ações de produção, experimentação, comercialização e formação, contribui para estimular sua auto-estima e integração no processo de mudança nas relações de gênero; identificar as possibilidades e os limites no processo de construção da agroecologia para o estabelecimento de relações equitativas de gênero.

Esta pesquisa se propõe, nos termos acima apontados, a contribuir para as mudanças nas relações de gênero no campo e para o fortalecimento da agroecologia a partir de estudos que têm como pano de fundo o conhecimento, as experiências, os papéis e a posição das mulheres no manejo dos agroecossistemas a partir de uma perspectiva agroecológica. Em síntese, pretende-se somar esforços para que a mulher saia da invisibilidade e conquiste sua autonomia, construindo novas relações de gênero e conseqüentemente, fortalecendo a agricultura familiar e a agroecologia.

Questões e hipóteses norteadoras da pesquisa

A presente pesquisa emergiu da experiência profissional da pesquisadora nas áreas da agronomia e da educação com famílias agricultoras, mas também de uma inquietação pessoal, como mulher, filha de agricultores familiares, produtora e feirante agroecológica. Este estudo buscou aliar, portanto, as inquietações pessoais e profissionais, às inquietações das mulheres e das ONGs, nas quais elas participam com os interesses acadêmicos/científicos, no sentido de contribuir para o avanço e a afirmação da agroecologia e para mudanças nas relações de gênero. O fato da pesquisadora atuar nas experiências agroecológicas e de ser mulher possibilitou “ver de dentro” a problemática das mulheres na conquista por espaço na sociedade.

Por outro lado, neste processo em que ao mesmo tempo aconteciam experiências pessoais e profissionais, através da participação na construção da agroecologia e da percepção das inquietações das agricultoras, surgiram muitos questionamentos. Entre eles, seria pertinente indagar, em primeiro lugar, se as feiras agroecológicas, ao mesmo tempo em que ofereciam a oportunidade do protagonismo das mulheres em mais uma tarefa produtiva, não poderiam estar trazendo mais tarefas para as mulheres, sem que houvesse uma redistribuição familiar das demais tarefas por elas executadas. Em segundo lugar, até que ponto a conquista das mulheres de maior poder de decisão através das feiras não estaria ameaçado de ser retomada pelos homens ao aumentarem a rentabilidade familiar?

Considerando-se as questões acima formuladas, parte-se das hipóteses de que, por um lado, o processo de construção da agroecologia - e no caso em particular as feiras - têm permitido às mulheres construir conhecimento, espaço e poder e participar da tomada de decisão em questões que envolvem a unidade de produção familiar. Isto acontece à medida que elas fazem experimentações, participam de cursos de formação, protagonizam a produção e a comercialização, agregando todas estas atividades às tarefas anteriormente executadas. Por outro lado, quando começam a contribuir de forma significativa com a renda familiar, parte das mulheres têm perdido espaço para os homens, voltando para seu cotidiano de invisibilidade.

O contexto e a metodologia da investigação

Na região sudoeste do Paraná a maioria das propriedades é composta de estabelecimentos familiares relativamente pequenos que desenvolvem uma produção diversificada com base em culturas como o milho, a soja e o fumo, juntamente com a produção leiteira. A convivência com esta realidade evidenciou a importância do trabalho das mulheres na reprodução das unidades de

produção familiar e, de modo especial, naquelas famílias que vêm desenvolvendo práticas agroecológicas.

Para essa pesquisa de caráter qualitativo foram utilizados dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, e observação participante nas feiras agroecológicas, nas propriedades e ONGs. Os dados secundários foram coletados a partir de documentos das ONGs.

As entrevistas foram realizadas com dez mulheres feirantes de diferentes municípios de forma a abranger as diversas experiências com feiras agroecológicas na região sudoeste do Paraná, especialmente dos municípios de Capanema, Francisco Beltrão, Ampére, Planalto e Pérola do Oeste. Sempre que possível, as entrevistas aconteceram de forma individualizada - mulheres, sem a presença dos homens - com o objetivo de assegurar que as respostas fossem dadas sem constrangimento. O registro das informações foi feito com gravação e anotações. Para complementação das informações foram realizadas entrevistas com outros dois atores da agroecologia: técnicos de ONGs atuantes na região sudoeste, pertencentes a ASSESOAR e Rede Ecovida de Agroecologia.

Com as 12 entrevistas semi-estruturadas foram obtidas informações mais subjetivas, que se referem diretamente às mulheres e que só podem ser obtidos com a contribuição dos atores sociais envolvidos, sejam eles: em relação às suas atitudes, aos seus valores e às suas opiniões. Elas forneceram dados referentes a fatos, a opiniões, à crenças, à maneiras de pensar, de sentir, de atuar, e relacionadas às suas expectativas sobre o presente e o futuro.

As 10 agricultoras entrevistadas e os 2 técnicos tiveram a possibilidade de discorrer sobre os temas propostos sem respostas ou condições pré-fixadas pela pesquisadora. Segundo Minayo (1992), através da fala, as pessoas refletem conflitos e contradições próprias do sistema de

dominação, no qual a resistência está dialeticamente relacionada à submissão. Pelo fato de captar formalmente informações sobre determinado tema, a entrevista deve ser incorporada a seu contexto e vir acompanhada, complementada ou como parte, da observação participante. Dessa forma, além da fala mais ou menos dirigida, buscou-se captar as relações, as práticas, os gestos e a cumplicidade, além da fala informal sobre o cotidiano. A ordem dos assuntos abordados não obedeceu a uma seqüência rígida e pôde ser determinada freqüentemente pelas próprias preocupações e ênfases que as entrevistadas deram ao assunto.

A pesquisadora valeu-se também de experiências vivenciadas durante a vida profissional, sua experiência como produtora ecológica e feirante durante o período de 1997 a 2003 e ao longo do ano de 2004, nas feiras agroecológicas, nas propriedades e nas ONGs que trabalham com as agricultoras pesquisadas.

Como etapas iniciais do trabalho de campo foram contemplados os seguintes encaminhamentos:

- apresentação; ou seja, mediação entre pesquisados e pesquisador, processo realizado pela equipe da ASSESOAR⁷;
- menção do interesse da pesquisa: qual o objetivo da pesquisa e como esta poderia contribuir com as entrevistadas;
- justificativa da escolha do público;
- garantia de anonimato;
- conversa inicial como forma de “aquecimento”.

⁷ Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, ONG com sede em Francisco Beltrão/PR, com abrangência na região sudoeste do estado.

Apresentando a estrutura do trabalho

No primeiro e segundo capítulos construiu-se o referencial teórico utilizado para a pesquisa, ou seja, apontou-se as questões que envolvem as relações de gênero e a agroecologia. Para isso, partiu-se da construção do conceito gênero e as relações de poder que este termo agrega, relacionando-o com as relações de trabalho e gênero na agricultura familiar. O intuito do segundo capítulo foi evidenciar as transformações que a agroecologia pretende para o espaço rural, inserindo as mudanças no sistema produtivo, na sociedade e nas relações de gênero.

O terceiro e o quarto capítulo contém o universo pesquisado, onde apresentou-se além da pesquisa junto as ONGs e as feiras agroecológicas as falas das mulheres e técnicos em relação aos questionamentos levantados. A partir de então, foram tecidas algumas conclusões acerca da temática pesquisada, elencando-se algumas recomendações.

CAPÍTULO I

A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E OS REFERENCIAIS TEÓRICOS

A agroecologia, ao considerar todos os componentes do sistema de produção, pode contribuir para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade e para a reprodução da agricultura familiar. Porém, apesar das conexões apontadas entre agroecologia e as mulheres, a não incorporação das questões colocadas pelo feminismo pode estar dando visibilidade ao trabalho das mulheres sem, contudo, problematizar a naturalização da divisão sexual do trabalho, divisão baseada na idéia de complementariedade e reciprocidade entre o trabalho desenvolvido pelos membros da família. Ao valorizar o papel da mulher na agroecologia, pode-se correr o risco de ter uma visão instrumental da questão, considerando apenas que o trabalho das mulheres potencializa a agroecologia, sem refletir sobre o que a agroecologia pode contribuir para a luta das mulheres por sua autonomia e conquista de direitos.

Considera-se, portanto, necessário reconhecer o papel histórico do feminismo e do processo de auto-organização das mulheres, que tem como um de seus resultados a incorporação da questão de gênero na pauta dos diversos movimentos e organizações. Essa incorporação está em processo e revela, em vários momentos, a distância entre o discurso e a prática. A questão de gênero não perpassa todos os espaços e temas de discussão, sendo, ainda, considerada uma “questão de mulher”.

1 A construção das conceituações sobre gênero

O feminismo apresenta-se como um dos movimentos mais importantes do século XX, especialmente, porque divulga a separação entre os seres humanos e a intolerância à diversidade. No Brasil, surge em plena ditadura militar e segundo Pinto (2003), um aspecto fundamental da realidade brasileira a ser notado é a presença de movimentos de mulheres entre as classes médias e populares. Esse é um fenômeno anterior à década de 1970, e continua a existir paralelamente a todo o desenvolvimento do feminismo. Esses movimentos tinham especificidades: foram organizados não para questionar a opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas para - a partir da condição de dona-de-casa, esposa e mãe - intervir no mundo público. Como exemplos, o “Movimento Contra a Carestia”, os “Clubes de Mães” e o “Movimento pela Anistia” que, em sua grande maioria, tiveram o apoio e/ou promoção das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (VIEZZER, 1989).

Tais movimentos, segundo Pinto (2003), não podem ser considerados feministas em sua formação ou mesmo em seus propósitos, pois as mulheres neles envolvidas não lutavam pela mudança de papéis a elas atribuídos pela sociedade. Ao longo das últimas décadas, a distância entre os movimentos das mulheres e o movimento feminista tendeu a diminuir, principalmente quando as mulheres começaram a problematizar a sua própria condição de oprimidas. Porém, o movimento feminista não pôde, em países como o Brasil, escapar desta dupla face do problema. Por um lado, ele se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como no privado, acarreta conseqüências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a desigualdade social, que traz a fome e a miséria, e que esse não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. É dentro deste quadro de referência que o movimento feminista

brasileiro deve ser entendido, ou seja, como luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político, que defende a especificidade da condição de dominada da mulher numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população.

O ano de 1975 tem sido considerado um momento inaugural do feminismo brasileiro. Nesse ano foi criado o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, ampliando o movimento que até então estava restrito a grupos muito específicos, fechados e intelectualizados. A partir de 1979, a relação do feminismo com o campo político deve ser examinada a partir de três perspectivas complementares: a conquista de espaços no plano institucional por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; a presença de mulheres nos cargos eletivos; e as formas alternativas de participação política. Em qualquer um desses espaços a presença das mulheres e, mais do que isso, de feministas, tem sido fruto de múltiplas tensões que resultam de fatores como a própria resistência à entrada de mulheres em um campo completamente dominado por homens, assim como da estratégia do próprio movimento das mulheres, que muitas vezes viu o campo da política como uma ameaça à sua unidade de luta (PINTO, 2003).

Há um entrelaçamento entre a supremacia dos homens, ou o patriarcado e a desigualdade de classe. As mulheres sofrem a exploração, a dominação, a violência de classe como todos os trabalhadores empobrecidos, mas pelo fato de serem mulheres, esta exploração é maior (MMC/BRASIL, 2004). No meio urbano as mulheres recebem salários menores que os homens exercendo a mesma profissão. No meio rural brasileiro, somente nos anos de 1980, a produção realizada pela mulher foi considerada geradora de valor e ela passou a ser identificada como trabalhadora rural ou agricultora.

No início dos anos 80 mulheres intelectuais feministas deram status de categoria analítica a noção de gênero, para dar conta da entrada das mulheres no espaço público. Essa categoria foi

utilizada primeiramente para mostrar a discriminação da mulher em todos os níveis – econômico, político e social - e, mais tarde, serviu para questionar a sociedade como um todo (MURARO, 2000).

Até meados da década de 1970, as diferenças entre homens e mulheres eram explicadas por diversas visões: a religiosa, a partir do catolicismo, identificando a mulher como subproduto do homem, porque teria sido construída a partir da costela de Adão; a biológica, definindo a mulher como inferior ao homem do ponto de vista da força física e das diferenças sexuais; e a econômica, que confere ao homem o espaço da produção e o papel de responsável pela sustentação da família (provedor) e a mulher o espaço familiar com o papel de reprodutora cultural, biológica e da força de trabalho, todas elas, definindo características e hábitos, costumes e valores próprios das mulheres e dos homens (MMC/BRASIL, 2004). Todas estas visões acabam conferindo uma identidade e um papel social para homens e mulheres, legitimando como natural a inferioridade feminina, a exploração, a dominação a discriminação e a violência dos homens para com as mulheres.

Para Gebara (2000) falar de gênero é falar a partir de um mundo fundado, de um lado, no caráter biológico do ser e, de outro, no caráter cultural, histórico, ideológico e religioso. Nesse sentido, o gênero possui uma função analítica semelhante àquela de classe social: ambas as categorias atravessam as sociedades históricas e trazem à luz os conflitos entre homens e mulheres, definindo formas de representar a realidade social e intervir nela. Ou seja, gênero não é algo que existe em si mesmo, é sempre relacional e não pode ser confundido com sexo, ele é constituído por relações e pelas representações destas relações (WOORTMANN, 1992).

O uso da categoria gênero representa um avanço sobre as discussões anteriores que se firmavam sobre a diferença entre os sexos uma vez que, a partir de então, não bastavam se constatar as diferenças, era imprescindível considerar como elas foram construídas social e

culturalmente. E gênero, segundo Scott (1995), “refere-se às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”, como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “como uma forma primária de dar significado às relações de *poder*”. Essa categoria permite compreender como se estabelecem as relações de dominação entre os sexos e os conflitos que suscitam; a forma como se elaboram os distintos papéis, as expectativas, a divisão social e sexual do trabalho; como foram projetadas as subjetividades pessoais e coletivas. Todas essas questões começavam a ser respondidas, trazendo consigo a certeza de que gênero compreendia questões que iam além do feminino/masculino e do sexo biológico, tomados em si (FARIAS, 1996).

A partir da compreensão das relações de gênero, se permite pensar homens e mulheres como produtos de uma construção social e cultural, enfatizando o aspecto relacional em que se engendram historicamente masculinidades e feminilidades. Nas relações, gênero é um elemento cultural constituinte dos sujeitos (KARREMANS, 1996). Relações que constituem um dos princípios organizadores de toda formação social, a medida que elas atravessam, limitam e orientam as práticas sociais e contêm a idéia de assimetria e hierarquia nas relações sociais, incorporando a relação de poder (GARCIA, 2000).

Com o surgimento dos movimentos feministas a partir dos anos 70, a noção de gênero vai sendo construída e afirmada para explicar as relações entre o feminino e o masculino, assim como para explicar seus papéis construídos historicamente. Gênero ajudou na compreensão das diversas visões que justificavam as desigualdades nas relações entre homens e mulheres, da identidade do feminino e do masculino e dos papéis sociais desempenhados por mulheres e homens, da forma como a sociedade se organiza para produzir e reproduzir sua própria existência, do jeito como as relações de poder são exercidas, da cultura e do tipo da sociedade

(MURARO, 2000). São, portanto, formas de representação socialmente construídas. Não sendo naturais, podem ser mudadas porque são construídas e reconstruídas na prática social.

A visibilidade das mulheres agricultoras tem se ampliado a partir do feminismo e dos movimentos sociais existentes no Brasil, incluindo-se aqueles existentes na região sudoeste do Paraná. No entanto, ainda existe a necessidade de desmistificar as relações de gênero como um instrumento válido para repensar as relações, esclarecer e desconstruir a naturalização das diferenças - masculino e feminino - e construir a relação do feminismo com a agroecologia nos diversos espaços do público e do privado.

2 Os espaços público e privado e a questão do poder

Resultante de uma tradição patriarcal⁸, tem-se uma sociedade dividida em duas esferas separadas, baseadas em princípios antagônicos. Por um lado, a esfera pública (masculina) focada no social, político e econômico-mercantil, amparada em critérios de êxito, poder, direitos de liberdade e propriedade universais, e relacionada fundamentalmente com a satisfação do componente mais objetivo (o único reconhecido) das necessidades humanas. Por outro lado, a esfera privada ou doméstica (feminina) focada no lar, baseada em laços afetivos e sentimentos, desprovida de qualquer idéia de participação social, política ou produtiva e relacionada diretamente com as necessidades subjetivas (sempre esquecidas) das pessoas (CARRASCO, 2003).

Essas duas esferas da condição humana - o espaço público e o espaço privado - sofreram ajustes no decorrer da história, mas o espaço público sempre foi o lugar onde os homens

⁸ O patriarcado é a noção de poder de dominação masculina – referência implícita e sistemática da dominação sexual. Além de um sistema de dominação é um sistema de exploração - sujeita mulheres à trabalhar em más condições e por salários mais baixos (DE GRANDI, 1999).

realizavam grandes atos e diziam grandes palavras, que se transcendiam e eternizavam. Por outro lado, o espaço privado era considerado o mundo da necessidade, do labor que viabiliza a própria existência humana, o lugar das coisas menos duráveis e consumíveis (FARIAS, 1996).

Segundo Arendt (1995):

“O mundo público é o lugar privilegiado de constituição da realidade. O real é o que aparece no público, é o visto e ouvido por todos. A experiência comum, compartilhada, é um critério primordial para o existir das coisas. Mesmo a mais comum das coisas só se torna realidade na presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos. Só pode ser real o que é reconhecido. Para algo aparecer na vida pública precisa ser considerado importante por quem tem este poder de atribuição de valor. Esse alguém é o próprio público que encaminha para o privado aquilo que julga como pouco relevante ou de interesse individual. O mundo, como lugar de vida humana, é público, enquanto bem comum a todos, interpondo e reunindo homens, criando relações entre eles. A vida privada carrega duas acepções: a de privação e de ocultação. Viver uma vida inteiramente privada significa acima de tudo ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana”.

Para Farias (1996), mesmo frente às mudanças que ocorreram nesses dois lugares, os significados elementares se resguardaram, ou seja, o público manteve-se como lugar de aparecer e o privado como lugar de ocultar. Mas o que é preciso buscar são as diferenças objetivas que representam as posições diversas dos seres humanos na ocupação desses dois espaços sociais. Tal é o caso das diferenças de gênero que percebemos entre homens e mulheres, e que ao longo do tempo fizeram do espaço público “lugar de homens” e do espaço privado “espaço de mulheres”.

O modo como se organizou o espaço social na modernidade ocidental reforçou a exclusão das mulheres da vida pública e ativou a sua plena domesticação. Apoiado na força do natural e no biológico lhe atribuíram como destino normal e natural a maternidade, o cuidado e o zelo ao marido, aos filhos, aos parentes, e a obediência aos homens. A mulher foi excluída da política no sentido de ser colocada ausente e incompatível com esse mundo (FARIAS, 1996).

Contudo, a entrada das mulheres no espaço público não é recente, novas são apenas as formas de sua presença e participação. Apresentando condutas de desinteresse material e altruísmo, há muitas décadas, as mulheres foram incorporadas à vida pública, basicamente através da filantropia e de trabalhos de voluntariado importantes, embora não remunerados, mas sempre representando remendos para a omissão dos poderes públicos. Conforme Suplicy (2004), essa forma de ver a função pública das mulheres reflete a construção do gênero feminino para além das tarefas domésticas, o cuidado com os deserdados. Esse destino “natural” das mulheres ao altruísmo seria baseado, segundo afirma a mesma autora, numa identidade política criada para as mulheres, tendo como base sua pretensa pureza e dedicação ao próximo, enfatizando a necessidade de proteção. Os homens aprenderam, porém, a construir sua identidade política com compromissos de exercício real do poder político e econômico, com ênfase na autonomia. Fica evidente que a história das mulheres na civilização ocidental, tecida através de séculos de confinamento e exclusão, trouxe a elas uma sabedoria própria, mais próxima do cotidiano, mais permeada de preocupação com as relações interpessoais, mais humanizada.

Nas últimas décadas houve, entretanto, mudanças em relação à presença das mulheres no espaço público por pressão do próprio sistema econômico e social, que obrigou mulheres a terem atividades remuneradas para aumentar a renda familiar, mas sem dúvida - e decisivamente - pela luta das mulheres na busca de igualdade real com os homens e na desconstrução dos estereótipos de gênero. A presença das mulheres na vida pública já não tem caráter de extensão de suas forças maternais, mas tem a marca da cidadania construída e conquistada (FARIAS, 1996).

Segundo Suplicy (2004), o espaço público e o espaço privado são tanto produtos quanto produtores de relações de gênero. Eles organizam e distribuem entre si os homens e as mulheres, moldando suas subjetividades por formas de ser homens e de ser mulheres. O espaço privado, onde as mulheres vivem a maioria das experiências femininas, em que são confinadas e

submetidas a relações de dominação e impedimento, é também o lugar de elaboração de poder. Esse poder, que se elabora no privado e que é exercido pelas mulheres, expressa-se sobre os bens simbólicos dos filhos. É este poder que atribui uma autoridade, própria à mulher, sobre os filhos, a casa e a família. Muito embora o poder maior de definição seja do homem, nesse lugar a mulher experimenta uma autoridade que lhe permite ter voz, significando que sobre as coisas deste lugar a mulher pode falar. As piadas feitas pelos maridos sobre o grande poder que as mulheres exercem sobre eles na esfera privada refletem, de certa forma, a reação de insegurança frente ao direito de presença igualitária das mulheres nos centros de poder político e decisório.

Submetidas a uma disciplina interiorizante que as desinteressa das coisas da vida pública, do mundo comum das questões políticas e econômicas gerenciadas no jogo de poderes sociais, as mulheres tecem seus próprios poderes. Foucault (1979) desenvolveu uma perspectiva relacional para o conceito de poder, no sentido de que não há poder sem resistência. O próprio poder só pode ser exercido numa situação de resistividade, sem a qual ele é desnecessário.

As definições usuais de poder como capacidade de agir ou realizar alguma coisa, ter controle, comando, autoridade e influência sobre os outros, não captam a essência do mesmo. Por trás da concepção de poder pode se esconder a relação excludente de dominação e subordinação. O poder pode ser ligado à ameaça, à violência ou à intimidação e requer vigilância constante para ser mantido. Mas também podemos conceber “poder para”, no sentido do poder criativo, capacitador para aquisição de novas habilidades individuais. Coletivamente as pessoas se sentem poderosas quando se organizam em torno de um propósito comum, “o poder com os outros”. O “poder sobre os outros” requer a criação de dualidades: bem/mal, homem/mulher, rico/pobre, branco/negro, etc (KARREMANS, 1996). O caminho do poder político vem sendo construído por mulheres que enfrentaram – e ainda enfrentam - cobranças de rigorosa postura moral, provas

de infalibilidade e mais competência que os homens. Os fracassos ou erros de uma mulher são estendidos a todas as mulheres (SUPLICY, 2004).

A crescente presença das mulheres no mundo do trabalho reforçou a ocorrência de mudanças no cenário político: reivindicações de direitos, questionamentos de desigualdades, resistência às diferentes formas de violência específica contra as mulheres, identificação da dupla jornada, questionamento sobre os papéis sexuais na família e na sociedade. A Conferência de Beijing, em 1995, marcou a configuração de novos parâmetros mundiais para a questão. A declaração reconhece que a situação das mulheres experimentou avanços nas últimas décadas, embora não homogêneos. Segundo as orientações dessa conferência, as limitações devem ser combatidas através do reconhecimento de que os direitos das mulheres são direitos humanos consagrados internacionalmente. Segundo o relatório da Conferência, a participação econômica das mulheres tem aumentado consideravelmente, mas na maior parte do mundo a presença das mulheres nos níveis de decisão econômica é escassa ou nula, e sua contribuição à geração de riquezas é ignorada. As mais atingidas pelas restrições impostas são as mulheres agricultoras (PLATAFORMA BEIJING,1996). As mudanças decorrentes de Beijing ainda são insuficientes para superar as desigualdades e a opressão sentidas e vivenciadas pelas mulheres de todas as classes sociais, raças e religiões. A desconstrução do papel do gênero feminino e as mudanças na condição da mulher exigem mudanças nos homens, bem como a desconstrução de papéis tradicionais identificados com o gênero masculino. As noções de cidadania, de representação política, de justiça e de democracia não mais prescindem de igualdade entre os sexos.

Para Chauí (1982), as mulheres foram colocadas na história como sujeitos⁹ de direitos concedidos por sua condição reconhecida de mulher (mãe, irmã, esposa) sendo, portanto, pessoa de direito privado e não público. Uma das condições para que a mulher *se faça sujeito* é o enfrentamento das relações de dominação que impedem e reduzem a sua capacidade de autonomia, entendendo esta como autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir.

É na medida em que se colocam numa posição de construtoras de sua liberdade que as mulheres tornam-se sujeitos em luta por autonomia e em confronto com o sujeito único que ocupava esse lugar – o sujeito livre, portador de direitos, masculino¹⁰. Podem ser constatados muitos progressos, uma vez que: mais mulheres hoje são assalariadas, melhoraram as leis, fortaleceram-se as organizações que lutam por direitos, mas falta muito para diminuir a invisibilidade e a subordinação das mulheres (FARIAS, 1996). Durante os anos 60 e 70 a expectativa era de que a solução do problema da subordinação das mulheres seria incrementar seu poder com um maior número de mulheres ocupando postos de decisão em empresas, no judiciário, em universidades e no legislativo. A independência econômica significaria mais poder e prestígio para a mulher, porque dinheiro é visto como um indicador importante de status. Percebe-se, no entanto, que não se pode necessariamente estabelecer uma correlação linear entre a independência econômica, a equidade nas relações de gênero e a conquista de direitos.

Na atualidade, outra questão se coloca em pauta nos espaços que abordam agroecologia é a identificação automática da mulher com a natureza. Essa analogia - mãe natureza, mulher - coloca as mulheres como protetoras natas, atribuindo-lhes uma característica e mais uma

⁹ Segundo Chauí (1982), “ser sujeito é constituir-se como capaz de autonomia, numa relação tal que as coisas e os demais não se ofereçam, como determinadores do que somos e fazemos, mas como o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetemos ou não à força e à violência ou sejamos agentes dela”.

¹⁰ A esse respeito e para pensar sobre os sentidos do distanciamento da vida pública sobre a experiência e o ser das mulheres, e acerca das características do espaço público e do espaço privado ver Arendt (1995).

responsabilidade e, em contrapartida, desresponsabilizando os homens. A seguir tenta-se abordar algumas questões em relação a essa controvérsia.

3 A controvérsia: a identificação das mulheres com a ecologia

Durante séculos acreditou-se que as diferentes características exibidas por homens e mulheres eram naturais e imutáveis, determinadas por diferenças biológicas e por decisão divina. Tais características incluem valores sobre o que se considera masculino e feminino: as mulheres são ligadas ao emocional, os homens ao racional. Disso resultou uma série de condutas e atitudes naturalmente destinadas pela sociedade a cada um. São os povos e suas culturas que definem o que é característica masculina ou feminina, as atividades apropriadas e as normas que regem as relações entre eles. As condições de vida cotidiana e a posição na sociedade estão imersas nas estruturas e instituições sociais, culturais, políticas e econômicas.

As diversas teorias ligadas ao feminismo têm contribuído para mostrar que um dos mecanismos de legitimação do patriarcado é a “naturalização da mulher”. Existe, porém, um debate teórico entre feministas e ecologistas, cujo ponto de divergência fundamental é a associação da mulher à natureza. O ecofeminismo identifica a mulher e a natureza, já o feminismo tenta desnaturalizar estas questões. A antiga identificação da mulher com a natureza, segundo Puleo (2000), estaria se reciclando com o surgimento do ecofeminismo. Portanto, não se pode falar em agroecologia e questionar as relações de gênero estabelecidas também neste meio, sem abordar brevemente o ecofeminismo que contribui teoricamente para análise destas relações ao fazer a ligação das mulheres com a ecologia.

Segundo o ecofeminismo clássico mulheres e homens expressam essências opostas: mulheres se caracterizam por um erotismo não agressivo igualitarista e por atitudes mais

maternais, o que as predispõe ao pacifismo e à preservação da natureza. Os homens seriam naturalmente competitivos e destrutivos. Esta corrente foi alvo de grandes críticas dentro do feminismo e acusada de demonizar os homens (PULEO, 2003).

A partir dos anos oitenta, algumas correntes do ecofeminismo recuperam a antiga identificação da mulher com a natureza para dar-lhe um novo significado. Inverte-se a valorização dos pensadores tradicionais - que afirmavam a inferioridade da mulher – para afirmar que a cultura masculina, obcecada pelo poder, tem conduzido o mundo a guerras suicidas, ao envenenamento da terra, da água e do ar. Segundo essas correntes a mulher é mais próxima à natureza, portanto, é a esperança da conservação da vida. Invocam que a ética do cuidado feminino - da proteção aos seres vivos - se opõe à essência agressiva da masculinidade. Atualmente existem tendências construtivistas¹¹ deste movimento.

3.1 Os ecofeminismos espiritualistas

Segundo Puleo (2003) vinculados às tendências místicas do primeiro ecofeminismo, porém sem a “demonização” dos homens, surgem nos últimos anos novas teorias. A física nuclear e filósofa indiana Vandana Shiva, aportando idéias de historiadoras feministas da ciência como Evelyn Fox Keller e Carolyn Merchant – de tradição filosófico-religiosa -, realiza uma crítica ao desenvolvimento ocidental. Shiva (2001) afirma que:

“O que recebe o nome de desenvolvimento é um processo de mau desenvolvimento, fonte de violência contra a mulher e a natureza em todo o mundo (...) (o mau desenvolvimento) tem suas raízes nos postulados patriarcais de homogeneidade, dominação e centralização que constituem um fundamento dos modelos de pensamento e estratégias dominantes” (SHIVA, op cit.).

¹¹ Segundo Becker (1994) "construtivismo significa que nada, a rigor, está pronto, acabado, e que, especificamente, o conhecimento não é dado, em nenhuma instância, como algo terminado. Ele se constitui pela interação do indivíduo com o meio físico e social, com o simbolismo humano, com o mundo das relações sociais; e se constitui por força de sua ação e não por qualquer dotação prévia, na bagagem hereditária ou no meio”.

Na América Latina, a chamada “Teologia da Libertação”¹² elaborou um pensamento teológico ecofeminista. Este ecofeminismo latino-americano caracteriza-se pelo interesse nas mulheres pobres na defesa dos indígenas, segundo eles, maiores vítimas da destruição da natureza. Ele propõe o abandono da imagem patriarcal de Deus como dominador e o dualismo da perspectiva cristã tradicional que concebe a separação corpo e espírito. Assim, a transcendência já não estaria baseada no desprezo da matéria, definindo-se como imersão no mistério da vida, pertencimento a um todo que transcende. Seria concebida como experiência da beleza, da grandiosidade da natureza, de suas relações e sua interdependência. É uma postura crítica da dominação, uma luta anti-sexista, anti-racista, anti-elitista e anti-antropocêntrica (PULEO, 2003).

3.2 Os ecofeminismos construtivistas

Os ecofeminismos construtivistas não compartilham o essencialismo¹³ como o ecofeminismo clássico. Se nutrem das fontes espiritualistas como os ecofeminismos do Terceiro Mundo (ecofeminismos espiritualistas), mas compartilham algumas de suas posições como o anti-racismo, o anti-antropocentrismo e o anti-elitismo. O ambientalismo proposto pela feminista Bina Agarwal é um exemplo da posição construtivista. Economista e indiana, ela critica a teoria de Shiva que atribui a atividade protetora da natureza das mulheres de seu país ao princípio

10 Surgida dentro da igreja católica no final dos anos 60, objetivava a libertação dos mais pobres a partir de recursos espirituais éticos.

13 Para o essencialismo a diferença sexual não pode resolver-se teoricamente, dado que é uma diferença inscrita na natureza dos seres humanos. Pressupõe a diferença entre homens e mulheres como inscrita na natureza biológica. Faz aceitar o discurso simbólico (presente no imaginário social) que personifica a mulher como tendo uma natureza feminina, morfológica, biológica e psicológica”, que determina a “fraqueza natural” que implicaria e legitimaria a sujeição e subordinação ao homem. Este por natureza seria mais forte, mais inteligente e mais rápido e que estaria preparado para comandar (DE GRANDI, 1999).

feminino e à cosmologia. Segundo Nobre (2002), colocar a mulher como salvadora do ecossistema - invocando sua essência - seria agregar mais um trabalho, mais uma responsabilidade a seu cotidiano. Para Agarwal (1999) o laço que certas mulheres sentem com a natureza tem origem em suas responsabilidades de gênero na economia familiar. Pensam holisticamente nos limites da interação e prioridade comunitárias pela realidade material em que se acham. Não são as características afetivas e cognitivas próprias de seu sexo que favorecem sua consciência ecológica, mas sim a sua interação com o meio ambiente - no cuidado com os quintais, a horta, a ligação com os policultivos, a responsabilidade com o auto-consumo familiar - que faz com que tenham mais preocupação com os recursos naturais.

Desde outra perspectiva teórica do feminismo ecologista a filósofa australiana Val Plumwood apud Puleo (2003), constitui um exemplo da crítica construtivista. A autora tem insistido no caráter histórico - construído - da racionalidade dominadora masculina. A construção de um “eu” masculino dominador utilizada como legitimação do domínio, segundo ela (op.cit), tem conduzido à civilização destrutiva atual. A seu ver a superação dos dualismos hierarquizadores entre natureza/cultura, mulher/homem, corpo/mente, afetividade/racionalidade, matéria/espírito, exigem uma análise desconstrutiva da visão fantasiosa da própria “identidade humana”. Como essa identidade não é uma essência e sim uma construção histórica, pode, portanto, ser mudada.

A ecofeminista alemã Bárbara Cunz, apud Puleo (2003), assina que as críticas ao ecofeminismo espiritualista são necessárias, mas ignoram o aporte deste à consciência contemporânea. Este tipo de ecofeminismo, segundo a mesma autora, trouxe a imagem de um diálogo horizontal, democrático e empático com a natureza. Ao perder essa sensibilidade, tais críticas correriam o risco de enfatizar novamente a natureza como um mero “recurso” à disposição dos humanos.

O ecofeminismo moderno sugere, portanto, uma terceira direção: o reconhecimento de que as mulheres podem aceitar a conexão mulher-natureza participando da cultura, reconhecendo que a desvalorização da “proximidade” da mulher com a natureza tem conseqüências profundas para a ecologia e para as mulheres. Concordamos com Nobre (2002), quando afirma que, apesar de todos os problemas teóricos e práticos de um feminismo que se encontra em elaboração e discussão, os aportes de pensamentos críticos - feminismo e ecologismo - oferecem a oportunidade de enfrentar a dominação masculina das mulheres, bem como uma estrutura de dominação da natureza, ambas ligadas ao paradigma patriarcal do homem amo e guerreiro.

4 Os movimentos de mulheres agricultoras na perspectiva de gênero

Segundo Farias (1996), as mulheres rurais sempre estiveram presentes na história econômica e política do mundo agrário brasileiro. Sempre trabalharam na roça, seja na grande ou na pequena produção. Como escravas, mucamas, agregadas, colonas¹⁴, camponesas, assalariadas, bóia-frias, rendeiras e donas-de-casa, acumulando extensas jornadas de trabalho em que elas próprias se reconheciam como trabalhadoras, mas denominando-se como “ajudantes”. A autora afirma que as mulheres são:

“figuras constantes nos enredos dos movimentos sociais rurais, como o cangaço, canudos, messianismo, rebeliões populares, luta pela terra (...) não ficaram registradas como personagens dos acontecimentos, mas apenas como presenças anônimas ou acompanhantes. Portadoras de um falar, cujo som não era escutado como voz de saber ou de poder, mas de deveres prescritos, por papéis bem definidos. Herdeiras de uma memória das tradições. Guardiãs dos tempos e das permanências. Mesmo no movimento sindical rural, não tinham o direito a sindicalização. Eram sombras de corpos ocultados” (FARIAS, 1996).

¹⁴ Denominação genérica atribuída a agricultoras imigrantes de origem européia.

No movimento sindical rural - majoritariamente ocupado por homens - a presença e a participação das mulheres é uma conquista das próprias trabalhadoras rurais. Em duas décadas elas saíram do anonimato, do não reconhecimento como trabalhadoras, para iniciar sua inserção nas políticas públicas governamentais (PORTELLA et all, 2004). Mas é com a construção, nos anos oitenta, de um movimento específico, autodenominado de Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, autônomo ou ligado à estrutura sindical rural, que as trabalhadoras rurais ganham maior visibilidade no espaço social e político brasileiro, transformando-se por este modo em sujeitos políticos no cenário nacional (NOBRE, 2002).

Essas organizações ampliaram-se por todo o Brasil e constituíram um Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais que foi se estruturando por Coordenações Regionais. Em 1995, criou-se a Articulação Nacional das Trabalhadoras Rurais, representando 22 organizações de 16 estados brasileiros (FARIAS, 1996). A formação de movimentos das mulheres em geral, e das trabalhadoras rurais em particular, assinala definitivamente a participação das mulheres nos movimentos sociais, o que tem significado a entrada do feminino num espaço tradicionalmente representado como masculino.

Para Nobre (2002), muitos estudos têm colocado a participação política das mulheres num contexto “geralmente percebido como uma das formas de articulação ou passagem da esfera privada à esfera pública”. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e suas derivações têm sido o lugar em que estas mulheres se fazem “sujeitos” políticos. Nele, e através dele, constroem sua identidade de mulher-trabalhadora-rural, não só porque se autodenominam assim, mas porque criam ações pelas quais se fazem dessa forma, seja através de campanhas dirigidas às próprias mulheres rurais¹⁵, seja pelas reivindicações demandadas ao Estado enquanto direitos a serem

¹⁵Em 1991 a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, lançou campanha “Trabalhadora Rural: declare sua profissão”, durante a realização do Censo Demográfico. Em 1997 lançaram a campanha

conquistados. Esse é um processo criativo e inventivo, embora, nem sempre os elementos sejam novos e emancipadores, permitem uma experiência pela qual essas mulheres se fazem “sujeitos” de si mesmas. As mulheres trabalhadoras rurais que sempre estiveram colocadas nos lugares obscuros e fora da acústica da história, com os movimentos sociais conquistam a fala e se fazem ouvir, constroem um espaço próprio no campo da luta política e na esfera pública (FARIAS, 1996).

A reflexão sobre as questões relacionadas com a participação política das mulheres ou sobre as formas de sua presença no mundo da política tem sido abordada a partir de dos processos interligados, mas diversos. O primeiro situa-se no âmbito da ultrapassagem da esfera privada para a esfera pública, e o segundo é o da emergência das mulheres como “sujeito” - social ou político (SUPLICY, 2004).

Na região sudoeste paranaense, a exemplo de outras regiões, existe desde 1984 um trabalho de organização de mulheres, feito através de ONGs e representações ligadas à agricultura. Todo esse cenário político teve influência decisiva sobre o trabalho das organizações sociais - reorientando seus rumos - e na vida das mulheres, inclusive das participantes dessa pesquisa. Apesar disso existem *tabus* que evitam que se discuta certas questões, principalmente aquelas ligadas à divisão sexual do trabalho, que acarreta às mulheres uma diversidade de tarefas, enorme responsabilidade e em decorrência sobrecarga de trabalho.

5 Relações de trabalho e gênero na agricultura familiar

Sabe-se que o trabalho das mulheres foi sempre subestimado nas estatísticas oficiais, mesmo elas produzindo metade dos alimentos consumidos mundialmente. Quando se fala em

“Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documento”, para superar a falta de documentos pessoais e trabalhistas entre as mulheres do campo.

trabalho das mulheres agricultoras está se falando de uma parte importantíssima de subsistência alimentar para as famílias do Terceiro Mundo (BULLOCK apud PAULILO, 2003).

Os movimentos feministas contribuíram para que houvesse avanços na diminuição da invisibilidade das mulheres. A sociologia, influenciada pelo movimento feminista, vem tornando visível o trabalho das mulheres no campo, assim como questionando a pressuposição de que a família rural se comporta como se fosse uma única pessoa, tal a identidade de valores e práticas entre seus membros. Outro questionamento é a associação quase automática entre o moderno, incluindo a modernização da agricultura, e a independência feminina. A utilização de novas máquinas e tecnologias não significa mudanças nas relações de gênero e geração, pelo contrário, pode significar o deslocamento das mulheres de atividades ligadas à lavoura, destinando-lhes somente o trabalho doméstico.

Apesar das mulheres aparecerem com preponderância no processo de reprodução social da agricultura familiar com base agroecológica e na construção da sustentabilidade, se discute pouco a importância de seu trabalho. Elas adquiriram historicamente um vasto saber sobre os agroecossistemas que manejam, desempenhando importante papel como administradoras do fluxo de biomassa, conservação da biodiversidade e domesticação de plantas. Demonstram, ainda, em muitas regiões do mundo, um significativo conhecimento sobre os recursos genéticos, assegurando as bases para a biodiversidade e a segurança alimentar (PACHECO, 2002). Esse papel é de grande relevância, porque a preservação da biodiversidade constitui ponto-chave para a defesa da agricultura familiar com base agroecológica.

Note-se que são complexas as relações de gênero estabelecidas no interior da agricultura familiar. A discussão sobre essas relações ainda não conseguiu um lugar de destaque e de prioridade no conjunto das linhas de atuação das organizações sociais - ONGs, sindicatos, cooperativas - a ela ligadas (BITENCOURT & SABBATO, 2000). Isso não reflete apenas uma

eventual resistência das direções das entidades - formadas predominantemente por homens -, mas as conseqüências que as mudanças de relações de gênero poderiam ter na distribuição interna de poder, desequilibrando interesses, práticas e procedimentos consolidados. Reflete-se aí também a dificuldade desses dirigentes para desenvolver novas experiências organizativas, que superem entraves estruturais no funcionamento dessas entidades, os quais criam obstáculos ao aumento da participação das mulheres nas decisões (DESER/CEMTR, 2000).

A agricultura familiar sofre diferentes pressões sobre sua capacidade de reprodução social e econômica. Além da carência de políticas agrícolas adequadas para o setor, ela é pressionada pelo avanço das grandes propriedades, pela fragmentação da terra por herança e pela incapacidade de aquisição de novas áreas. As propriedades familiares são resultado da soma do trabalho dos membros da família, e o trabalho produtivo realizado pela mulher constitui uma gama diversificada de funções que as favorecem.

Silvestro et all. (2001) afirma que não existe atividade econômica em que as relações familiares tenham tanta importância como na agricultura. A maior parte da agricultura contemporânea não se apóia na separação entre negócio e família, e o local de residência geralmente se confunde com o local de trabalho. Nesta “unidade indissolúvel de geração de renda” (CHAYANOV apud SILVESTRO et all., 2001) que é a agricultura familiar, os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho desde muito cedo. Aos poucos vão assumindo as atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante a vida, mas os principais aspectos da gestão do estabelecimento. Para Lechat (1996), na *unidade* familiar a produção e reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um processo único. Diferentes momentos compõem o processo produtivo anual das culturas e o ciclo de desenvolvimento da família – o que propicia uma naturalização da divisão do trabalho. Esta

divisão, na maioria das vezes, é feita sob orientação do chefe da família, o que dá à organização familiar seu caráter patriarcal. Nela, filhos e esposa não têm autoridade para contestar ordens.

De maneira geral, no meio rural as mulheres foram educadas para aceitar que é através do trabalho, do esforço e do sacrifício que elas serão reconhecidas. Segundo a FAO, a jornada de trabalho das mulheres é bem mais longa que a dos homens. Uma mulher rural precisa de 60 a 90 horas semanais para realizar suas atividades. Durante o verão, devido aos dias serem mais longos, o horário das mulheres pode aumentar em até 20% (PRESVELOU, 1996).

O trabalho realizado pela mulher na agricultura é assimilado à obrigação natural que ela tem de “ajudar” o marido. A razão desta maneira de ver reside, por um lado, no fato de que em contextos agrícolas a atividade profissional e a vida familiar se desenvolvem no mesmo lugar. Por outro lado, no fato de as relações no seio de um casal de agricultores serem ao mesmo tempo relações de cônjuges e de colaboradores (BRUMER, 2000).

5.1 Gênero definindo a divisão sexual do trabalho na Agricultura Familiar

Todas as sociedades designam tarefas diferentes aos homens e às mulheres, constituindo o que se chama de divisão sexual do trabalho. Na maioria das culturas tanto o homem quanto a mulher realizam trabalhos produtivos, mas este está dividido em trabalhos correspondentes ao homem (arar, trabalhar com máquinas etc) e à mulher (plantar, colher etc). Entretanto, as mulheres também são responsáveis pelo trabalho reprodutivo, que corresponde a cozinhar, lavar, limpar, cuidar das crianças, atender doentes, ou seja, reproduzir e manter a força de trabalho. Geralmente, tanto a mulher quanto o homem assumem o trabalho para manter e melhorar a comunidade, com a diferença de que o homem tem mais participação pública e a mulher faz o trabalho de apoio. De Grandi (1999), afirma que na agricultura familiar não se separam as relações de trabalho das relações de gênero que se dão entre os membros de um núcleo familiar.

Na unidade familiar, segundo Lechat (1996), “a produção e a reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um processo único”.

Para Paulilo (2003-b), a carência de estudos sobre a mulher no campo explica o relativo descaso com que esta realidade está sendo tratada no meio rural, apesar de estar ali amplamente disseminada. Este descaso e a invisibilidade do trabalho feminino expressam uma desigualdade de gênero e mascaram o significado da inserção produtiva das mulheres e sua contribuição para a economia e para a sociedade como um todo. Aplicadas ao espaço rural, as análises de gênero têm mostrado a desvalorização do trabalho das mulheres e sua subordinação aos homens (PACHECO, 2003).

No processo da divisão sexual do trabalho há condicionamentos culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família. Embora esposa e filhos também conheçam as diferentes etapas do processo produtivo, é o pai que “re-une” todas as condições, sendo considerado o dono do saber. Transforma-se assim o saber em um componente reforçador da hierarquia familiar (DE GRANDI, 1999).

As atividades realizadas no espaço masculino são consideradas como “ajuda”, uma vez que se considera que fora dos limites domésticos a mulher não trabalha. Esta situação transforma as mulheres em eternas ajudantes familiares, em trabalhadoras invisíveis do ponto de vista social (SAMPEDRO GALLEGOS, 1996). Segundo Almeida (1986), “na ideologia camponesa, o trabalho legitima o acesso à terra e ao produto dela derivado”. Desta forma, a percepção de que as mulheres “não trabalham” encontra fundamento não só em crenças populares, mas também na própria teoria econômica que só considera produtivo o trabalho que resulta em bens. “O fato de ser o homem quem trabalha a terra lhe dá direitos sobre ela, em oposição à mulher que *não trabalha*. Para as mulheres há compensações como dotes e às vezes o estudo” (MOURA, 1978). Neste sentido, também é preservado o controle masculino sobre os recursos provenientes da

produção, já que é o pai que realiza a comercialização. Note-se ainda que o agricultor também monopoliza os espaços públicos, incluindo o espaço ligado ao lazer ou lúdico (ALMEIDA, 1986).

É socialmente reconhecido e valorizado o trabalho produtivo que faz parte das estatísticas oficiais. Se uma agricultora produz raízes e hortaliças para alimentar a família, não se considera que ela esteja trabalhando. Se ela produz raízes e hortaliças para vender e com os recursos provenientes da venda, compra mantimentos, ela é considerada como contribuinte da economia. Neste sentido, também os recursos públicos são destinados em sua grande maioria àqueles que produzem prioritariamente para comercialização e exportação. Tem-se uma tendência arbitrária de valorizar mais um tipo de trabalho em detrimento de outros (SUAREZ, 2001). Há uma desqualificação do trabalho feminino.

Segundo Paulilo (1987), qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza – são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Essa classificação, segundo a autora, também está associada a diferentes remunerações - maior para o trabalho “pesado” e menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. Admite-se que o trabalho atribuído às mulheres é cansativo, mas não pesado. Segundo a autora, o que determina o valor da diária, o que é trabalho leve ou pesado é, em suma, o sexo do trabalhador, as variações de exploração da terra nas diferentes regiões e a posição de seus realizadores na hierarquia familiar. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato.

Nas propriedades investigadas por De Grandi (1999), a “criação miúda” permanece trabalho das mulheres, sendo considerado uma extensão das atividades domésticas. A “divisão dos espaços” só é rígida, em relação à participação masculina, nas atividades domésticas, porque

os homens consideram que estas são obrigações femininas. Neste sentido, nem mesmo a idéia de “ajudar” é concebida às mulheres, uma vez que estas atividades afastam-se de sua atribuição própria, que são as produtivas. Segundo Portella et all (2004), os homens só excepcionalmente realizam atividades domésticas, até porque nas escalas locais de valores o trabalho feminino vale menos, e é o trabalho masculino que ocupa o lugar de maior importância, devendo, portanto, ser preservado da possível desvalorização trazida pelo contato com o mundo do trabalho feminino. Em contrapartida, o espaço feminino de trabalho, conforme Pacheco (2002), é infinitamente elástico, pois as mulheres realizam quase todo tipo de atividade na propriedade. De um modo geral, as mulheres estão presentes tanto nos trabalhos ligados à esfera da reprodução, quanto nos relativos à produção. Além das atividades que desempenham em todas as etapas do processo produtivo agrícola, elas atuam de maneira equivalente no manejo dos animais, incluindo a ordenha e processamento do leite e a criação de pequenos animais. Somam-se a esses os afazeres domésticos, que se estendem ao quintal, além dos cuidados com a horta e o pomar.

Segundo De Grandi (1999), são as instituições (família, igreja, estado, escola) que perpetuam a distribuição do poder de maneira desigual entre homem e mulher, cabendo a ela a posição subalterna na organização social. No meio rural há um rígido e severo controle familiar e comunitário sobre o grupo doméstico - principalmente as mulheres - e fundamentalmente relacionado com a moral sexual e familiar. As relações de trabalho são uma face das relações sociais entre os gêneros, e estão assim permeados por “construções sociais e históricas, interdependentes e complementares”. Assim como as *relações de gênero* são construídas socialmente, as *relações de poder* também o são. Assim, ambas estão sujeitas às mudanças nas organizações culturais, políticas e econômicas.

Do ponto de vista teórico-político, a marginalização econômica das mulheres não resulta da exclusão delas das tarefas produtivas, mas da exploração de seu trabalho no sistema global das

relações capitalistas de trabalho. Esta marginalização obriga-as a participar em um sistema que gera desigualdade e aproveita a hierarquia de gênero existente para colocá-las numa posição subordinada em cada diferente plano de interação entre classe e gênero (VIEZZER, 1996). O paradigma dominante na economia reforça essas desigualdades duplamente: ignora o trabalho reprodutivo não-pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino e, ignora a divisão sexual do trabalho.

Com a modernização da agricultura¹⁶, quando o trabalho realizado pela mulher - roçar, semear, colher - passa a ser mecanizado, ela perde espaço de trabalho, não porque não goste de “mexer nas máquinas”, mas porque o treinamento e a informação para o uso das mesmas são dirigidos ao homem (pai ou filhos maiores), como são também os recursos de crédito, educação e as técnicas de produção. A falta de conhecimento e de treinamento faz com que as mulheres fiquem com as tarefas consideradas de menor prestígio e importância, sendo excluídas do trabalho que requer tecnologias. O trabalho do homem é definido como técnico e o da mulher como não técnico. Por isso, o acesso ao crédito, o treinamento, a assistência técnica e outros benefícios são dirigidos exclusivamente ou preferencialmente ao “chefe” da família, mesmo que não seja ele a pessoa mais apropriada para recebê-los (SUAREZ, 2001).

As alterações associadas à modernização da agricultura podem influir diretamente na organização do trabalho na unidade de produção, sobrecarregando ou liberando a mão-de-obra familiar existente. A modernização trouxe consigo novas formas de produzir, alterando todo um processo de aprendizagem baseado no uso tradicional do espaço, dos produtos e do ambiente. Ao mudar o ritmo do ciclo produtivo ela alterou a divisão sexual do trabalho sem, no entanto, alterar

¹⁶ Processo que incorporou à agricultura insumos e máquinas industriais, onde ocorreu uma intensificação da mecanização e a homogeneização dos cultivos, em detrimento do saber-fazer local.

as relações de poder e as oportunidades no seio das famílias. Em contrapartida, a agroecologia estaria sendo o espaço para a construção de relações de gênero mais justas e equitativas.

Para Woortmann (1997), o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais de gênero. O trabalho do homem é considerado mais importante porque envolve a responsabilidade com a administração do estabelecimento. A dificuldade em perceber o trabalho total da mulher do campo também é revelada nas fontes estatísticas oficiais, em que seu trabalho não é considerado como tal, tornando invisível o papel delas no desenvolvimento da agricultura familiar. Como afirma Portella et al (2004):

“O trabalho das mulheres e jovens na agricultura familiar, além de desvalorizado é invisibilizado pelo sistema de coleta de dados, que toma como foco as famílias, o que exige a reeducação do olhar para coleta e análise de dados”.

Da mesma forma, nos documentos de muitas mulheres do campo, ainda consta que são domésticas, e não trabalhadoras rurais, causando constrangimentos e dificuldades para que elas consigam a aposentadoria (OLIVEIRA, 2002). Mesmo sendo parte mais expressiva da força de trabalho, o trabalho da mulher não ultrapassa o status de “ajuda”. Isto contraria uma avaliação feita pela equipe coordenada por Guanziroli (1996), que afirma que o trabalho familiar é igualmente fornecido pelos membros da família.

Ao não serem reconhecidas como importante força de trabalho, as mulheres não são incluídas nos projetos e formulações políticas destinadas à agricultura em geral, porque se subestima a quantidade e a qualidade do trabalho feminino na unidade familiar. Os órgãos oficiais, por muito tempo, consideraram atividades econômicas apenas aquelas que proporcionam renda direta. Desta forma, só lhes reconhecia um papel secundário, de “tapa buracos”, quando na

realidade elas assumem responsabilidades tão importantes quanto aquelas dos homens (BRUMER, 2000). Nos últimos anos o lugar das mulheres e as questões de gênero no âmbito das políticas públicas para a agricultura vêm sendo assumidas publicamente pelos governos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, atualmente, possui uma assessoria especializada para essa área e, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), estabeleceu linha de crédito específico para as mulheres. Iniciativas necessárias, mas ainda insuficientes, uma vez que as desigualdades entre homens e mulheres na agricultura familiar repousam nas estruturas do próprio modelo que, até o momento, seguem inquestionadas. Pensar uma política de desenvolvimento rural exige reflexões e proposições que tratem da questão mais ampla das relações sociais no campo (PORTELLA et al., 2004).

Assim sendo, há também uma marginalização feminina na formação profissional agrária. A justificativa é de que as mulheres não são capazes de realizar trabalhos que requerem muita técnica, nem de administrar, nem de se relacionar adequadamente com o espaço público. A falta de conhecimento e de treinamento contribui para que as mulheres fiquem, na maioria das vezes, com as tarefas consideradas de menor prestígio ou importância e com pouco acesso a direitos e políticas públicas.

O excesso de tarefas na unidade de produção familiar constitui-se, para Paulilo (2003-b), num elemento que dificulta a participação das mulheres em atividades relacionadas à formação. Outra problemática não muito debatida é de que, apesar de elas trabalharem para aumentar o patrimônio da família, dificilmente são consideradas em termos de igualdade de direitos no acesso à terra. Em decorrência da desvalorização do trabalho das mulheres uma pequena parcela delas têm acesso ao crédito no Brasil. Neste particular, apesar do governo federal no último ano ter ampliado sua política de créditos para as mulheres, o acesso a ele é dificultado por

preconceitos de parte de funcionários e gerentes de bancos e da falta de documentação pessoal (MDA, 2005)¹⁷.

Segundo Presvelou (1996), o papel das mulheres na produção alimentar e nas atividades econômicas precisa de reconhecimento, porque mundialmente a economia de subsistência está nas mãos das mulheres. Elas têm a responsabilidade e a participação em todas as fases do ciclo alimentar que inclui: 1) a fase da produção - todas as atividades cotidianas para assegurar a produção e a colheita dos produtos da alimentação; 2) a fase do pós-colheita - todas as atividades relativas à preservação dos produtos e à preparação dos alimentos. Cada uma dessas fases implica grande esforço em termos de energia física, demanda muito tempo e grande resistência às condições climáticas (OLIVEIRA, 2002).

5.2 As conseqüências da visão idílica sobre o rural e a família na vida das mulheres

Além das características idealizadas em relação à agricultura familiar, ou seja, a existência de um vínculo automático entre agricultura familiar e sustentabilidade, a despeito da valorização da diversidade e dos cuidados com a preservação da natureza presentes, outra visão que aparece de forma contundente é de que a família teria um comportamento unificado em torno de um mesmo objetivo - a manutenção da propriedade e do grupo familiar acima de tudo. Neste contexto não se supõe que haja diferenças, tensões e conflitos entre as gerações e entre os gêneros. Não se pode falar em agricultura familiar sem falar no que seja implicitamente a temática de gênero, especialmente, a medida que esta *forma específica de organização social* possui como uma de suas características fundamentais um tipo de organização do trabalho

¹⁷ “Políticas do MDA para as mulheres agricultoras” Oficina realizada dias 23 e 24 de agosto em Chapecó/SC.

familiar em que se considera a existência de uma divisão de responsabilidade por sexo e por unidade no interior da unidade de produção (LECHAT, 1996). A administração de uma propriedade não se restringe, então, ao processo decisório sobre questões econômicas, mas também diz respeito a como *integrar os diversos objetivos familiares* e o relacionamento com parentes, vizinhos, amigos, a comunidade rural e as instituições. Incorpora também a forma como o agricultor percebe os recursos físicos de sua propriedade e da região.

Na agricultura familiar contradições entre liberdade e igualdade recebem pouca atenção. Pressupõe-se que o que é bom para o conjunto dos membros da família é necessariamente bom para a mulher. Isto se reforça no fato de que o conceito de agricultura familiar, que desde os anos 90 tem ampla aceitação no mundo acadêmico, como entre os técnicos e os próprios agricultores, implica em uma visão, senão totalmente harmônica da família rural, pelo menos baseada na idéia de que os conflitos entre os cônjuges, e entre estes e seus filhos, podem ser resolvidos sem extrapolar a esfera doméstica (PAULILO, 2003-b). O grande desafio é dar visibilidade às demandas das mulheres, criando espaços para elas participarem mais dos processos decisórios e, conseqüentemente, possibilitando que obtenham melhorias concretas nas suas condições de trabalho e vida e maior autonomia de ação (SILIPRANDI, 2003).

Sobre a realidade do meio rural, há uma parte da sociedade em geral e de muitos mediadores - influenciados principalmente pela igreja – que acredita numa visão de família monolítica¹⁸, harmônica e em equilíbrio. Nela, todos concorrem para o sucesso de empreendimento familiar, têm os mesmos objetivos e estratégias de ação definidos através do consenso, sob a liderança do chefe da família - o pai - secundado pela mãe, esta com papel de maior ou menor relevância de acordo com o contexto cultural (SILIPRANDI, 2002).

¹⁸ Monolítico no sentido de bloco único

Tal visão idílica do rural não permite que sejam percebidas as mudanças que ocorreram nas últimas décadas, nos desejos e nas necessidades das mulheres. Nessa visão, parte-se da suposição de que a situação de subordinação em que elas se encontram dentro da família é um fato “natural”, não percebe-se que, muitas vezes, existem conflitos latentes, fazendo com que muitas mulheres, principalmente as jovens, busquem saídas para melhorar sua situação. Segundo Siliprandi (2002), essa é a visão ainda predominante sobre como funciona uma “família rural”, ou seja, uma família sem tensões, idealizada. Há fatores – inclusive laços afetivos - que fazem com que as pessoas colaborem dentro da família, mas também há forças que levam as pessoas a exercitar competições entre si. Tudo isto é permeado por relações de poder que foram construídas material e historicamente através de leis, de instituições e de costumes. Desta forma, às mulheres não é permitido participar verdadeiramente dos espaços – públicos ou de produção - e expressarem seus desejos reais, porque pressupõe-se que esses espaços estão suficientemente “representadas” pelos pais, irmãos e maridos (WOORTMANN, 1992). Atualmente as mulheres agricultoras têm mais acesso à informações o que, de um lado, lhes dá mais possibilidade para o questionamento de suas condições e, de outro, têm causado diferentes graus de frustrações entre elas.

Note-se que as relações de gênero são constituídas socialmente, trazendo consigo relações de poder. Na agricultura isso não se dá de forma diferente, ou seja, estas relações se estabelecem nas próprias relações de trabalho dentro da agricultura familiar. Entretanto, com as novas questões levantadas por certos grupos ligados à agroecologia, acaba-se encampando possibilidades de novas relações de gênero.

Desvendar essa visão predominante no meio rural é importante, porque a despeito dessas concepções existentes no meio da agricultura familiar, as mulheres são impedidas de ocuparem os espaços públicos, pressupondo-se que estejam suficientemente representadas pelos homens.

Essa atitude também é incorporada por elas, fazendo com que se encontre resistência quando a intenção é de envolvê-las ou de “desacomodá-las”.

CAPÍTULO II

AGRICULTURA FAMILIAR, AGROECOLOGIA E SUSTENTABILIDADE

A agroecologia é apontada como sendo a abordagem da gestão produtiva dos recursos naturais mais apropriada para o alcance da sustentabilidade da agricultura familiar e a igualdade das relações sociais entre homens e mulheres. Coloca-se como condição essencial para a sustentabilidade dessa agricultura familiar com base agroecológica, a visibilização do trabalho das mulheres, a mudança na divisão sexual do trabalho e o estabelecimento de relações de gênero mais equitativas.

1 A reprodução social e econômica da agricultura familiar

A agricultura familiar sempre reuniu no mesmo espaço, e de maneira integrada, a organização das atividades diretamente ligadas aos cuidados com a reprodução e com as atividades voltadas para produzir bens agrícolas e não-agrícolas. Historicamente, ela se mostra carente de uma política pública que apóie as suas práticas com crédito, com assistência técnica e com capacitação, de forma suficiente e adequada às suas demandas e necessidades. No cenário brasileiro, a agricultura familiar ganha relevância a partir dos anos 90, quando é finalmente reconhecida como setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável (BITTENCOURT & SABBATO, 2000).

No Brasil existem mais de 4 milhões de famílias de agricultores familiares que na região sul respondem por 70% da produção de alimentos da cesta básica (IBGE, 2000). Representam 85,2% do total de estabelecimentos agrícolas, ocupando 30,5% da área total e sendo responsáveis

por 37,9% do valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária Nacional e 50% do VBP da região sul (BITTENCOURT & SABBATO, 2000). Este não é um segmento com características idênticas, mas é assim denominado por ter uma organização sócio-econômica que procura relacionar a produção agropecuária com a reprodução do grupo familiar utilizando predominantemente mão-de-obra familiar (CARMO, 1998).

“A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitas pelos indivíduos que mantêm entre eles laços de sangue ou de casamento; a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. Caracterizando assim os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção superando a tendência de associar este segmento equivocadamente à *pequena produção*” (BITTENCOURT & SABBATO, 2000).

Sendo a família o elemento básico da gestão da produção e do trabalho disponível internamente, a organização familiar opera nas seguintes direções: produção, consumo e conservação do patrimônio, com uma lógica de produção/reprodução (OLIVEIRA, 2002). A presença dos membros da família - não remunerados - na propriedade executando o trabalho agrícola é fundamental para garantir com a renda obtida, a qualidade de vida e a sobrevivência de todos¹⁹.

No espaço da agricultura familiar são desenvolvidos basicamente dois tipos de trabalhos: os relacionados ao espaço reprodutivo e os relacionados ao espaço produtivo. Os primeiros são um conjunto de atividades com o objetivo de produzir as condições para que as pessoas nasçam, se desenvolvam e envelheçam, assistidas em suas necessidades durante todo o ciclo da vida.

¹⁹ Tepicht apud Siliprandi (2003) analisa mais profundamente a importância do que ele chama de “forças marginais” (mulheres, crianças e idosos) na persistência e competitividade da agricultura.

Segundo Almeida (1986):

“A unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender o consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo. Trata-se do que se tem chamado de reprodução de ciclo curto ou anual. Mas também tem a reprodução de ciclo geracional, que diz respeito a como as famílias se reproduzem, perpetuam ao longo do tempo”.

O foco na primeira perspectiva seria a lógica econômica da família, via trabalho e consumo. A segunda perspectiva seria a lógica do parentesco que perpetua famílias via nascimento, casamento, morte e herança. Essas duas perspectivas dão idéia da reprodução da família para si (nos ciclos curto e longo), o que possibilitaria a sua reprodução social.

Do trabalho reprodutivo ninguém prescinde, sendo que este envolve a elaboração de alimentos e os cuidados com higiene, vestuário, saúde, educação e apoio emocional aos indivíduos ao longo da sua existência. Do ponto de vista de quem elabora essa tarefa ou trabalho são exigidas várias habilidades e grandes esforços físicos e mentais. Os trabalhos relacionados ao setor produtivo englobam atividades de produção de bens e serviços, extração, cultivo, transformação e comercialização. Essas atividades produzem valores de troca, estão dirigidas ao mercado e valorizam o extrato da população que a ela se dedica.

A agricultura familiar aparece como um dos modelos desejáveis, muitas vezes, apresentado como o mais justo, tanto diante das desigualdades sociais e econômicas, quanto do ponto de vista sócio-ambiental, mas especialmente pela capacidade que teria de responder à situação de crescente empobrecimento da população brasileira. Defendem esta posição vários movimentos sociais rurais, entre os quais, os movimentos de mulheres e setores do próprio governo. Neste sentido, Carmo (1998) situa os espaços da agricultura sustentável no segmento da

produção familiar como sendo um lugar privilegiado de máxima aderência aos sistemas produtivos não convencionais²⁰, visando preencher características dos padrões emergentes da demanda de alimentos. A ASSESOAR e as organizações ligadas à agricultura familiar apontam a agricultura familiar como desejável social, econômica e ecologicamente, porque geraria ocupação e produção de alimentos com baixo custo. Sua produção diversificada reduziria custos de manutenção da família possibilitando a melhoria da qualidade de vida e a auto-suficiência alimentar. Ela se justificaria também pela possibilidade de convívio próximo com o ecossistema no qual se insere, integrando a comunidade pela proximidade das moradias, assegurando o desenvolvimento de uma vida cultural própria e facilitando o desenvolvimento de ações de cooperação. Ecologicamente justificaria-se pela possibilidade de convívio construtivo e próximo em relação a natureza, dentro de um processo de gestão econômica menos imediatista com o ecossistema no qual se insere. Possibilitaria, ainda, a reciclagem da produção e de subprodutos em proveito da eficiência econômica, do equilíbrio natural e do emprego dos fatores produtivos, devido à sua maior compatibilidade com as diversidades existentes na natureza (ASSESOAR, 2002).

No entanto, mesmo esse segmento sofreu modificações nos últimos cinquenta anos, com a introdução do padrão tecnológico moderno. Este modelo de agricultura, que preconiza o uso da mecanização pesada, de agroquímicos sintéticos e de sementes melhoradas, elevou a produtividade, mas causou efeitos colaterais adversos ecológica e socialmente. Através de uma intensa pressão sobre os recursos naturais acabou gerando uma degradação ambiental com a erosão da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais e exacerbou as diferenças sociais. Isso veio a justificar seu questionamento por parte dos agentes de desenvolvimento, das organizações

²⁰ Sistemas convencionais são aqueles onde há emprego de sementes selecionadas geneticamente para alta produtividade associado ao uso de agroquímicos e à mecanização,

sociais e das diversas correntes da agricultura que se apresentam como alternativas ao padrão técnico moderno e ao modelo de desenvolvimento rural vigente.

2 Das correntes de agricultura alternativa à agroecologia

As correntes de agricultura alternativa – biodinâmica, orgânica, biológica, natural, permacultura²¹, etc. - tiveram grande importância na formação da base teórica da agroecologia no Brasil. A partir da base teórica dessas correntes²², e com a influência de vários pesquisadores, se iniciou o processo de construção da agroecologia. A princípio, todas as correntes de agricultura alternativa têm propostas que apontam num sentido comum de mudanças nos sistemas produtivos - a produção de alimentos de qualidade biológica, o respeito aos ciclos naturais e à manutenção da fertilidade do sistema produtivo - e até mesmo nos projetos de desenvolvimento. Em sua grande maioria elas têm orientação filosófica ou religiosa definida (DICKIE et al., 2003). No entanto, segundo Almeida (2005), essas correntes apresentam claros limites na proposição de mudanças mais amplas na sociedade, por centrarem suas concepções fundamentalmente em mudanças tecnológicas e se descuidarem do aspecto social. Neste sentido, a agroecologia entraria como abordagem que reúne tanto os aspectos mais ligados às tecnologias, quanto os necessários para o desenvolvimento mais integral da sociedade, como aponta-se a seguir.

2.1 A conceituação de agroecologia

A agroecologia no Brasil surge a partir da base teórica e da inserção concreta das correntes de agricultura alternativa e dos movimentos sociais. Assim, a princípio, não pode ser

²¹ Para maior detalhamento em relação as correntes da Agricultura Alternativa consultar Ehlers em seu livro **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

entendida como mais uma delas porque, segundo Rigon (2002), ela não tem caráter doutrinário centralizado, não preconiza o produto e tem processos e princípios próprios. Concorde-se com Caporal & Costabeber (2002) quando afirmam que desta forma ela estaria também evitando o risco de diferenciação social decorrente dos enfoques que privilegiam a orientação pelo mercado e por nichos de consumidores que permitem o acesso a grupos restritos de agricultores ao mercado.

A agroecologia, em sua construção, está sendo influenciada por diversas áreas do conhecimento. Para Caporal & Costabeber (2002):

“A essência do Enfoque Agroecológico corresponde à aplicação de conceitos e princípios da Ecologia, da Agronomia, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência da Comunicação, da Economia Ecológica e de tantas outras áreas do conhecimento, no redesenho e no manejo de agroecossistemas que queremos que sejam mais sustentáveis através do tempo. Trata-se de uma orientação cujas pretensões e contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônomicos da produção agropecuária, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas, como variáveis culturais, políticas e éticas”.

A agroecologia é também influenciada pelos movimentos ambientalistas, pelos estudiosos da área da ecologia e de sistemas indígenas e tradicionais e por estudos de desenvolvimento rural dos países pobres. Está hoje incorporada de forma diferenciada em diversas instituições de ensino brasileiros, como política e programa de alguns estados e municípios e, principalmente, em ONGs ligadas ao rural.

Quanto à tentativas de conceituação, esta tem sido ampla e diversa, principalmente, a partir do contexto ou com o conteúdo particular de cada pesquisador ou ator social. Como afirma Dickie et all. (2003), em relação a conceitos formulados por ONGs e agricultores “as expressões

²² Segundo Schmidt (2003) as bases das correntes biodinâmica, natural e orgânica têm surgimento anterior ao padrão técnico moderno.

em muitos casos lembram uma ética da salvação...” E acrescentam que na perspectiva da agroecologia:

“O ser humano é visto como agente privilegiado da possibilidade da utopia concreta, seja revestida de cidadania, seja de equilíbrio, seja de espiritualidade. Estes três revestimentos se propõem através de uma relação integrada com a Natureza e como um modo de vida que implica numa opção pelo diferente, pelo novo, pelo que é melhor. O ser humano é visto, nos três casos, como o agente potente deste novo”.

Estas pesquisadoras descrevem amplamente as relações que teriam a conceituação e o uso da agroecologia e também da agricultura orgânica, com as concepções filosóficas de cunho religioso. Muitas organizações sociais adotam um conceito de agroecologia baseado em premissas religiosas, em contraponto a concepções mais científicas como aquelas de Stephen Gliessman (2000) e Sevilla Guzmán (2005):

“A agroecologia é o estudo das bases ecológicas (estruturas e funções) dos sistemas agrícolas e a aplicação de conceitos e princípios ecológicos na concepção e manejo de sistemas agrícolas sustentáveis” (GLIESSMAN, 2000).

“Ao contrário da ciência convencional que utiliza uma forma de conhecimento atomista, mecânica, universal e monista, a agroecologia, respeitando a diversidade ecológica e sócio-cultural e, portanto outras formas de conhecimento, propugna pela necessidade de gerar um conhecimento contextualizador, subjetivo e pluralista nascido a partir das culturas locais. Desta forma pode contribuir para o desenho de estratégias de desenvolvimento sustentável... Agroecologia constitui o campo de conhecimentos que promove o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva que apresentam alternativas à atual crise de modernidade, mediante propostas de desenvolvimento participativo desde os âmbitos da produção e da circulação alternativa de seus produtos, pretendendo estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social e, deste modo, restaurar o curso alterado da coevolução social e ecológica. Sua estratégia tem uma natureza sistêmica, ao considerar a propriedade, a organização comunitária e o restante dos marcos de relação das sociedades rurais articulados em torno à dimensão local, onde se encontram os sistemas de conhecimento portadores do potencial endógeno e sócio-cultural. Tal diversidade é o ponto de partida de suas agriculturas alternativas, a partir das

quais se pretende o desenho participativo de métodos de desenvolvimento endógeno para estabelecer dinâmicas de transformação em direção a sociedades sustentáveis” (SEVILLA GUZMÁN, 2005).

Para Miguel Altieri (2002), igualmente a agroecologia seria:

“uma ciência ou disciplina científica que tem objetivos claramente sociais e participativos, muito de acordo com a ação das organizações sociais ligadas a agricultura. Ela não procura substituir o conhecimento tradicional, mas sim procura trabalhar com a realidade, por isso ela também é culturalmente aceitável. Não questiona o valor do conhecimento dos agricultores familiares, mas propõem construir um modo de produção sobre este conhecimento, utilizando recursos locais e mais baratos, de forma eficiente, otimizada. Apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura sustentável nas suas diversas manifestações e/ou denominações” (ALTIERI, 2002).

Nesse sentido, a agroecologia tem como princípio básico a preservação e a ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas e esta é a possibilidade de torná-los sustentáveis. Ela não visa somente a produção, mas também o uso adequado dos recursos naturais, a valorização da cultura e sabedoria populares, resgatando os conhecimentos e a relação de respeito entre produtores e consumidores. Desta forma, seriam integrados princípios agronômicos, ecológicos e sócio-econômicos para a compreensão e a avaliação dos efeitos das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

Caporal & Costabeber (2002) percebem a agroecologia como um enfoque científico, porém estratégico. Segundo estes autores:

“As referências a agroecologia comumente utilizadas trazem a expectativa de uma nova agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores, afastada da orientação dominante da agricultura intensiva no uso de capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao ambiente e excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica. Além disso, a nova agricultura possibilita a oferta de produtos ‘limpos’,

ecológicos e isentos de resíduos químicos” (CAPORAL E COSTABEBER, 2002).

Segundo eles, não está claro onde se quer chegar com a agroecologia. Não raras vezes se confunde agroecologia com um modelo de agricultura, com um produto ecológico, com tecnologia ou então com uma política pública. E afirmam:

“Esse reducionismo do seu significado mais amplo atribui à Agroecologia definições que são imprecisas e incorretas sob o ponto de vista conceitual e estratégico, mascarando a sua real potencialidade de apoiar processos de desenvolvimento rural” (CAPORAL E COSTABEBER, 2002).

Almeida (2005) vai além, e critica as expectativas criadas principalmente pelas ONGs, considerando-a uma saída para propor um novo modelo de desenvolvimento:

“A proposição agroecológica se apresenta como uma aspiração geral a uma outra forma de desenvolvimento, que se apóia no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas mais próximos ao modelo camponês e indígena” (ALMEIDA, 2005).

Nessa proposição, segundo ele, podem ser identificadas algumas contradições nas ações dos atores sociais envolvidos:

“Ora assumem um caráter de defesa identitária, ora de reintegração econômica no interior do mercado. Isto traz o enfraquecimento de sua força contestadora e de grande parte de suas aspirações e utopias” (ALMEIDA, 2005).

Apesar das ressalvas desse autor em relação à agroecologia, ele assume que “pelo menos ela é capaz de servir eficazmente como instrumento de resistência e de reprodução de grupos sociais e no respeito à sua diversidade”.

Como já observamos anteriormente, nos ideários das ONGs percebe-se a agroecologia como forma de inclusão social de um segmento de agricultores marginalizados. A Rede Ecovida

de Agroecologia (2004) percebe a agroecologia como ciência e movimento social. Através dela a Rede pauta pela soberania alimentar - que seria o elemento básico da sustentabilidade - e o protagonismo dos agricultores e não somente a busca de um mercado diferenciado (SANTOS, 2004).

De acordo com a Rede Ecovida a agroecologia é um

“processo de produção de alimentos e produtos em conjunto com a natureza, onde os agricultores e agricultoras desenvolvem suas atividades protegendo o ambiente e sem depender dos “pacotes tecnológicos” com seus caros e degradantes insumos industriais. A agroecologia visa qualidade de vida e não somente as sobras financeiras. É a base para o desenvolvimento sustentável que inclui os aspectos sociais, ambientais e econômicos, envolvendo as dimensões políticas, técnicas e culturais, em processos educativos adequados, onde os trabalhadores e trabalhadoras assumem o papel principal e aumentam seu poder de intervenção na sociedade, de forma organizada” (REDE ECOVIDA, 2004).

A ASSESOAR coloca a agroecologia como, além de fornecer uma outra proposta tecnológica para a agricultura, propositora de uma forma de reconstrução das relações sociais e com a natureza, como base para a reprodução da vida e, em consequência, vê nas práticas ligadas à ela, uma forma de inclusão social principalmente dos jovens e das mulheres. No seu plano trienal (2005-2008), encontramos a seguinte definição:

“A agroecologia é uma proposta tecnológica para a produção de alimentos, com vistas à modificação do trabalho e da forma de pensar. Pressupõe superar o individualismo e a competição com relações de trabalho pautadas na cooperação e na solidariedade. Pressupõe também uma base ética de troca de idéias e de experiências, desenvolvida a partir do saber popular e da ciência da ecologia que implica a relação dos seres vivos entre si e com o ambiente, tendo em vista a reprodução da vida” (ASSESOAR, 2005).

Na agroecologia, entende-se, portanto, que o desenho de modelos agrícolas alternativos, de natureza ecológica, constitui-se no elemento mediante o qual se pretende gerar estratégias de desenvolvimento sustentável, utilizando como núcleo central o conhecimento local e as marcas

históricas deixadas por este conhecimento nos agroecossistemas, produzindo ajustes e soluções tecnológicas específicas de cada lugar, isto é, gerando, criando e/ou recriando o endógeno.

“A articulação transnacional dos Estados, através dos organismos internacionais, gerou um falso discurso ambiental, estabelecendo uma inconsistente definição oficial de sustentabilidade que leva a crer que a repetição e o aprofundamento dos processos de difusão de inovações, em sua vertente mais moderna, denominada intensificação verde, podem trazer a solução para os descaminhos do desenvolvimento convencional. Por isso é importante precisar o que é o sustentável²³ sob o ponto de vista da agroecologia, para evitar as armadilhas da sustentabilidade presente no discurso ecotecnocrático” (SEVILLA GUZMÁN, 2001).

No nível tecnológico, a agroecologia pressupõe a utilização de práticas e de estratégias de produção voltadas para a manutenção dos recursos produtivos; resgate e conservação da biodiversidade dos sistemas; controle ecológico dos indicadores biológicos (patógenos, invasoras e pragas) de manejo inadequado dos recursos naturais para a produção; uso maximizado de recursos e insumos endógenos; valorização e resgate do saber local relacionado ao funcionamento dos sistemas; descentralização das estruturas de beneficiamento e comercialização existentes e criação de canais alternativos de comercialização; estímulo as formas cooperativas/associativas de beneficiamento e comercialização; democratização do acesso ao crédito com a criação de cooperativas de crédito ligadas a agricultores familiares.

A agroecologia pode ser, portanto, considerada um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais ou moderna para outros mais sustentáveis (CAPORAL & COSTABEBER, 2004) com base teórica e

²³ Segundo Sevilla Guzmán (2001) o desenvolvimento rural sustentável deve ser amparado nos princípios da agroecologia, que se baseia no resgate e sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização, para a partir deles desenhar estratégias de desenvolvimento a partir do etnoecossistema.

metodológica multidisciplinar (ALTIERI, 2002), reunindo conhecimentos da agricultura tradicional e os conhecimentos originários das “reflexões teóricas e avanços científicos” (SEVILLA GUZMÁN, 2005). Deve sempre partir do conhecimento local²⁴, usando prioritariamente recursos endógenos com baixo gasto energético Gliessman (2000). Algumas ONGs, aportam como um de seus princípios a inclusão social, a mudança das relações societárias e com a natureza (ASSESOAR, 2005) e também a potencialização do protagonismo dos agricultores nos diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento rural (REDE ECOVIDA, 2004).

Para Caporal & Costabeber (2004), na visão da maioria dos autores a agroecologia se refere à mudanças num processo social de co-evolução contínua, dependente da intervenção humana que, portanto, exige mudanças de atitudes e valores em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. Vão além dos aspectos meramente tecnológicos, incluindo variáveis culturais, políticas e éticas de sustentabilidade num processo de construção participativa. Ou seja, a agroecologia não deveria apenas se orientar pelo redesenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também por processos de desenvolvimento sustentáveis. Possui uma base epistemológica²⁵ que reconhece a existência de uma relação interdependente entre o sistema social e o sistema ecológico - a cultura dos homens em co-evolução com o ambiente (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

As conceituações que se aportam aqui são pertinentes e mencionam aspectos relevantes enfatizando as relações existentes entre o sistema social e o ecológico - se referindo inclusive à sua co-evolução - orientando um novo modelo de desenvolvimento sustentável. No entanto,

²⁴ Partem do conhecimento local, mas não pode prescindir do conhecimento científico, desde que este seja compatível com os princípios e metodologias participativas que podem levar a uma agricultura com base ecológica (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

questões importantes como a inserção e a valorização das mulheres na agroecologia e no processo de trabalho ligado à agricultura familiar não aparecem como preocupações relevantes à agroecologia. O papel imprescindível das mulheres agricultoras na conservação da biodiversidade e na reprodução de estilos de agricultura desejáveis ecológica e socialmente, a divisão sexual do trabalho, a desigualdade de acesso a recursos produtivos e ao conhecimento e as relações desiguais de gênero não são ainda preocupações centrais, a despeito de outros setores, nos espaços de construção do conhecimento agroecológico.

Concebe-se a agroecologia como sendo uma abordagem que além da preocupação tecnológica tem objetivos sociais e participativos. Sua base teórica mobiliza conhecimentos tradicionais ou locais e os alia aos conhecimentos mais elaborados (ou científicos), tendo em seus objetivos o desenvolvimento sustentável baseado no respeito à diversidade biológica e cultural, na ética e na distribuição justa de recursos necessários para uma “vida digna”. Nesse sentido, baseia-se na construção de canais alternativos de comercialização e no estabelecimento de mercados solidários, nos quais produtores e consumidores tenham acesso a preços justos. De forma mais ampla, a agroecologia deve pressupor a construção de novas relações societárias e com a natureza.

²⁵ Epistemologia é a parte da filosofia que estuda os limites da faculdade humana de conhecimento e os critérios que condicionam a validade dos nossos conhecimentos (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

3. A sustentabilidade social e ambiental na agroecologia

Para Gliessman (2000), a sustentabilidade não é um conceito absoluto, mas ao contrário, só existe mediante contextos gerados como a articulação de um conjunto de elementos que permitem a perdurar no tempo os mecanismos de reprodução social e ecológica de um etnoecossistema. Assim, segundo nos afirma Sevilla Guzmán (1997) e também embasado em Gliessman (2000), os contextos de sustentabilidade buscados através da agroecologia devem ser construídos a partir de ações que tenham em conta, entre outros, os seguintes elementos:

“A ruptura das formas de dependência que põem em perigo os mecanismos de reprodução, seja de natureza ecológica, socioeconômica e/ou política; a utilização daqueles recursos que permitem que os ciclos de materiais e de energia existentes no agroecossistema sejam o mais fechado possível; a utilização dos impactos benéficos que se derivam dos ambientes ecológico, econômico, social e político, existentes nos diferentes níveis, desde a propriedade até a sociedade maior; a não alteração substantiva do meio ambiente quando tais mudanças, através da trama da vida, podem significar transformações significativas nos fluxos de materiais e energia que permitem o funcionamento de ecossistema. Isto significa a necessidade de tolerância ou aceitação de condições biofísicas, em muitos casos, adversas; o estabelecimento dos mecanismos bióticos de regeneração dos materiais deteriorados, para permitir a manutenção, a longo prazo, das capacidades produtivas dos agroecossistemas; a valorização, recuperação e/ou criação de conhecimentos locais, para sua utilização como elementos de criatividade, que melhorem o nível de vida da população, definido a partir de sua identidade local; o estabelecimento de circuitos curtos para o consumo de mercadorias que permitam uma melhoria da qualidade de vida da população local e uma progressiva expansão espacial do comércio, segundo os acordos participativos alcançados pela sua forma de ação social coletiva; e finalmente, a potencialização da diversidade local, tanto biológica como sócio-cultural. Assim, as novas estratégias de ação devem garantir o incremento da biodiversidade e da diversidade cultural, minimizando ao mesmo tempo as dependências às quais os etnoecossistemas estão submetidos”.

No Plano Trienal (2005-2008) da ASSESOAR, encontramos a concepção de Desenvolvimento Sustentável. Se torna importante enfatizá-la pois ela fundamenta as suas ações:

“Pressupõe a necessidade da superação da visão produtivista/economicista e da descontinuidade, da fragmentação e do clientelismo presentes nas ações e nas políticas públicas. O desenvolvimento sustentável assenta-se na autonomia e na capacidade da população do campo

que, como ator social do desenvolvimento, propõe políticas públicas de forma a lhes garantir as condições de viver dignamente, preservando os recursos naturais para as gerações futuras”.

Segundo Carmo (1998), torna-se difícil conceitualmente operacionalizar a sustentabilidade do desenvolvimento, uma vez que, além dos interesses econômicos e de classes sociais envolvidas, há a necessidade de compatibilizar o que deve sustentar-se com o que deve desenvolver-se. Apesar do termo sustentável implicar, num certo sentido, a imutabilidade no tempo e no espaço, a noção de desenvolvimento pressupõe o inverso, a necessária mutação e o crescimento.

A sustentabilidade de um sistema está vinculada à idéia de durar, persistir no tempo, manter-se indefinidamente. De modo geral, este conceito está relacionado com a capacidade de adaptação do sistema (social, agroecológico, econômico) em relação às mudanças internas e externas geradas neste (OLIVEIRA, 2002). A dimensão social da sustentabilidade é definida pela capacidade em se manter a família num clima social que favoreça sua manutenção, que estimule os membros da família a continuarem na atividade superando minimamente as adversidades e os conflitos.

A agroecologia - na sua concepção mais idealizada - se destaca principalmente quando prioriza a criação de canais alternativos de comercialização onde haja condições de praticar o mercado justo e solidário e a valorização das relações do seres humanos entre si e destes com a natureza. Para isso se efetivar, tem-se o entendimento que devam acontecer mudanças estruturais na sociedade, como a reforma agrária, que permitiria um acesso mais justo à terra. O acesso aos meios de produção tem sido uma das questões mais inquietantes para o segmento da agricultura que tem servido de abrigo à agroecologia, ou seja, a agricultura familiar. No decorrer dos anos, nas famílias de agricultores familiares foram acontecendo fragmentações das áreas, pelo processo

de divisão por herança, reduzindo as áreas e diminuindo as possibilidades de viabilização econômica. Outra questão é o acesso ao crédito ainda bastante dificultado. Apesar de avanços em programas governamentais disponibilizando crédito para a agroecologia²⁶, ainda há estrangulamentos pela falta de orientação adequada em seu uso ou na formulação de projetos de investimento.

Para que uma unidade de produção seja considerada sustentável ela deve, dentre outros aspectos, ser economicamente viável e socialmente justa, estando enquadrada numa concepção de desenvolvimento humano. Economicamente viável porque garante a manutenção do patrimônio sem que este sofra perdas irreparáveis e assegure a manutenção da sua capacidade produtiva e também as condições de vida digna para a família (ALTIERI, 1989).

As propriedades e gestão familiares criam as melhores condições para o desenvolvimento sustentável pelo fato de a propriedade familiar comumente não ser considerada um bem facilmente vendável, mas um modo de vida, um patrimônio recebido dos antepassados para ser entregue às gerações seguintes. Isso leva as famílias a manterem uma diversidade animal e vegetal, favorecendo a conservação da biodiversidade.

A agroecologia procura resgatar a lógica da complexificação presente nos agroecossistemas tradicionais, permite a integração do conhecimento científico com a agricultura familiar, a qual em função da escala favorece a conciliação entre a complexificação desejada e a supervisão e controle do processo de trabalho. Essa integração reforça também a proposta de ação local como alternativa para o desenvolvimento sustentável, em função do envolvimento local que os agricultores familiares possuem, viabilizando os mercados locais e regionais (SEVILLA GUZMÁN, 1997).

²⁶ Para mais detalhes ver “Plano Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção. Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar/Ministério de Desenvolvimento

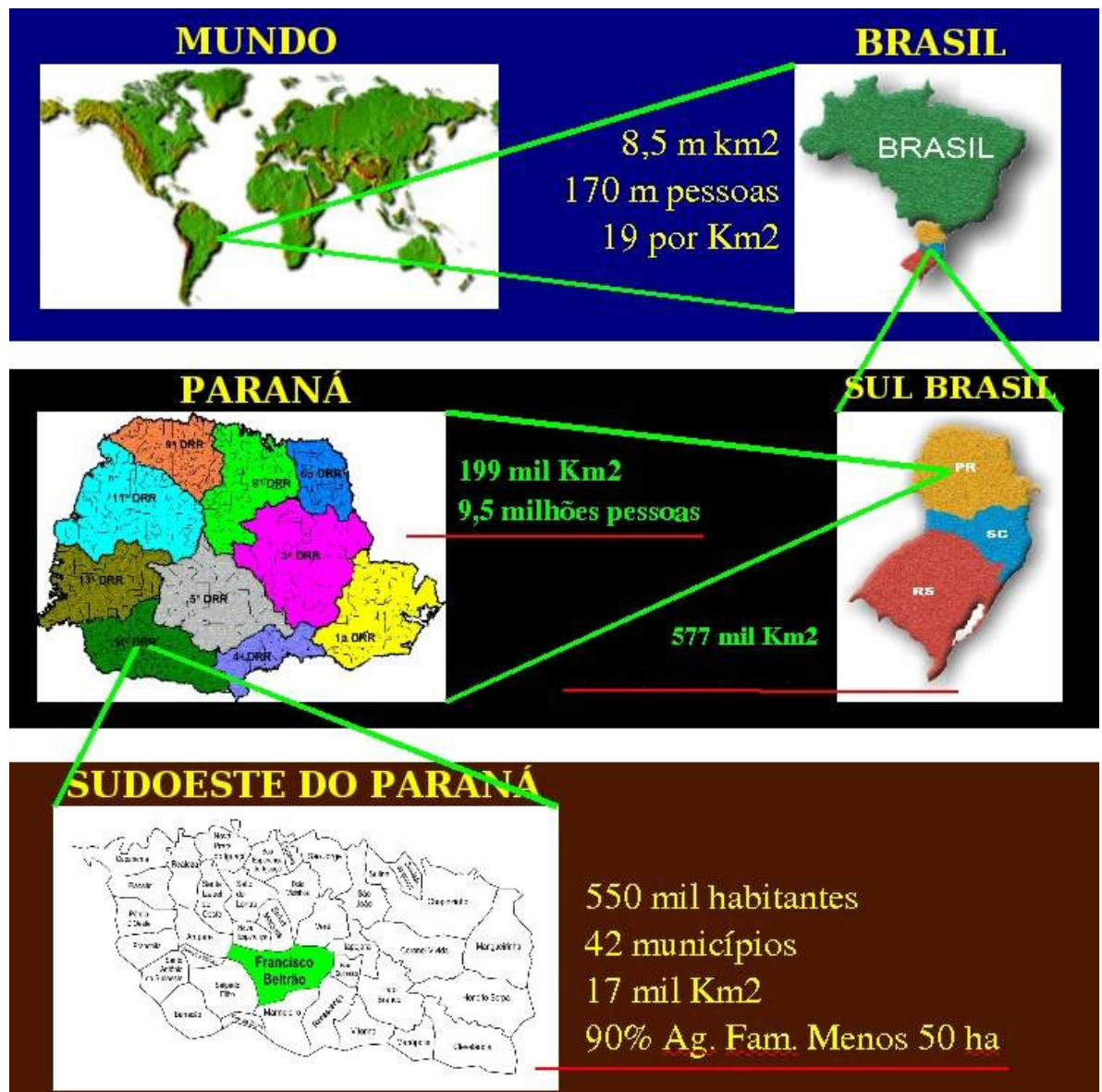
O desenvolvimento sustentável em sua concepção mais ampla como apontam Caporal e Costabeber (2004), significaria a realização das potencialidades sócio-culturais e econômicas de uma sociedade em perfeita sintonia com seu entorno ambiental. A agroecologia tem sido apontada como o caminho mais viável na direção dessa concepção de desenvolvimento, no momento que, além de considerar os fatores ambientais e econômicos, aponta para mudanças nas relações sócio-culturais estabelecidas, dentre elas, podem ser incluídas as relações de gênero. Por essas razões não se pode conceber um desenvolvimento sustentável com base na agroecologia sem colocar em discussão as condições de invisibilidade nas quais se encontram as mulheres agricultoras e as relações desiguais entre gêneros, apontando possíveis espaços potencializadores de valorização das mesmas.

CAPÍTULO III

O CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO: ASPECTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

A região sudoeste do Paraná situada as margens do Rio Iguaçu, é composta por 42 municípios perfazendo uma área de 17.043 km². Comporta desde municípios como Palmas, cuja economia está baseada na agropecuária extensiva, até municípios da fronteira com a Argentina e oeste catarinense, baseados na pequena propriedade e na produção diversificada. De sua cobertura vegetal original restam apenas 1,4% e, quanto ao clima, apresenta dois tipos bem definidos: Cfa e o Cfb e uma grande diversidade de microclimas. Essa diversidade climática dá à região uma posição privilegiada, permitindo a produção diversificada: desde espécies tropicais até as adaptadas a climas temperados.

Na microrregião mais próxima a Palmas predominam solos rasos de baixa fertilidade; na microrregião da fronteira com a Argentina predominam o clima Cfa e solos mais férteis de origem basáltica, embora frequentemente ácidos e pobres em fósforo, com relevos mais acidentados (KATHOUNIAN & GEHLEN, 1996). Não obstante, essas limitações foram pouco restritivas à ocupação agrícola da região por agricultores familiares, pois, segundo o IBGE (2000), cerca de 45% da população do sudoeste vive no meio rural. Do total de propriedades, 87% são ocupadas por familiares e desses, 94% possuem área inferior a 50 ha desenvolvendo atividades agropecuárias predominantes na microrregião da fronteira o milho, o feijão, a soja, o fumo e a pecuária leiteira.



A microrregião da fronteira com a Argentina e oeste catarinense configura-se numa típica região influenciada pela colonização de imigrantes com descendência européia, provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Esta colonização que teve seu auge nas décadas 50 e 60 deixou suas marcas na formação social regional. A estrutura da posse da terra encontra-se baseada em pequenos estabelecimentos rurais. As antigas "colônias" adquiridas ou ocupadas pelas primeiras famílias de agricultores que colonizaram as terras, ao longo dos tempos, foram sendo divididas entre os integrantes das famílias (KHATOUNIAN & GEHLEN, 1996).

No entanto, quando da referência à história da ocupação dessa região alguns fatos são geralmente omitidos, como afirma Gehlen (1998).

“Os caboclos²⁷ foram os primeiros a chegar, antes mesmo da colonização, a partir de 1850 a procura da terra que lhes havia sido negada ou expropriada em outros lugares, especialmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Tiravam um sítio, negociado com os índios. A chegada dos colonos a partir de 1940 impõe uma nova racionalidade, complexificando o campo da disputa até então reservada às culturas índia, cabocla e latifundiária”.

No início do século XIX chegaram na região sudoeste do Paraná os caboclos que se dedicavam à extração da erva mate e à criação de porcos. Os porcos eram criados soltos e a erva-mate extraída para o consumo, sendo mais tarde exportada para a Argentina. Esses dois sistemas de produção exigiam grande extensão de terras (ALVES, 2004).

A chegada dos “colonos” a partir de 1940 determinou a exclusão dos caboclos - que tinham seu sistema de produção baseado no pousio e áreas extensas - sendo que suas formas sociais não sobreviveram à lógica e à dinâmica produtiva desses migrantes. Estes vieram para a região pela ocupação das terras devolutas²⁸, pela compra e posse de terras do caboclo e através da colonização dirigida pela CANGO²⁹ que distribuía lotes gratuitamente. Mais tarde porém, a CITLA - Clevelândia Industrial e Territorial Ltda - ganhou a posse destas terras e, com emprego de jagunços, tentou retirar os colonos das áreas. Este fato gerou a eclosão de um dos movimentos mais violentos da história do Paraná, quando os “colonos” e a população das cidades se organizaram para defender o que consideravam seus direitos, resultando na Revolta dos Posseiros em 1957. Com a revolta, conseguiram expulsar a CITLA e as demais companhias, abrindo a luta para a obtenção da posse da terra (KIYOTA, 1999).

²⁷ Agricultores de origem mestiça de índios e brancos.

²⁸ Terras desocupadas, sem habitantes das quais se podia dispor.

Em 1961 o presidente Jânio Quadros declarou as terras como sendo de utilidade pública, criando o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) com a finalidade de programar e executar os trabalhos necessários para a efetivação da desapropriação. O trabalho da GETSOP foi medir, demarcar e dividir os lotes, respeitando a posse e a decisão dos ocupantes (KIYOTA, 1999), demonstrando o poder de mobilização e resistência desses posseiros na luta pela terra. Esta forma de colonização determinou uma distribuição fundiária com a predominância de pequenas áreas, onde cerca de 80% da área é ocupada na atualidade por agricultores familiares (ASSESOAR/UNIJUÍ/DESER, 1992).

A dinâmica atual dos movimentos sociais do sudoeste do Paraná reflete essa história de formação da região. Desde o princípio da ocupação por indígenas, caboclos, madeireiros, fazendeiros e depois pela vinda dos agricultores, principalmente do noroeste do Rio Grande do Sul e oeste de Santa Catarina, surgiram conflitos entre agricultores e madeireiros, resultando na organização para enfrentamento de tais problemas. Esse processo gerou um aprendizado para a participação política e social e a criação de uma densa rede de organizações sociais no sudoeste paranaense.

1 A Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR)³⁰

A ASSESOAR é uma associação de agricultores, definida como uma entidade jurídica de direito privado, de caráter educacional, de utilidade pública e com fins filantrópicos. Com sede no município de Francisco Beltrão na região Sudoeste do Paraná, foi criada em 1966 por 33 jovens agricultores, militantes da Juventude Agrária Católica (JAC), orientados por padres da

²⁹ CANGO refere-se à Colônia Agrícola Nacional General Osório, criada em 1943 (HOLLOWKA, 1999)

³⁰ As informações sobre a entidade são baseadas no relatório de Avaliação da entidade elaborado por Khatounian e Gehlen (1996).

congregação Sagrado Coração imigrados da Bélgica. Eles foram inspirados pela Doutrina Social da Igreja, especialmente nos aspectos que objetivaram a valorização da ação pastoral dos leigos através de formas de inserção nas práticas da Igreja e de participação ativa na transformação social. O compromisso social orientava-se por um diagnóstico sócio-econômico resultante da leitura da realidade local, regional e nacional. No caso em questão, tal leitura seguiu a metodologia de origem francesa (origem da JAC e matriz cultural da Congregação referida), adaptada para a agricultura familiar, que incorporava na análise elementos conclusivos dos impactos "perversos" da modernização na Europa sobre o meio ambiente. Nesse aspecto, construiu-se uma postura defensiva e preservacionista do ambiente ecológico original. No aspecto social, a valorização se dava por uma estratégia de construção de "algo novo" na formação (mesmo que fortemente baseada em elementos doutrinários) de lideranças com objetivo de estimular a melhoria da qualidade de vida e a organização local das comunidades, estimulando inicialmente a organização social e a inserção na vida política. Desde o início, o esforço foi de construir um discurso adaptado e estimular práticas específicas para cada forma de organização, numa constante preocupação com a inserção social.

O trabalho iniciado pela ASSESOAR na região sudoeste do Paraná vincula-se às dificuldades da agricultura familiar em garantir sua reprodução, ao esgotamento das fronteiras agrícolas, à diminuição da fertilidade natural e à falta de informações dos agricultores para reverter esses problemas.

Nas vivências ligadas à JAC, na concepção e funcionamento da entidade rompeu-se com uma tradição nas organizações sob controle da Igreja, que era a separação por gênero em atividades ou ações, como cursos e reuniões. Em relação à participação das mulheres, consta que entre seus fundadores havia treze mulheres e na história mais recente outras mulheres têm participado efetivamente no Conselho Diretor.

A preocupação com a “unidade” familiar está presente desde a origem da fundação da ASSESOAR. A reafirmação dessa concepção está garantida tanto na estrutura institucional quanto nos discursos e atividades, sendo a entidade uma organização de agricultores familiares para agricultores familiares. Até 1977, a presidência e os principais cargos não eram exercidos por agricultores, mas por pessoas solidárias à entidade, capazes, segundo avaliação dos fundadores, de direcionar politicamente a entidade e de dar-lhe representatividade e eficiência face à sociedade e face aos financiadores estrangeiros.

Nos anos setenta inicia-se a participação dos agricultores na entidade. Em 1978, após uma campanha de mobilização interna - coincidente com fortes mobilizações populares no âmbito nacional -, os agricultores assumiram em caráter integral a direção da entidade e, a princípio, de forma definitiva. Esse fato imprimiu à entidade um caráter de compromisso com organizações e movimentos populares da região, aproximando-a assim de um novo referencial ideológico. A Igreja, ressentida com o afastamento resultante desta postura, retirou seu apoio institucional. Atualmente a entidade mantém apenas relações de cooperação com a Igreja, abrigando em seu quadro social diferentes manifestações religiosas.

Os novos referenciais davam ênfase a três dimensões: a) a organização e intervenção política, o que insere a entidade nas questões gerais da sociedade b) a "busca" de tecnologias alternativas para as famílias agricultoras, incluindo-a na rede de entidades com a mesma opção e c) o redirecionamento da intervenção educativo-pedagógica para a capacitação e a profissionalização da/os agricultoras/es, aliando a formação política com a formação técnica.

Estes debates perduraram durante a década de 1980 e deles resultou uma instituição mais autônoma, mantendo com a Igreja católica apenas relações de cooperação. Nesse processo, a entidade firmou-se como referência regional, e até estadual, nas estratégias para o desenvolvimento sustentável da agricultura, inovando na formação e capacitação de

agricultoras/es, através da Escola de Monitores e posteriormente pelas ECAs - Escolas Comunitárias de Agricultores e pelo Projeto Vida na Roça.

Desde a sua fundação a entidade demonstrou preocupação com as questões ambientais, incorporando-a no debate e tornando-se a pioneira na região. Naquele momento o desmatamento acelerado e o domínio das madeiras na região ajudavam a aflorar o que três décadas mais tarde se afirmaria, proporcionando as condições para a adoção dos eixos de ação de sua história mais recente, inclusive a incorporação da agroecologia.

Na década de 1970 as tecnologias apregoadas pela entidade esboçavam as primeiras técnicas alternativas aos adubos sintéticos, a adubação verde e o aproveitamento de esterco, confirmando que o enfoque estaria centrado nas tecnologias socialmente adaptadas. Apenas nos anos oitenta essas tecnologias ganham um campo conceitual e uma estrutura de proposta tecnológica identificada com a agroecologia.

Em 1996 ocorreram mudanças com a incorporação da concepção de agricultura orgânica. Em 2000, reincorpora-se a agroecologia, agora sob novas perspectivas, inclusive conjunturais, como o fato de que neste momento também se inicia o processo de construção da Rede Ecovida de Agroecologia³¹.

A formação e a capacitação de agricultores e agricultoras se dá em dois eixos que sempre estiveram presentes como centrais na entidade. Até 1977 a capacitação destinada às mulheres era centrada nas atividades referentes ao lar e a destinada aos homens era voltada para o trabalho agrícola. A proposta educativo-formativa da entidade vai se firmando através de espaços como a “Formação de Monitores Agrícolas”, em que a comunidade escolhia um agricultor ou agricultora, jovem ou adulto para participar dos cursos com o compromisso de servir como agente de

desenvolvimento. Esta metodologia foi utilizada durante 15 anos assentando-se na convicção da entidade de que o/a monitor/a ao ter acesso ao conhecimento o reproduziria junto à comunidade e conquistaria maior autonomia em relação ao domínio de tecnologias. Os cursos eram divididos para homens e mulheres. Os monitores homens estudavam questões relacionadas à produção animal e vegetal e recebiam noções de gestão, as mulheres estudavam questões relacionadas à reprodução num bloco de conhecimentos chamado de “Qualidade de Vida”. Havia, no entanto, algumas exceções de mulheres que optaram por participar do estudo sobre questões de produção. A formação de monitores e monitoras era assentada numa metodologia participativa que considerava a realidade local para o planejamento das atividades e o estabelecimento dos conteúdos a serem abordados. No início dos anos 80 a ASSESOAR também inicia na região o processo de implementação das Casas Familiares Rurais (CFR), mas não assume essas estruturas que passam para responsabilidade de outros órgãos municipais e estaduais.

Surgem então, em 1990, as Escolas Comunitárias de Agricultores – ECAs, “como uma iniciativa dos próprios agricultores para fazer frente às necessidades educacionais de organização social, organização da produção, desenvolvimento das dimensões humanas de maneira geral carregando o acúmulo anterior”³². As Escolas Comunitárias de Agricultores nasceram a partir de propostas de formação e de capacitação de monitores com uma concepção de superação da transferência de saber feita pelos serviços de extensão oficiais. Organizam-se como uma iniciativa não formal de Educação de Jovens e Adultos, tendo como referência a Pedagogia da Alternância, dinamizadas em parceria pela ASSESOAR, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações de Agricultores Familiares, organizada e coordenada pelos grupos de famílias

³¹A Rede Ecovida de Agroecologia é constituída por diversas ONGs da região sul que lhe dão apoio estrutural, inclusive a ASSESOAR.

³² ASSESOAR. Construindo a escola na roça. Francisco Beltrão, 1996.

agricultoras que decidem participar dela, com apoio de entidades públicas e privadas. Mesmo com o surgimento desta escola, mantêm-se as práticas anteriores de formação de monitores.

Os objetivos das ECAs são formulados tendo em vista a promoção do debate a respeito da educação do campo entre as diversas entidades participantes. Esta participação se dá conforme o contexto local. Dentre os principais objetivos pode-se destacar: possibilitar o acesso à informações sobre produção, agroindustrialização e comercialização agroecológicas; fortalecimento da cooperação e solidariedade; formação de agentes para dinamizar o desenvolvimento local e assim assegurar o protagonismo de agricultores; e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis que permitem o acesso a qualidade de vida. Em seu regimento interno estas escolas são almejadas como um instrumento de divulgação de tecnologias elaboradas e testadas por agricultores familiares em suas propriedades e grupos; um espaço de práxis³³ pedagógica e metodológica visando a formação de agricultores e de construção de propostas em relação à pesquisa e extensão adequadas ao segmento da agricultura familiar a serem negociadas junto aos órgãos públicos e um meio de elaborar referências de iniciativas de educação do campo.

Nos processos educacionais anteriores, a concepção institucional da ASSESOAR (dirigentes e técnicos) baseava-se no positivismo dominante, embora trabalhando já a idéia do acompanhamento aos experimentos técnicos onde se valorizava o conhecimento e o aprendizado do agricultor, nas atividades ainda acontecia a separação da dimensão político-organizativa da dimensão organizativa da produção. Quanto às questões culturais da Agricultura Familiar, não havia, naquele momento, elementos para considerá-las de forma competente nas ações, tampouco as questões de gênero. Ainda trabalhava-se com as mulheres no sentido de manter as relações

³³ Ação concreta e/ou objetiva que supera uma concepção meramente teórica, que permite ao ser humano construir a si mesmo e a seu mundo.

familiares em harmonia. Na região, entretanto, desde 1984 já havia alguns trabalhos que iniciavam uma discussão pelos direitos e emancipação das mulheres.

Apesar dos limites e dificuldades, havia uma reflexão acumulada que tornava possível concretizar, naquele momento, que a escola 'dos agricultores' precisava dar conta de 'outras coisas da vida' das pessoas, tais como: produção, organização, cooperação, família, saúde, saneamento, trabalhando-as de forma integrada. Esta preocupação já aparecia nos outros programas, mas a metodologia não possibilitava responder, por isso as ECAs colocam ênfase nesta questão.

As possibilidades e os limites destes trabalhos históricos da ASSESOAR (desde a discussão das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) ou Casas Familiares Rurais (CFR), nos anos 70/80), permitiram conceber as Escolas Comunitárias de Agricultores (ECAs) em 1991 que, por seus aprendizados e limites, possibilitaram iniciar o Projeto Vida na Roça (PVR) em 1996³⁴. O PVR procura apropriar-se da metodologia de formação para o desenvolvimento adensada pelas Escolas Comunitárias de Agricultores, avançando na perspectiva de espaços colegiados entre as entidades locais populares e os governos nas diferentes dimensões como secretarias de agricultura, saúde e educação.

Nas ECAs (1ª e 2ª turmas) se desenvolvia um trabalho com as mulheres que quase nada avançava com relação à Formação de Monitores, tratava-se de um programa específico para as mulheres participantes dos grupos de base. Somente ao iniciar a 3ª turma de ECAs (Ampère, Santa Izabel, Pranchita e Realeza) é que se consegue articular melhor a participação das mulheres. Na oportunidade, inicia-se com um programa específico para as mulheres, mas, percebendo-se o limite de entendimento das relações de gênero, passa-se a um estudo específico

³⁴ O Projeto vida na Roça (veja a definição do que é, tem na Internet)

do assunto. No decorrer do tempo, um grupo de mulheres começa a questionar o porquê de não estar pelo menos durante dois ou três dias nas etapas de aula junto com os monitores, que eram todos homens, para tratar destes aspectos de gênero? Assim, o grupo específico de mulheres reúne-se alternadamente a cada etapa com a turma dos monitores e a discussão de gênero passa a ser assumida de forma institucionalizada no currículo da Escola.

A partir da quarta turma (Capanema, Planalto e Pérola d'Oeste), já se formaram monitoras mulheres e várias coordenações dos grupos eram assumidas por mulheres. Além destas, outras mulheres vinham para as etapas e os temas tratavam das esferas de produção e reprodução, das diferenças no comportamento e conduta pessoal, do acesso aos bens, ao crédito, de comercialização, e de projetos concretos de produção e comercialização que se articulavam a várias esferas da vida. Vale ressaltar que a organização das mulheres dos municípios onde se desenvolveu a 4ª turma de ECAs, era uma das mais fortes da região sudoeste, e o grupo de mulheres era esclarecido politicamente, facilitando a inserção de gênero na temáticas estudadas.

As feiras agroecológicas trabalhadas pela ASSESOAR, em dois espaços - no Projeto Vida na Roça (PVR) desenvolvido no município de Francisco Beltrão e nas ECAs, a nível regional - resultaram em espaço importante para a inserção das mulheres, uma vez que continha nelas vários dos elementos melhor dominados pelas mulheres, como menciona-se a seguir ao tratar especificamente das feiras agroecológicas.

No caso do projeto Vida na Roça, que já havia incorporado todo o aprendizado das ECAs e de outros programas, a inserção das mulheres no Projeto das Feiras foi bem sucedida pois, já havia uma reflexão de gênero nascida a partir da dimensão da produção articulada à dimensão cultural do projeto, que buscava resgatar a panificação alemã, tradicional da comunidade, como uma alternativa de renda para as famílias; as mulheres reunidas, começaram a demandar estudos de gênero, que eram assessorados por pessoas das entidades parceiras do projeto. A feira, mesmo

discutida com todas as famílias agricultoras da comunidade, encontrou eco maior junto a este grupo de mulheres e suas famílias.

A ASSESOAR é, por sua história, uma referência na construção de propostas de viabilização da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. Um de seus desafios atuais é manter uma relação permanente e de mútua colaboração entre os saberes acadêmico e popular. De 2002 a 2004 suas ações se orientaram por três eixos denominados de “Práticas Sociais Locais/municipais”; “Práticas de Articulação e Ampliação” e “Práticas Sociais de Reflexão, Estudo Sistemático/Formal”. Os três eixos interagem na “Geração de Referências em Desenvolvimento Sustentável” tendo em vista sua ampliação na perspectiva das políticas públicas (ASSESOAR, 2002).

“As práticas sociais locais são espaços onde, de forma mais sistemática, a ASSESOAR, juntamente com organizações da sociedade civil ou do estado, desenvolve o trabalho de construção de referências para o desenvolvimento sustentável. Esses espaços de reflexão, intercâmbio e ação institucional, de fóruns e redes de entidades, têm a finalidade de reunir esforços e estabelecer consensos locais e ampliar referências construídas localmente, na perspectiva de transformá-las em políticas públicas. As práticas sociais de formação sistemáticas são desenvolvidas a partir de cursos de níveis: médio, pós-médio, graduação e especialização, com o público envolvido, possibilitando: a ampliação do número de atores sociais nas entidades e na gestão do desenvolvimento local e regional; a ampliação da visibilidade do campo e significado do campo para o desenvolvimento e democratização da sociedade; a abertura de espaços para o avanço das políticas públicas de ensino médio, pós-médio, graduação e especialização, apropriadas ao campo e à agricultura familiar” (ASSESOAR, 2002).

Em dezembro de 2002 e durante o ano de 2003, a ASSESOAR decidiu de forma explícita e processual incorporar na sua agenda de trabalhos as questões de gênero, com o objetivo de aprofundar a temática com vistas a qualificar sua intervenção e a construir referências para o campo (ASSESOAR, 2004). Como primeiro passo, na entidade, realizou-se a revisão do

Trienal³⁵ - 2001/2004 - reafirmando-se institucionalmente a questão. Segundo consta, “essa atitude visa (re) construir as relações institucionais, profissionais e pessoais, com o objetivo de fortalecer as ações populares integrando os gêneros” (Trienal 2004). A partir deste momento, projeta-se ao nível da entidade as questões de gênero nos diferentes programas, buscando também avançar internamente nas contradições de gênero. Essa discussão interna teve como meta ampliar as discussões, constituindo um Grupo de Estudos e Ações Afirmativas em Gênero e Agroecologia. Além do objetivo de avançar nas questões internas no que tange às relações e ao conhecimento, visou também contribuir com as entidades regionais propondo uma (re) fundamentação teórico-metodológica das ações de trabalho com mulheres.

Em agosto de 2003, segundo ASSESOAR (2004), depois de vários estudos articulados ao processo acima citado, ficaram explícitas as diferentes concepções, os diferentes níveis de envolvimento e os diferentes interesses sobre o tema gênero na entidade. Destaque-se que na lógica de ação da instituição, sempre esteve implícita uma visão de gênero através dos projetos desenvolvidos. Um outro momento do processo foi em setembro de 2004, a Oficina sobre Gênero, que conseguiu retomar cada ação do trienal anterior e redesenhar novas ações e para o novo Plano Trienal da instituição. Além de problematizar a ação de gênero da entidade, encaminhou eixos considerados fundamentais: 1 - aprofundar a categoria de análise das relações de gênero enquanto relações sociais, estruturantes de uma sociedade que subordina a mulher ao homem a partir dos papéis sociais. Esta concepção inclui, mas transcende, o aspecto comportamental das relações humanas, que para muitos ainda é o único aspecto relevante. Com base nisso, a ASSESOAR percebe haver necessidade de ações afirmativas³⁶ e mudanças

³⁵ Programa de atividades que a entidade elabora para executar num período de três anos.

³⁶ Cabe ressaltar que as ações afirmativas não são capazes de promover mudanças estruturais na organização da sociedade, servem para reduzir as desigualdades, incluindo setores marginalizados.

estruturais no convívio entre os seres humanos e na organização da sociedade e na relação da humanidade com a natureza, fundamentadas no respeito aos ciclos da vida. 2- desenvolver programas de capacitação em gênero e agroecologia nas comunidades que constituem a entidade. Este enfoque implica na inclusão da questão gênero nas diversas ações relacionadas a agroecologia. 3- desenvolver processos de edu-comunicação, levando a revisão da linguagem escrita, falada, corporal, áudio-visual, utilizadas nos meios de comunicação da entidade – revista, publicações, rádio comunitária, ilha de edição e o site – transformando estes canais em meios de comunicação educativa em gênero (ASSESOAR, 2004).

A ênfase para este aprendizado permanente de exercício da inclusão da questão gênero nos seus eixos de ação, está registrado nos diversos documentos da entidade. O Núcleo de Estudos e Ações Afirmativas em Gênero e Agroecologia coloca-se como um grande potencial de efeito multiplicador e transformador das ações. Em relação às ações afirmativas propostas para serem desenvolvidas, destacamos uma delas por afirmar que “se objetiva estudar o impacto econômico das feiras na vida das mulheres e jovens e conseqüentemente nas unidades familiares. Considera-se ser o viés econômico uma porta de entrada para a questão de gênero e produção, já que esta é de difícil abordagem junto às famílias agricultoras” (ASSESOAR, 2004).

No plano trienal da ASSESOAR (2005) reafirma seu compromisso com as questões de gênero que fica assim descrito:

“Cabe ressaltar, não só para a ASSESOAR, mas para o universo das ONGs e para os Movimentos Sociais de caráter popular, a importância do envolvimento dos homens juntamente com as mulheres em processos de estudo e ações afirmativas de gênero, pois a mudança das atuais relações de gênero, estruturalmente ainda baseadas no binômio dominação/subordinação, afeta homens e mulheres em suas relações pessoais, intrapessoais, interpessoais, grupais, institucionais. Na medida em que estas relações são explicitadas, revistas e retrabalhadas, como conseqüência natural desenvolve-se em homens e mulheres o equilíbrio dos princípios masculino e feminino, naturalmente presentes em ambos, mas desequilibrados nos papéis historicamente atribuídos ao gênero feminino e masculino. Lidar com estas questões de Gênero, significa

olhar-se como homem e mulher, numa perspectiva de classe e a partir dos princípios masculinos e femininos, isto foi e será um grande desafio para equipe e direção da ASSESOAR”. (ASSESOAR, 2005)

Sem dúvida, todos os espaços de formação desenvolvidos historicamente pela ASSESOAR foram fundamentais para afirmar a agroecologia, possibilitar a participação das mulheres e inserir na agenda da entidade o tema das relações de gênero, uma vez que as reflexões e ações foram se articulando colocando tanto questões de ordem político-organizativas que empurravam as mulheres para fora de seu espaço privado, bem como desafiando os homens a retomarem sua forma de agir nos afazeres considerados “das mulheres” como a alimentação, o cuidado dos filhos, a educação, as relações afetivas, etc. Isto gerou um movimento que problematizou o ambiente familiar, assim como a equipe e assessorias do processo, fazendo com que ambos os lados fossem avançando em práticas, teorias e concepções de programas e propostas que dessem conta da complexidade das relações.

Note-se, entretanto, que foi principalmente no espaço das ECAs e na articulação das feiras agroecológicas que se expandiu a possibilidade concreta da valorização e da visibilidade do trabalho das mulheres realizado na agricultura familiar.

2 As mulheres e seus espaços nas feiras agroecológicas do sudoeste paranaense

Entende-se que a agroecologia pressupõe a reconstrução das relações entre seres humanos e destes com a natureza contemplando, ainda, a construção de espaços alternativos de comercialização, nos quais os consumidores começam a perceber que os alimentos resultantes de um cultivo baseado em princípios ecológicos são qualitativamente melhores (ASSESOAR, 2003). As feiras agroecológicas são espaços de comercialização, onde consumidores têm encontrado, além de alimentos, oportunidades de se informar sobre as diferentes formas de

produção. Estas feiras têm funcionado como meio de resgate e dinamização da biodiversidade³⁷ presente na agricultura familiar da região ao mesmo tempo em que se tornou um espaço significativo de obtenção de renda e de valorização social das mulheres.

Pretende-se abordar aqui a importância das feiras agroecológicas na dinamização da biodiversidade e na reconstrução das condições de reprodução da vida das famílias agricultoras, ressaltando-se a valorização e a visibilidade das mulheres no espaço rural. Deve-se considerar neste contexto a importância das ONGs que se empenham em construir espaços alternativos de produção e de comercialização. Trata-se aqui da ASSESOAR que, em conjunto com outras entidades da região sudoeste paranaense, tem contribuído com uma metodologia de trabalho visando incorporar agricultoras e agricultores na proposta de feiras agroecológicas.

2.1. A construção das feiras agroecológicas pela ASSESOAR³⁸

As feiras surgem a partir da implementação da ECAs – quarta turma – nos municípios de Capanema, Planalto e Pérola d'Oeste local onde estavam sendo formados vários grupos para a escola. Na segunda fase do desenvolvimento da Escola, ao se definirem os projetos de produção das famílias e grupos inseridos nos projetos de desenvolvimento dos municípios, incluiu-se o projeto da feira agroecológica. A proposta foi estudada, discutida e construída nas etapas de aula, sendo depois levada pelos monitores aos grupos de base para que fosse refeita a discussão e as mudanças necessárias. As famílias interessadas aglutinaram-se conforme o planejamento de cada município e, com ajuda da assessoria técnica, começava a se desenhar o processo da feira.

Inicialmente a construção das feiras enfrentou alguns desafios como: famílias que não acreditavam na possibilidade de se organizar mais uma feira no município, já que havia uma feira

³⁷ Segundo dados da ASSESOAR (2003), as feiras agroecológicas na região oferecem em média quarenta produtos diferentes por feira, variando as espécies conforme a época do ano.

³⁸ As informações sobre este processo tem como fonte documentos internos da ASSESOAR, os resultados da pesquisa de campo e a vivência profissional da pesquisadora.

semanal com produtores convencionais; essa insegurança também se dava no sentido de que o município era de pequeno porte e quase todos os moradores eram de origem predominantemente rural, possuindo um lote ou terreno amplo que possibilitava a organização de uma pequena horta doméstica e de um pomar. No entanto, verificou-se mais tarde que este espaço não era bem utilizado e que os consumidores se sentiam atraídos pela grande variedade de produtos, pelo preço e pela comodidade de adquiri-los ainda frescos e produzidos ecologicamente.

Para dar base às discussões da escola foram feitas pesquisas de preços em supermercados, levantamento da quantidade de produtos excedentes do consumo das famílias, preferência de produtos e interesse dos consumidores, local e dias preferenciais de funcionamento da feira etc. Isto embasava os debates e permitia a construção de um processo com base em dados concretos.

De outro lado, os estudos teóricos desenvolvidos em sala de aula apoiaram a prática com base nos fundamentos das teorias econômicas, do funcionamento das leis de mercado e das possibilidades de construção de um mercado alternativo. A função das monitoras e os monitores das ECAs foi, de posse de maiores informações e estudos pelo processo vivido na escolas, animar e esclarecer os grupos assim como coordenar o processo localmente. Neste sentido, foram as monitoras e os monitores bons promotores da proposta e fornecedores de opinião favorável.

Em cada município, num primeiro momento, muitas famílias compareceram movidas pela curiosidade, outras porque tinham um compromisso com o grupo de base, e outro tanto porque de fato acreditavam poder construir uma prática de comercialização diferente, buscando relações de mercado justo, com vendas diretas aos consumidores. As famílias agregaram o conhecimento produzido pela escola a seus conhecimentos num processo dinâmico e motivador. No município de Capanema a socialização da experiência de duas famílias ecologistas que já produziam e comercializavam sua produção na cidade ou mesmo na propriedade, gerou-se um processo de

discussão e animação, através do qual outros agricultores e agricultoras perceberam a importância da “construção da feira agroecológica”.

Normalmente as famílias agricultoras são alvo de muitas ações governamentais que pretendem promover o desenvolvimento de nível local ou estadual - ovinocultura, sericicultura, citricultura, cunicultura, fruticultura - mas que não mantêm preocupação de continuidade. Muitas dessas ações foram “abortadas” ainda no princípio de desenvolvimento, quando muitos agricultores já haviam tomado empréstimos e construído estruturas ou implantado lavouras, como no caso das amoreiras para o bicho da seda. Em tal clima de desconfiança e descrédito de tudo o que é novo surgiram as primeiras discussões sobre a construção das feiras. Resgatar as experiências que deram certo e as que não deram foram fatores muito importantes no processo de aprendizado e de mudança. O grande peso reside no fato de haver grandes limites na animação dos agricultores familiares, principalmente os mais marginalizados das políticas governamentais.

Entre as três feiras organizadas na ECAs, a primeira feira ecológica ligada aos trabalhos da ASSESOAR aconteceu no município de Capanema, na fronteira sudoeste do Paraná. Nesse município há muitos anos se desenvolvem diferentes práticas ecológicas e por isso ali se encontraram condições especiais, que favoreciam discussões e ações de cunho ecológico. Há ali uma agricultura familiar expressiva e como indica o IBGE (2000), esse município possui, a exemplo de outros na região, 55% de população no meio rural. Note-se ainda que esse é município da região com maior número de agricultores ecologistas e um dos pioneiros em produzir soja orgânica para exportação.

Além disso, deve-se ressaltar a grande e histórica importância das organizações sociais existentes na formação e organização das agricultoras e dos agricultores familiares, principalmente pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF) que possui um trabalho de organização consistente articulado com grupos de agricultores mantendo contato

sistemático através encontros e reuniões que tratam de questões sindicais e organizativas e também as relacionadas ao desenvolvimento sustentável e da agricultura familiar. Além do SINTRAF, outras entidades parceiras da ECAS como a CRESOL³⁹ contribuíram para o processo.

Ressalte-se que as organizações de agricultores familiares dificilmente teriam um solo fértil de ação se as famílias dos agricultores familiares não tivessem mantido uma tradição de auto-consumo, comercialização e troca de excedentes. Isso se evidenciou a partir do levantamento da quantidade e variedade de produtos existentes nas unidades de produção familiar dos grupos de base da ECAS, realizado durante a pesquisa. Em algumas famílias havia 78 produtos diferentes - distribuídos ao longo do ano - para serem comercializados na feira. A diversidade de produtos presente em cada propriedade pode ser considerado algo peculiar, característico deste município (ASSESOAR, 2003).

Outro importante elemento promotor e incentivador deste processo foi a administração municipal de Capanema. É inegável a importância do poder público em qualquer ação de desenvolvimento, dada a escassez de recursos disponíveis por parte dos agricultores e de suas organizações. O poder público contribuiu principalmente através do programa municipal de readequação de estradas para o escoamento da produção; do subsídio para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos adequados para a agricultura familiar. Da mesma forma, o esforço da equipe técnica do escritório municipal da EMATER⁴⁰ foi preponderante para avançar nas discussões e na própria organização das feiras.

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária com sede em Francisco Beltrão Paraná (CRESOL/BASER), a partir de estudos realizados junto a seus associados, demonstrou

³⁹ Cooperativa de Crédito com Interação Solidária. Criada em 1995, na região sudoeste paranaense, para atender um público não priorizado pelo sistema bancário existente.

⁴⁰ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

que o nível de inadimplência de seus associados ecologistas apresentava-se menor que o dos agricultores convencionais, em termos proporcionais (CRESOL/BASER, 2003). Isso serviu, para reorientar a política de crédito da cooperativa, no sentido de fomentar a agroecologia e a agricultura orgânica. Esta mesma pesquisa também constatou que a renda líquida obtida com o cultivo ecológico era bem maior que aquela obtida com cultivo convencional, fazendo com que a CRESOL de Capanema iniciasse seu programa de incentivo à agroecologia criando linhas de crédito especiais a esses agricultores, ou facilitando o crédito aos mesmos. Assim, o sistema conseguiu construir uma crítica ao crédito convencional que a própria cooperativa vinha instituindo, no qual o agricultor familiar era um mero repassador de dinheiro da cooperativa de crédito para as empresas locais de venda de insumos.

2.2 A construção dos princípios orientadores das feiras

A partir de amplo debate realizado em 2002 e com a participação das famílias ligadas as ECAs, concluiu-se haver a necessidade de construção de alguns princípios gerais para orientar as ações na feira e nas relações entre as famílias, e destas com os consumidores.

Foram construídos os seguintes princípios (ASSESOAR, 2003):

“A feira seria composta por agricultores ecológicos e somente comercializaria alimentos ecológicos; teriam prioridade agricultores familiares organizados, mas também se trabalharia com famílias individuais. Um grupo poderia ter uma só família participando da feira, mas esta viria representando um coletivo, grupo ou associação. A comercialização poderia ser de alimentos produzidos por esse grupo, desde que fossem ecológicos; a feira teria preocupação de inclusão social, ou seja, estaria aberta à participação de todos os agricultores familiares ecológicos que desejassem participar da mesma e que respeitassem seus princípios; teria um caixa único, ou seja, cada grupo teria que se organizar anteriormente para a feira e, posteriormente, também para fazer os acertos da venda; seria priorizada a prática de preço justo para o agricultor e consumidor; as decisões seriam tomadas no coletivo, considerando os interesses coletivos mais importantes que os interesses individuais; haveria transparência das ações; todos teriam oportunidades e direitos iguais; a feira teria uma

comissão de ética, com a responsabilidade de auxiliar na resolução dos problemas surgidos no decorrer do processo”.

Segundo a ASSESOAR (2003) a metodologia de trabalho, baseada em princípios elaborados pelos agricultores, “tem se mostrado muito eficiente, conseguindo resgatar o espírito de solidariedade entre as pessoas e permitindo uma gestão partilhada de todo o processo de comercialização”. As agricultoras e agricultores de outros municípios da região de abrangência da ASSESOAR foram incorporando e ampliando esta metodologia de trabalho com feiras. Assim, foram desenvolvidas feiras em outros municípios da região como em Pranchita, Pérola do Oeste, Planalto e Ampére. Em Francisco Beltrão a feira surgiu a partir das ações do Projeto Vida na Roça.

A agregação do conhecimento ecológico ao sistema produtivo resulta na incorporação, pela família, de novos valores que passam a referenciar as relações internas dela e com o meio social em que ela está inserida. Quanto às relações familiares, a mudança é particularmente marcante em relação ao papel mais ativo que passa exercer a mulher na gestão econômica e técnica da unidade produtiva, função anteriormente de domínio exclusivo do homem. As mulheres estão mais presentes nas decisões de cultivo e de investimento, assim como na implantação e monitoramento de experimentos desenvolvidos na área da propriedade. Ao mesmo tempo, as mulheres saíram da invisibilidade e passaram a participar ativamente de programas de capacitação e de organização social. Neste contexto se dedicaram especialmente a aprimorar conhecimentos sobre os cultivos que tradicionalmente estavam sob sua responsabilidade, como as “miudezas”⁴¹ e as ervas medicinais.

⁴¹Produtos relacionados ao auto-consumo da família e geralmente produzidos sob a responsabilidade das mulheres.

2.3 As feiras agroecológicas e a biodiversidade

As feiras agroecológicas do sudoeste paranaense, a exemplo de outras feiras, são consideradas pelas organizações ligadas à agricultura como laboratórios dinâmicos onde são exercitadas permanentemente formas organizativas, práticas agroecológicas e novas alternativas econômicas para os agricultores familiares que são, ao mesmo tempo, construtores deste espaço e multiplicadores da proposta. Fica assim evidente a importância estratégica das feiras e dos grupos de agricultores familiares que a organizam para a construção e avanço da proposta de recuperação, preservação e uso da biodiversidade local. Concorde-se com Gusson (2002) quando diz que nestes espaços também são ressaltados aspectos culturais, educativos e políticos, gerando reflexão e mobilização de agricultores e consumidores, catalisando mudanças concretas no comportamento e nos sistemas produtivos na direção da agroecologia. A preservação local da diversidade genética dos cultivos e das criações é aspecto estratégico para manter a autonomia dos agricultores no abastecimento de variedades e raças adaptadas ao ecossistema local, com vistas a aprimorar o manejo agroecológico. Manter uma diversidade de opções que atendam à diversidade de usos (consumo, mercado, forragem) da agricultura familiar, conservar a variabilidade genética de espécies é importante também para fazer frente a erosão genética e a diminuição do número de espécies. Problemas estes que representam uma ameaça à soberania alimentar.

A promoção do uso e manejo da diversidade de plantas nativas presentes nas áreas agrícolas e a compreensão do processo de sucessão vegetal são componentes estratégicos para avançar nas propostas de manejo agroecológico. Este tipo de manejo permite diminuir problemas, como os causados pelo uso de herbicida, que estão diminuindo a biodiversidade. Outra vantagem é o incremento da ciclagem de nutrientes, melhorando as condições químicas, físicas e biológicas do solo, destacando-se a necessidade de ampliação das opções para auto-abastecimento das

propriedades - para consumo humano e animal - e também da oferta de frutas silvestres nas feiras ecológicas (ASSESOAR, 2002).

Juntamente com a importância da preservação da diversidade vegetal e animal para a construção de sistemas agroecológicos, torna-se importante a manutenção da diversidade cultural. Na questão da produção é necessário adaptar raças e cultivares ao ambiente local e ao tipo de manejo preconizado, o qual prevê a integração entre as diversas atividades da propriedade. Deve-se ressaltar a importância da criação animal que, além da produção de carne, fornece resíduos que podem ser utilizados para a adubação das culturas. Os animais têm uma grande importância para a diversificação alimentar e para a geração de novas oportunidades de renda. É fundamental o incentivo a iniciativas que surgem no sentido de preservar os recursos genéticos ainda existentes, como é no caso das feiras agroecológicas.

2.4 Feiras ecológicas: além da oferta de alimentos

A vivência da pesquisadora nas feiras agroecológicas permitiu observar a construção de um espaço de interação social – entre o urbano e o rural – com estreitamento de relações de convivência, de cordialidade, de amizade, de troca de informações e de parceria entre estes dois segmentos sociais. Ressalte-se que este espaço vai além da oferta de alimentos sem agrotóxicos aos consumidores ou da simples agregação de valor econômico. Outro aspecto relevante das formas alternativas de comercialização, é que elas cumprem um importante papel no estímulo à mudanças na consciência de agricultores, consumidores, entidades e profissionais.

Observa-se que uma outra vantagem das feiras agroecológicas em relação a outros canais de comercialização está na simplicidade, no encurtamento da distância. O consumidor beneficia-se da melhoria no abastecimento e para a agricultura familiar abrindo novas alternativas de

produção a partir das mudanças nos hábitos alimentares resultantes da reflexão dos consumidores sobre a dimensão que tem o ato de consumir.

Pode-se afirmar que se consolida a concepção da ASSESOAR de que a agroecologia é também uma forma de valorizar saber histórico presente na agricultura familiar, além de preservar o ambiente e a vida. As feiras agroecológicas, neste contexto, são trabalhadas como possibilidade real e viável de manutenção das famílias na agricultura, promovendo o desenvolvimento sustentável e visibilizando o trabalho das mulheres.

CAPÍTULO IV

A RELEVÂNCIA DO TRABALHO DAS MULHERES E A SUA INVISIBILIDADE MOTIVANDO A PESQUISA

Para obter as informações desta pesquisa foram entrevistadas dez mulheres que têm participação processual⁴², desde as primeiras discussões sobre agroecologia até a implantação das feiras agroecológicas. Teve-se a preocupação, no momento das entrevistas, em realizá-las de forma individualizada, ou seja, só as mulheres, sem a presença dos homens, porque estes poderiam constrangê-las.

As mulheres entrevistadas, todas agricultoras familiares, estão na faixa etária de 26 a 59 anos. Quanto ao grau de escolaridade, uma cursa o ensino médio, uma é analfabeta e o restante cursou até a quarta série do ensino fundamental. Para complementar a pesquisa, também foram entrevistados dois profissionais - uma mulher e um homem - ligados às ONGs (ASSESOAR e Rede Ecovida de Agroecologia) que fazem parte do processo de construção da agroecologia e das feiras agroecológicas da região sudoeste paranaense e da região sul. Também foram consultados documentos dessas ONGs. Além disso, aportou-se o conhecimento acumulado na trajetória profissional da pesquisadora.

Percebe-se na trajetória dessas e de outras ONGs que constroem a agroecologia, que além de seus méritos mais abrangentes nas tentativas de inclusão social de setores marginalizados pela sociedade, possibilitam vias para incorporação de espaços que trazem visibilidade para as

⁴² Processual usada neste contexto para se referir a ação continuada de uma atividade, que apresenta certa regularidade e método definido.

mulheres, principalmente através da agroecologia. Através do resgate da biodiversidade e a preocupação com a segurança alimentar, a agroecologia torna-se um espaço fértil para o protagonismo das agricultoras.

Uma das queixas costumeiramente feitas pelas mulheres agricultoras, entre as quais as entrevistadas nesta pesquisa, diz respeito à pouca atenção dada a suas reflexões e opiniões no contexto da família ou da sociedade. Dentro das convenções sociais, geralmente, o que elas dizem deve ser aprovado pelo marido, sendo chamadas de “encrenqueiras” quando argumentam para fazer valer sua opinião. Muitas delas iniciam uma participação mais efetiva nos espaços propiciados pelas organizações a partir da insistência de técnicos ligados às ONGs. No geral, as mulheres agricultoras não têm visibilidade, atuam no espaço reprodutivo e no produtivo, mas quem vem a público falar sobre o que acontece nesses espaços são os homens, que assim aparecem como únicos executores e para quem é delegada publicamente a responsabilidade, o mérito da gestão ou coordenação do trabalho. É visibilizado o “chefe” da família, mesmo quando é a mulher de fato a responsável pela atividade. Muitas vezes, ela também não é aceita nas reuniões decisórias, onde se prefere tratar com homens, por considerá-la “não capaz” para tomada de decisões. Conforme relato de uma agricultora sobre as reformas de uma agroindústria da associação da qual ela participa e onde são produzidos alguns dos produtos vendidos nas feiras agroecológicas:

“Sempre trabalhei na fábrica (agroindústria familiar), sei como funciona aquilo, como qualquer outro lá dentro, quando (os associados) discutiram a reforma só queria a opinião dele, tinha que ser ele, a minha não valia” (agricultora, 43 anos).

Isso demonstra que, mesmo quando são elas que conhecem a atividade e detém as informações sobre a mesma, socialmente precisam de um porta-voz. Essa agricultora também

conta que certa vez pessoas ligadas a uma entidade vinham insistentemente à sua casa procurar seu marido. Como ele não se encontrava terminavam indo embora e apenas quando retornaram pela terceira vez, finalmente, o encontraram na residência. O assunto sobre o qual queriam tratar era a agroindústria e qual não foi a surpresa deles quando descobriram que essa era de responsabilidade da mulher, com que deveriam tratar sobre o assunto. Após alguns anos de participação efetiva nas reuniões, resistindo à pressão sempre feita pelos homens no sentido de depreciar a sua capacidade, essa agricultora conseguiu se “impor” na agroindústria.

Segundo Woortmann (1992), a conjugação de planos de discursos e de autoridade, masculino e feminino, público e privado, decorre da harmonia entre ideais culturais e do sistema produtivo. O discurso relega ao silêncio o ponto de vista feminino, mesmo quando as atividades da mulher são cruciais para a reprodução social do grupo como um todo, caso da agricultura familiar. Os pesquisadores ligados as estatísticas censitárias, assim como os formuladores de políticas, continuam a pressupor que as unidades agrícolas são propriedades do chefe de família. Dado a construção social de gênero, segundo a qual a agricultura é considerada uma ocupação masculina, poucas mulheres se declaram como agricultoras, a não ser que não haja nenhum homem residente em casa (DEERE & LEON, 2000).

Mulheres são geralmente encobertas culturalmente pela identidade coletiva, a masculina. Mesmo que a atividade seja da mulher, quem publicamente aparece é o homem. Como nos relata uma agricultora:

“Mesmo com toda minha participação nos cursos, na feira e sabendo que sou eu que produzo, eles ainda dizem que a propriedade é doAs vezes dá raiva, dá vontade de falar na hora, mas termino ficando quieta” (agricultora, 37 anos).

Na sociedade há um estranhamento quando a mulher toma a palavra e fala sobre o que acontece na propriedade, ou seja, fala sobre produção. Considera-se que o homem está sendo fraco quando “cede” espaço público para a mulher. A classificação do espaço natural é também uma classificação de espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero (WOORTMANN,1992), espaços que podem ser de ajuda recíproca, onde a ajuda de um viabiliza o trabalho de outro. No entanto, a mulher sempre deve estar disponível, ao contrário do homem, que tem bem delimitado seu espaço e não necessita interromper suas atividades para realizar outras. Isso demonstra a relação hierárquica que existe na divisão do trabalho, na qual trabalho de mulher não é considerado como tal porque não se converte em valor financeiro.

Bullock apud Paulilo (2005), afirmam que três quartos das mulheres no mundo vivem em áreas rurais e a maioria trabalha na agricultura ou em atividades a ela relacionada, produzindo cerca da metade dos alimentos consumidos. A desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – daí a expressão “trabalho invisível” –, é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições (PAULILO, 2003-2).

Nos últimos anos, nas ONGs e entidades representativas, há em geral um clima favorável de aceitação e compreensão do problema da desigualdade de gênero e da necessidade de valorização do trabalho das mulheres agricultoras. Essas organizações estão se sentindo na obrigação de dar conta da discussão sobre a invisibilidade das mulheres rurais, ainda que o processo seja lento e não sem resistências e conflitos. Segundo DESER/CEMTR (2001), apesar dos esforços, a temática de gênero ainda não conseguiu um lugar de destaque e de prioridade no conjunto das linhas de atuação das organizações. Este fato não refletiria apenas a eventual resistência das direções das entidades - formada predominantemente por homens - às conseqüências que as mudanças de relações de gênero poderiam causar na distribuição interna de poder, desequilibrando interesses, práticas e procedimentos consolidados. Além desse aspecto

decisivo, estaria influenciando também a própria dificuldade ou incapacidade desses dirigentes em desenvolver novas experiências organizativas que superem entraves estruturais no funcionamento dessas entidades, que criam obstáculos ao aumento da participação das mulheres nas decisões. Deve-se levar em conta que as limitações também estão na falta de informações e na ausência de um processo de discussão sobre a temática de gênero e, ainda, em que, às vezes, a abordagem vá no sentido da disputa de espaços entre gêneros.

Na ASSESOAR a temática de gênero começou se fazer presente com mais intensidade a partir do ano de 2004. Como mostram os registros documentais, o processo de discussão da questão é antigo e está presente durante a história da ONG o que demonstra o interesse na incorporação das mulheres em seus espaços. Tal preocupação é, a princípio, movida pela crença de que a família deveria fazer parte como um todo dos projetos de desenvolvimento. Institucionalmente, a ASSESOAR nunca acreditou que um projeto funcionasse na prática se não houvesse a participação da família. A simples presença da mulher significava a família em harmonia, o que, segundo Siliprandi (2003), pressupõe que a agricultura familiar é um todo harmonioso e sem conflitos. Assim estaria a família contemplada e seus componentes estariam em acordo e vivendo bem.

A partir do ano de 2001, tem surgido no cenário dessa ONG uma discussão mais política a respeito do espaço das mulheres na sociedade, onde se enfatiza que a elas não deveria ser cedido espaço apenas por ser humanitariamente correto e desejável, mas porque elas têm direito de fazer parte da história como sujeitos e porque suas capacidades são iguais às dos homens. Portanto, elas deveriam lutar ao lado dos homens para a construção de um mundo melhor, para ambos viverem em condições de igualdade (ASSESOAR, 2004). A partir desse momento são introduzidas discussões com base teóricas feministas e tais discussões, segundo os técnicos, causaram a princípio um certo desconforto, porque o feminismo sempre foi visto com ressalvas

pela maioria, sendo identificado como motivo de conflito entre homens e mulheres. Essa forma de perceber a luta das mulheres está fundamentada em algumas argumentações que percebem no feminismo uma possibilidade de inversão de papéis entre homens e mulheres. Na região sudoeste, a exemplo do que afirmava Nobre (1997), também se faz um movimento de mulheres e não um movimento feminista, então, parece óbvio que a ASSESOAR também incorpore esta perspectiva por ser uma entidade de famílias agricultoras inseridas na região e no contexto de suas entidades representativas e organizativas. No caso em questão, quando o tema foi pautado, a intenção não era segregar, ao contrário, era encontrar formas em que ambos – homens e mulheres – percebessem que uma sociedade só pode ser justa e sustentável se for igualitária, se homens e mulheres puderem compartilhar do acesso aos mesmos direitos, deveres e recursos necessários para sua evolução ou desenvolvimento como sujeitos (ASSESOAR, 2004).

Também se constata que a Rede Ecovida de Agroecologia - da qual a ASSESOAR faz parte - busca em seu ideário e princípios de funcionamento a igualdade entre homens e mulheres. No entanto, como afirma um técnico em sua entrevista, até 2004 a Rede Ecovida e as outras ONGs não haviam conseguido “pautar” gênero como tema central, apenas como tema importante, mas somente transversal⁴³:

“A forma de encarar a questão ficou refletida no ENA (Encontro Nacional de Agroecologia) de 2001, onde causou polêmica o fato de gênero estar sendo discutido num grupo separado, onde o público era hegemonicamente feminino” (Técnico - Rede Ecovida).

Ou seja, o tema mais uma vez tinha sido delegado às mulheres, não conseguindo ser incorporado pelos homens. O tratamento dado ao tema no ENA⁴⁴ e as polêmicas geradas

⁴³ No sentido de que perpassa outros temas.

⁴⁴ Encontro Nacional de Agroecologia, que reúne as diversas organizações que estão empenhadas na construção da agroecologia no Brasil.

resultaram em encaminhamentos concretos para o próximo encontro a ser realizado em 2006, onde se pretende dar destaque às discussões sobre gênero nos temas gerais, além de criar espaços específicos para discussão. De forma geral, a inclusão da perspectiva de gênero nas ONGs tem se dado de forma gradual e com um certo grau de dificuldade, como já afirmado anteriormente:

“Essa incorporação está em processo e revela, em vários momentos, a distância entre o discurso e a prática. Em nossa avaliação, a forma como o ENA foi organizado e a colocação da discussão sobre gênero no grupo temático representam exemplo disso, pois demonstraram que a questão de gênero não perpassa todos os espaços e temas de discussão e que é ainda considerada, pelos participantes do evento, uma ”questão de mulher”, pois o número total de participantes nos dois subgrupos foi: 38 mulheres e cinco homens” (Grupo Temático Gênero (GT Gênero I ENA, 2001).

A inclusão dessa perspectiva pressupõe a discussão da desvalorização e da invisibilização do trabalho das mulheres, ou seja, coloca em questão a divisão sexual do trabalho.

De forma mais concreta o tema já consta no plano Trienal da ASSESOAR (2005-2008). Na Rede Ecovida de Agroecologia organizou-se, a partir do ENA, um Grupo Temático em Gênero (GT gênero) que está trabalhando no sentido de garantir que nos próximos eventos da Rede Ecovida de Agroecologia (Encontro Ampliado da Rede Ecovida) e da Articulação Nacional de Agroecologia (II ENA), o tema seja abordado como central, o que já deverá acontecer nos próximos encontros.

1. A importância das feiras para as mulheres e para a construção da agroecologia

Sabe-se que a modernização agrícola afetou negativamente comunidades como um todo, e a mulher em particular, porque alterou as “relações de subsistência” do grupo doméstico, alterando relações de gênero. A mulher nesse processo tornou-se cada vez mais dependente do marido. Com a modernização rompeu-se o que Woortmann (1992) chama de complementaridade,

que caracteriza a relação tradicional - e questionável - entre homens e mulheres, porque nessa lógica o trabalho da mulher apenas complementaria o do homem. De qualquer forma, nesse processo a mulher terminou perdendo sua terra de trabalho, como nos afirma uma entrevistada:

“Antigamente se plantava de tudo, feijão, batata, melancia, amendoim, mandioca, com isso a gente comia e tratava os bichos. Quando aumentaram a lavoura fiquei sem a terrinha, aí tudo tinha que ser soja, milho sobrava os pedaço ruim pra gente. Nem lugar pra pasto tinha, só os barranco” (agricultora, 59 anos).

No caso de muitas famílias agricultoras da região Sul do Brasil, com a modernização da agricultura, elas se tornam dependentes do dinheiro proveniente da comercialização de grãos para comprar produtos anteriormente produzidos em policultivos e quintais. Entre eles: a farinha, o arroz, o feijão, a batata, a abobrinha, entrando num círculo vicioso. Onde se produzia em monocultivo - soja principalmente -, o dinheiro da venda dos grãos se gastava pra comprar alimentos antes provenientes dos policultivos.

“Não é mais o espaço onde a mulher contribuía para a fartura da família com grande autonomia. Agora é apenas o espaço onde ela trabalha como “parte” do homem - como “braço” dirigido pela “cabeça” do marido, que organiza o processo de trabalho” (WOORTMANN, 1992).

Com a introdução da lavoura em monocultivo foram praticamente eliminadas as criações de animais de pequeno porte, galinhas e porcos soltos que se alimentavam de sobras dos quintais e de outras criações. Agora, estes animais têm seu espaço reduzido, ficando presos e devendo ser, muitas vezes, alimentados com rações compradas. Reduz-se assim a base alimentar para os animais domésticos e, dentro desta ciranda, para os humanos.

“Com a agroecologia discutiu-se importância das “miudezas” e aos poucos estamos retomando o plantio de tudo” (agricultora, 52 anos)

Houve a diminuição da área da coleta pelo uso de agrotóxicos e pela redução de matos e capoeirões onde havia frutas silvestres e plantas medicinais. Geralmente, as famílias não têm muita consciência do valor econômico que representam estas coletas. Somente conseguem visualizar isso quando adquirem produtos antes coletados ou quando vendem esses para a feira e percebem que resulta em retorno financeiro:

“Fiquei admirada quando levei coisa pra feira que antes tava ali no mato, ninguém ligava, caía no chão os bicho comia. Agora você vê aquela pessoa voltando e pedindo tem aquela bananinha, tem amora? Ficava boba, e pensava, eles gostam. Nem bonita era” (agricultora, 38 anos).

Essa agricultora se referia às bananas e às amoras produzidas nos capões cuja aparência e tamanho não podiam ser comparadas às encontradas nos supermercados, mas seu sabor e qualidade eram relatados pelos consumidores.

Uma outra questão que surge com muita intensidade é a relacionada às plantas medicinais. Todo o conhecimento sobre sua produção, coleta e uso, que era dominada pelas gerações mais antigas e principalmente pelas mulheres, está na eminência de ser perdido. Segundo Woortmann (1992) a substituição de um saber tradicional pelo saber científico está expropriando um domínio do conhecimento e uma esfera central do reconhecimento social das mulheres. O saber relativo à saúde é expulso de casa e do domínio das mulheres, a sociedade se “higieniza” pela medicina oficial que custa dinheiro, implicando um custo social dado pela expropriação do saber da mulher.

“Quando criança não tomava remédio comprado, só chá, qualquer doencinha era chá, não conhecia médico, depois mudou, hoje em dia quanto mais remédio toma mais doença aparece...mas na minha horta agora plantei chá de tudo que tipo” (agricultora, 38 anos).

Nas comunidades, a saúde e a religião são atividades eminentemente atribuídas às mulheres. Isto lhes confere prestígio e reconhecimento social. Daí uma das motivações pelas quais elas rapidamente aderem à idéia da agroecologia, porque a relacionam com o cuidado com a vida.

“A gente pegava sempre o que precisava ali, ao redor de casa, agora tem medo, por causa do veneno, e também está difícil, nem sempre acha. Comecei plantar dentro da horta e aos poucos vou pegando mais mudas, mas nem sempre vingam” (agricultora, 46 anos).

As “miudezas” (ou policultivos), por serem diversas, exigem também habilidades diversas, constante observação e cuidados. Diferentemente delas, as culturas homogêneas (monoculturas) são mais fáceis de monitorar, porque têm eventos mais previsíveis, mais claros e pontuados. As “miudezas”, por estarem ligados ao cotidiano das mulheres, são feitas com naturalidade na medida que vão se utilizando de conhecimentos acumulados pelas gerações de mulheres. Questionada se sente dificuldade em relação à agroecologia, uma agricultora falou:

“Para mim foi fácil, quase tudo que tenho que fazer hoje, já fazia, como minha mãe também, os homens que sentem mais dificuldade e até, acho,...um pouco de vergonha” (agricultora, 47 anos).

Os espaços ligados à agroecologia permitem a valorização do trabalho das mulheres, à medida que, em muitos casos, elas assumem a gestão da produção agroecológica e a comercialização nas feiras. Desta forma, elas se projetam como agentes de geração de renda e ganham visibilidade. O trabalho das mulheres, anteriormente visto como “ajuda”, ganha conotação econômica e social, envolvendo alteração de responsabilidades, redefinições de papéis, ainda que parcialmente. Cresce o reconhecimento de seu papel social e de sua crucial importância na reprodução da agricultura familiar.

“A reflexão dos grupos sobre agroecologia e gênero apontou as conexões entre os princípios que orientam essas duas questões: a concepção agroecológica requer o rompimento com a visão monetarista e instrumental da economia, baseada na produtividade e no lucro, colocando a qualidade de vida como fator central” (GT gênero I ENA).

A agroecologia pressupõe um rearranjo na utilização dos recursos naturais, proporcionando a diversificação do sistema para aumento da biodiversidade. Neste espaço de resgate de policultivos aparecem predominantemente as mulheres, que historicamente tem atuado neles devido à preocupação com o auto-consumo familiar, saúde da família e pelo papel de articuladoras do bem estar familiar como um todo. Os homens, para serem aceitos socialmente, devem lidar com que é grande, o que dá resultado em quantidade, o que aparece e o que dá volume na produção.

As mulheres entrevistadas, devem seu envolvimento com a agroecologia em função dos trabalhos ligados ao Projeto Vida na Roça⁴⁵ (PVR) em Francisco Beltrão, e às Escolas Comunitárias de Agricultores (ECAs) de nível regional, ambos ligados à ASSESOAR. Outro fator que contribuiu para ampliar a discussão sobre agroecologia foi a formação da Rede Ecovida de Agroecologia e o processo de constituição de seus núcleos.

“Sempre tive horta ecológica, a lavoura passou a ser ecológica a partir do momento que começamos participar do Projeto Vida na Roça. Mas a consciência, mesmo, veio depois que assisti umas palestras de médicos que falavam sobre as conseqüências dos venenos para a saúde” (agricultora, 47 anos).

Para o movimento de mulheres, a ASSESOAR e outras ONGs reproduzir a vida está intimamente ligado às mulheres. Deve-se isso pela preocupação que as mulheres tem com a alimentação e a saúde da família. Por esse fato, acredita-se que a porta de entrada para a

agroecologia nas unidades familiares seja as atividades ligadas ao auto-consumo. Foram essas as atividades que serviram de base para o início das feiras agroecológicas e, ao mesmo tempo, serviram como referências concretas para questionar as relações de gênero.

“A agroecologia é um campo fértil para a discussão das relações sociais e de gênero, pois, na medida que se propõe a revisão dos sistemas produtivos, poderia se rever as relações sociais de gênero, entretanto faz-se necessária uma clara intenção política” (GT gênero – Rede Ecovida, 2004).

Percebe-se que a agroecologia, através de espaços de produção e comercialização, como as feiras, permite uma conquista concreta de espaço pelas mulheres.

“Antes da feira muito pouco saía, era ele que fazia tudo. Ia pra cidade e só me comunicava do que decidia. Hoje já é diferente, saímos juntos, também já tenho o que fazer lá fora” (agricultora, 42 anos)

Além de melhorar a qualidade de vida das famílias, ampliando a base alimentar e melhorando a qualidade através da produção ecológica, as feiras também contribuem com a entrada da agroecologia nos espaços da agricultura familiar. Por outro lado, percebe-se que a maior receptividade das mulheres em relação à agroecologia deve-se, em grande parte, à sua responsabilidade na manutenção dos policultivos e dos pequenos animais ligados à auto-sustentação alimentar. Desta forma, também são elas as grandes responsáveis pela manutenção da biodiversidade. Segundo Khatounian (1994), a produção de auto-consumo está presente em todas as áreas de atividade humana. No meio rural, este setor tem como principal atividade a produção de alimentos, e esta atividade, como apontam essa e outras pesquisas, está ligada às mulheres.

⁴⁵ Ação de desenvolvimento local desenvolvida pela ASSESOAR e outras entidades na comunidade de Jacutinga/Francisco Beltrão/PR, que busca construir referências em desenvolvimento sustentável.

No entanto, a percepção da importância do papel das mulheres na manutenção dos policultivos e, em consequência, na segurança alimentar e na construção da agroecologia, é bem recente:

“O caminho entre gênero e agroecologia é novo, ganha visibilidade depois da ECO 92 porém, o movimento se divide em dois grupos, o que reconhece a agroecologia como abordagem mais abrangente e o que a concebe como tecnologias ligadas à natureza” (Grupo Temático Gênero - Rede Ecovida, 2004).

A comercialização, além de ser ferramenta de inclusão social, permite a recuperação e conservação dos recursos genéticos. Com a produção, há a reconstrução dos sistemas produtivos, sendo este um dos aspectos pedagógicos importantes para a construção da agroecologia, que é possibilitado pelo processo das feiras.

1.1 O difícil começo

Em Capanema - local da primeira experiência de feira agroecológica -, segundo relatam as agricultoras, tudo começou em 1998 com a implantação de viveiros, do plantio e venda de hortaliças ecológicas, processo estimulado pelo CAPA⁴⁶ junto a várias famílias da comunidade. Nesta época a ASSESOAR acompanhava os mesmos grupos através das ECAs.

“Começamos com poucas famílias, aqui da comunidade mesmo. Eu já produzia um bom tanto, não pra vender, pra família que era grande. Outros não tinham nem horta, tiveram que fazer e aprender” (agricultora, 43 anos).

Esse processo inicial de construção das feiras durou dois anos e foi anterior às ECAs, mas sempre teve um acompanhamento da ASSESOAR que, através de sua equipe técnica, adequava diversas tecnologias, orientava sobre as sementes disponíveis, sistemas de irrigação eficientes e

baratos. Enfim, esta trajetória inicial serviu para gerar algumas referências em produção agroecológica, além de ensaiar a adequação aos mercados potenciais existentes.

A experiência das famílias que iniciaram a comercialização em Capanema - de 1998 a 1999 - serviu de referência para o restante do processo que a partir de 2000 foi incorporado pelas ECAs⁴⁷, resultando em 2001 nas feiras em cuja dinâmica foi realizada a pesquisa.

“A comercialização no início foi um problema, vendia picado, ia até a cidade de ônibus carregando tudo nas costas, pra pegar ônibus andava dois quilômetros . Algumas coisas vendia pro intermediário como o tomate e o pepino, que ele vinha buscar a cada dois dias, mas o resto vendia na cidade de casa em casa. Com o tempo tinha freguês certo que depois me acompanhou até a feira” (agricultora, 43 anos).

Conforme iam sendo comercializados os produtos aconteciam as possibilidades para a diversificação da produção, mas houve algumas dificuldades em relação ao planejamento inicialmente preconizado como necessário. Este planejamento tinha uma ótica paradoxalmente diferente da racionalidade do policultivo:

“Como eu sempre plantei de tudo no início não me encaixei no planejamento feito com os técnicos. Ele (o planejamento) limitava a quantidade e o tipo de hortaliça a produzir, eu continuei plantando de tudo. Era pra gente se especializar e cada um plantar uma parte, assim não faltariam verduras, eu fui teimosa plantava de tudo e levava. Deu certo, no início praticamente era eu que garantia feira, porque muitos plantavam coisas que não eram acostumados e perdiam. Não sabiam que tinha que irrigar, não sabiam lidar com aquilo. Antes plantava só pra comer e veja lá ainda, imagina agora era pra vender, tinha que ser tudo certinho não podia falhar, senão não tinha verdura pra feira. Era o que acontecia pro outros, plantava poucos tipos, se não produzia, já era não tinha verdura. Eu sabia disso tem que produzir um pouco de tudo, eu levava até abóbora” (agricultora, 43 anos).

⁴⁶ Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. Verê- PR

⁴⁷ Escola Comunitária de Agricultores

O objetivo inicial do planejamento era de driblar a sazonalidade⁴⁸ com a preocupação de que sempre houvesse verdura para venda, já que essa era uma das principais reclamações dos consumidores nas feiras convencionais, e que aparecia nas respostas dos questionários feitos pelas ONGs sobre potenciais mercados (ASSESOAR, 2003). Nessa perspectiva, o raciocínio era de que a melhor forma de garantir o abastecimento da feira e a satisfação do consumidor era distribuir as espécies a serem produzidas entre as famílias para que cada uma delas se especializasse. Nesta época, não se considerava a possibilidade de partir de espécies já produzidas pelas famílias, porque o mercado consumidor exigia apenas alguns tipos como alface, beterraba, cenoura, brócolis, tomate, ou seja, na maioria espécies exóticas e híbridas. Essas culturas dependem da compra de sementes, o que, segundo as agricultoras, onera a produção e impossibilita a autonomia na produção de suas sementes.

“No início o técnico vinha aqui e para incentivar a gente até trazia semente, contava uma por uma, porque era cara, era alface americana. Os fregueses gostam de alface americana, mas a semente é muito cara ... Hoje não nos preocupamos tanto com isso, levamos o que se consegue produzir e eles (os consumidores) tão começando a aceitar outras coisas” (agricultora, 52 anos).

Em relação às sementes, pelo menos metade delas é comprada, o que segundo as agricultoras não significa que elas não tenham o hábito de guardar as sementes crioulas. Os consumidores têm ainda grande preferência por espécies híbridas, como evidencia o depoimento acima, mas, segundo elas, estão sempre conversando com os consumidores da importância da aceitação de produtos provenientes de espécies menos exigentes e mais adequadas à agroecologia. Tanto as mulheres quanto os homens guardam sementes, mas são as mulheres que

⁴⁸ A não observação de uma regularidade na produção e oferta para os padrões convencionais de mercado gera um problema. Com as feiras agroecológicas se valoriza a produção diversificada –originária dos policultivos - e vê essa como uma vantagem para a manutenção da biodiversidade. O desafio neste sentido estava na revisão dos padrões alimentares, por parte dos consumidores, para que deixassem de exigir a rígida regularidade e padrão na oferta.

se preocupam em guardar sementes ou preservar mudas de plantas medicinais e produtos para o auto-consumo, enquanto os homens cuidam das espécies ligadas a lavoura.

“Geralmente sou eu que guardo as sementes de cenoura, tomate, ele se preocupa mais com as sementes de aveia, milho, feijão” (agricultora, 52 anos).

Em relação à experimentação de novas espécies, elas se comportam do mesmo modo, ou seja, metade das mulheres entrevistadas disse que quem faz as experimentações na propriedade é o marido, elas só opinam. As outras o fazem quando se relacionam a cultivos ou processamentos para a feira ou as “miudezas”, raramente com cultivos ligados às lavouras que é domínio do homem.

“Gosto de experimentar e de improvisar, busquei novas sementes e fiz um “sombrite” para minha horta” (agricultora, 52 anos).

Esta agricultora usou folhas de bananeiras e taquaruçu amarrados e improvisou uma cobertura para as hortaliças. Desta forma conseguiu produzir alface numa época extremamente quente. Na horta mantém uma grande variedade de plantas medicinais e afirma:

“Minha grande preocupação é de que sempre tenha o que comer e remédio para tratar as doenças” (agricultora, 52 anos).

Num estágio mais avançado de amadurecimento das feiras, já durante o processo resultante das ECAs, percebeu-se que além do trabalho na área de produção, envolvendo a formação em agroecologia das famílias produtoras, também se fazia necessário um trabalho junto aos consumidores. Havia necessidade da conscientização para uma mudança de postura em relação a hábitos alimentares, que permitisse o consumo da ampla gama de produtos originários dos quintais e canalizasse para a preservação da biodiversidade.

“No início a gente levava bastante coisa e trazia de volta, o freguês não gostava de tudo. Ele reclamava do tomatinho pequeno, achava que tinha muita semente” (agricultora, 29 anos).

No espaço produtivo, foi se evidenciando que algumas famílias, por não terem familiaridade com algumas culturas, encontravam dificuldades. O desafio era dosar as quantidades a serem produzidas frente à falta de informações sobre a demanda para o planejamento.

“Elas não sabiam que precisava dar água, e a alface morria... também compravam várias medidas de semente e semeavam numa vez, nascia tudo numa época e depois não tinham nada” (agricultora, 45 anos)

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas nesse processo inicial de experimentações - tanto na produção quanto na comercialização -, percebe-se que a persistência principalmente das mulheres envolvidas foi fundamental. Estas experiências servem como referência para a construção das feiras nos demais municípios e são termômetros para a permanência ou não das mulheres nas feiras.

1.2 Quem vai à feira

Das agricultoras entrevistadas, sete vão à feira sempre, uma se alterna com o marido, uma se alterna com o filho e uma delas desistiu de ir alegando ter muito trabalho e estar sem tempo de ir à feira. Segundo depoimentos dos técnicos que acompanham as feiras na região sudoeste paranaense a comercialização é feita, em sua grande maioria, pelas mulheres.

Segundo eles, as mulheres foram as primeiras a participar, especialmente porque a base dos produtos ou maioria dos produtos comercializados nas feiras - concebidas nas ECAs⁴⁹ - eram provenientes das “miudezas”.

“Havia a concepção de que as feiras deveriam começar com o que se tinha de produção excedente nas propriedades, ou seja, o que sobrava dos itens para o auto-consumo” (técnico de ONG).

Outro aspecto que contribui para que as mulheres sejam a maioria, é o fato dos homens trabalharem com a lógica de comercialização do que consideram grande e:

“...comercializar miudezas os deixa constrangidos, envergonhados, eles dizem que é coisa de mulher, que preferem lidar com a lavoura”(técnico de ONG).

Ou seja, eles preferem e têm uma aceitação social melhor se trabalham com produtos que têm volume, mesmo esses sendo menos rentáveis por área do que certas “miudezas”. A maioria das mulheres é responsável por todo o trabalho que envolve os produtos das feiras. Segundo elas os homens as “ajudam”, mas elas contam mais com a ajuda das filhas e filhos. Somente um casal aparece como fazendo o trabalho conjunto⁵⁰.

A queixa bastante comum está refletida nas falas:

“Ele não é de lidar com coisas pequenas como a criação e a horta, ele gosta de roça, roça é com ele. E assim era eu que lidava com horta, sempre tive verdura pra passar o ano, sempre lidei com isso” (agricultora, 50 anos).

⁴⁹ A valorização dos produtos provenientes das miudezas (policultivos) se deu a partir das Escolas Comunitárias de Agricultores. No processo inicial ligado ao CAPA, ainda se concebia planejar a produção dentro de uma ótica de oferta constante e padronizada.

⁵⁰ Essa pode ser considerada uma especificidade de uma região produtora de grãos, diferente por exemplo de regiões produtoras de hortaliças, onde pelo que se observa os homens incorporam de forma mais sistemática o trabalho com outras culturas.

Segundo Portella et all (2004), o trabalho agrícola das mulheres é ajuda porque está fora de sua atribuição própria, que são as atividades domésticas ou reprodutivas, e por realizar-se com frequência diária associa-se e quase se confunde com estas. Na direção oposta, as atividades domésticas realizadas pelos homens são igualmente consideradas ajuda por afastarem-se de sua atribuição própria, que são as atividades produtivas. Diferentemente das mulheres, no entanto, os homens só excepcionalmente realizam atividades domésticas, até porque, nas escalas locais de valores o trabalho feminino vale menos. É o trabalho masculino que ocupa o lugar de maior importância, devendo, portanto, ser preservado da possível desvalorização trazida pelo contato com o mundo do trabalho feminino.

Outro ponto realmente decisivo no momento de determinar quem vai fazer comercialização na feira é o fato de ser a mulher quem faz a produção ou grande parte dela e também as atividades ligadas ao beneficiamento de hortaliças e laticínios e a panificação.

“Só quem faz o pão sabe falar sobre o que é o pão” (agricultora, 29 anos).

Essa fala é confirmada pelo técnico:

“Falar de como o pão é feito, são elas que sabem do que estão falando, mas muitas vezes os homens dizem em público que a feira é iniciativa deles, que eles fazem, mas quando tem que explicar o como, não sabem exatamente” (técnico de ONG).

Além disso, as mulheres também são responsáveis pela aparência das bancas e pela apresentação dos produtos:

“São elas que arrumam os produtos e cuidam da aparência das bancas. A arte da panificação também é dominada por elas, isto contribuiu sobremaneira para que elas se afirmassem neste espaço” (técnico de ONG).

Uma das agricultoras diz gostar de fazer de tudo, menos ir à feira comercializar. Por ser analfabeta, acha que não deve ir e pede que o filho vá, mas confessa que gostaria muito de ir sempre, porque vê suas companheiras fazendo comercialização e gostando. Diz também não gostar de sua aparência e por isso ter vergonha de se relacionar com as pessoas. Neste caso, observa-se uma auto-estima baixa, uma auto-desvalorização e a aceitação por muitas mulheres de que elas são inferiores e inadequadas para aparecer no espaço público.

Segundo Arendt (1995), essa auto-desvalorização é resultante da disciplina interiorizante - no espaço privado - a que as mulheres sempre foram submetidas:

“O mundo público é o lugar privilegiado de constituição da realidade. O real é o que aparece no público, e o público encaminha para o privado aquilo que julga como pouco relevante. O mundo, como lugar de vida humana, é público, enquanto bem comum a todos, interpondo e reunindo homens, criando relações entre eles. A vida privada carrega duas acepções: a de privação e de ocultação. Viver uma vida inteiramente privada significa acima de tudo ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana”.

Mesmo assim as mulheres são a maioria nas feiras. Questionadas sobre as razões, respondem:

“Porque eles têm mais jeito de lidar com as coisas, e se tiverem que ir falar com o Prefeito, ele ouve mais os homens” (agricultora, 47 anos).

Elas afirmam que todos da família gostam da atividade ligada à feira. Apesar de os homens não gostarem de lidar com as coisas pequenas, começaram ajudar porque já perceberam a importância econômica da atividade.

“Se ele ajuda? Ah geralmente contra a vontade, já eu não, quando ele precisa da minha ajuda largo tudo aqui, casa, horta, criação e vou ajudá-lo na lavoura. Ele vem, mas contra a vontade” (agricultora, 37 anos).

Como se percebe nos depoimentos, os homens começam a admitir a possibilidade de trabalhar com as miudezas a partir do momento que se torna significativa a renda provenientes dessas. A partir desse contexto surge uma preocupação, sendo essa uma das questões levantadas pela pesquisa: até que ponto as mulheres mantêm controle sobre os recursos financeiros?

1.3 Recursos para quem e para que

Os recursos financeiros provenientes das feiras agroecológicas têm proporção e significância variável para as diversas famílias envolvidas. Representam desde 20 % da renda total até o extremo de 90%. Neste último caso, a mulher é praticamente a provedora da família. A maioria das mulheres afirma que a maior parte do recurso é destinada a gastos com a família. Compram mantimentos, roupas e material escolar, pagam luz e outras despesas, como aquelas ligadas ao lazer, por exemplo, as festas da comunidade. Em resumo, em sua grande maioria os recursos provenientes das feiras são destinados ao “bem comum da família”. Brumer (2000) já se referia a esse aspecto em relação às agricultoras gaúchas afirmando que “os recursos obtidos pelas mulheres em grande parte ainda são destinados às despesas da casa e com o bem estar comum dos membros da família”.

Oito mulheres afirmam decidir sobre o destino dos recursos, dizem que agora compram mais objetos de uso pessoal e que têm autonomia para comprar utilidades para os filhos, sem a necessidade de pedir ao marido. Duas mulheres dizem não separar o dinheiro da feira:

“Entra tudo num caixa comum, não tem necessidade separar, tanto faz se sou eu ou ele que pega o dinheiro gastamos tudo com a família mesmo” (agricultora, 45 anos).

Uma das rendas obtidas é tão significativa que a agricultora está inclusive trocando os eletrodomésticos usados por novos, e fez o relato com muita euforia:

“... e depois de muitos anos consegui comprar uma geladeira nova”
(agricultora, 43 anos).

Segundo afirma Brumer (2000), quando as mulheres obtêm dinheiro próprio, significa que não estão mais vivendo de favor, ao contrário, passam também a provedoras da família. No caso das feiras agroecológicas isso se torna relevante porque muitas vezes elas administram a única entrada regular de recursos.

“No início foi difícil, mas quando começou entrar algum dinheiro aí mudou, fui conseguindo mais área e mais apoio” (agricultora, 37 anos).

Uma das agricultoras que não gosta de ir à feira considera positivo o fato de seu filho jovem ir em seu lugar. Segundo ela:

“Pelo menos ele tem o que fazer, ganha dinheiro e sente menos tentação de sair da propriedade” (agricultora, 38 anos).

Pode-se observar que as feiras agroecológicas, além de estarem possibilitando a reconstrução dos sistemas produtivos, estão abrindo espaços para as mulheres bem como para as jovens e os jovens.

“Esta produção está intimamente ligada às mulheres e aos jovens. Portanto foram elas, e também os jovens, os protagonistas, daí o seu empoderamento⁵¹” (técnico de ONG).

⁵¹ Processo complexo de crescimento do indivíduo ou grupo, a fim de efetuar mudanças sociais para a resolução de problemas, com autonomia. Empoderar-se consiste, essencialmente, em assumir o controle sobre a própria vida, definindo os próprios planos, desenvolvendo habilidades, ampliando autonomia e desenvolvendo auto-confiança. Em outras palavras significa adquirir o poder de pensar e de agir livremente, bem como de exercer o direito de escolha e a plena realização do seu potencial, enquanto indivíduo ou grupo pertencente a uma determinada sociedade. Fonte: Grupo Temático Gênero e meio ambiente/DFID Brasil. Caderno Temático, 2003.

Uma agricultora, que afirma administrar os recursos que entram, diz que finalmente consegue ter mais segurança, pois a feira permite uma entrada regular de recursos, e acrescenta:

“O melhor de tudo que esse dinheiro vem de coisas que tinha aqui e não valorizava. Muitas coisas eram produzidas e o que não se comia, dava pros animais, mas não resultava em dinheiro” (agricultora, 38 anos).

É inquestionável a importância que as feiras agroecológicas e os seus resultados econômicos assumem entre as famílias, sendo isso de fato relevante para as mulheres e os jovens. No entanto aparecem alguns estrangulamentos e dentre eles estão o acesso ao crédito e a formação necessários para o desempenho das atividades.

1.4 As questões relacionadas ao crédito e a formação

Uma das dificuldades encontradas pelas mulheres foi a obtenção de recursos para implantação das atividades. Apesar dos recursos necessários serem mínimos, os sistemas de crédito não continham em suas prioridades a produção ligada a feiras. Com o tempo, foi-se avançando neste sentido, o que não mudou significativamente foi a dificuldade de acesso ao crédito por parte das mulheres.

Uma pequena parcela de mulheres tem acesso a crédito no Brasil. A luta pelo crédito por parte dos grupos e do movimento de mulheres resultou na criação de linhas de crédito destinada às mulheres, mas, segundo relatos das mulheres, o acesso a esses recursos ainda é complicado. Muitas mulheres se queixam do tratamento que recebem nos bancos, em que gerentes exigem a presença de seus maridos, outros, simplesmente desconhecem essa portaria. Serão necessárias análises mais detalhadas sobre a implementação destes benefícios e seu sentido para as mulheres.

“Quando nos encorajamos e vamos ao banco buscar crédito, o gerente diz tudo bem, mas, cadê seu marido? Mesmo com o crédito para as mulheres eles querem que os maridos assinem” (agricultora, 29 anos).

De qualquer forma, ainda prevalecem inadequações da política de crédito para a valorização e o fortalecimento dos agroecossistemas ecológicos. Ainda é menos complicado financiar monocultivos se o crédito for acessado por homens. Segundo dados do próprio MDA, as principais dificuldades estão no fato de grande parcela de mulheres não terem a documentação exigida, e da estrutura bancária que não está preparada para atender esta demanda. Esta postura coloca em risco a conservação da diversidade biológica e cultural, bem como, reforça as desigualdades de gênero já que as monoculturas são essencialmente um espaço masculino, ao contrário dos policultivos, onde predominam as mulheres.

Em Capanema a participação das mulheres chama a atenção. Segundo dados da CRESOL/BASER (2003), dos 141 contratos de custeio feitos em 2002, 24 foram feitos por mulheres; dos 40 agentes comunitários de desenvolvimento e crédito ligados à cooperativa, 16 eram mulheres e a maioria tinha a produção ecológica ligada às feiras.

O acesso limitado a recursos como a formação profissional, crédito e educação, restringe a participação das mulheres na maioria dos processos de mudança. As mulheres em geral são excluídas ou participam pouco dos cursos de formação voltados para a produção e gestão, com exceção das mulheres ligadas às feiras agroecológicas. Estas têm tido acesso a espaços de formação e têm conquistado credibilidade junto a agências de financiamentos ou cooperativas de crédito do sudoeste paranaense. O conhecimento e os recursos produtivos são ferramentas que oportunizam a conquista e a manutenção de espaços para as mulheres agricultoras. Quando diz respeito a uma conta no banco, elas ainda permanecem excluídas:

“Faço de tudo, planto, colho, vendo, mas a conta no banco está no nome dele” (agricultora, 52 anos).

As mulheres falam que muitas de suas amigas ainda são analfabetas e isso representa uma grande limitação. Desta forma, se sentem envergonhadas em participar dos espaços públicos e principalmente em cursos de formação.

“Eu não queria participar do curso porque não sei ler e escrever, mas o pessoal da ASSESOAR insistiu (...) foi bom, nem eu acreditei, mas consegui aprender” (agricultora, 52 anos).

A exemplo do que afirma Deere & Leon (2000), as mulheres no geral continuam a não ter acesso e controle sobre os recursos produtivos (terra, crédito) e à educação. Neste sentido, elas são prejudicadas em sua capacidade de participar no desenvolvimento e contribuir para níveis de renda mais elevados para as suas famílias. Quando são realizados cursos de formação, são os homens os procurados para fazê-los, mesmo que não sejam eles que trabalham na atividade.

“Acontece porque a maioria dos técnicos são homens, e eles fazem o convite para os homens, mesmo que seja para aprender fazer queijo, que é uma atividade delas” (técnico de ONG).

Somente duas entrevistadas declaram que são os homens - filhos e maridos - que participam dos cursos de formação em agroecologia e depois repassam as informações. Essas mulheres afirmam que não gostam de participar, e o fazem somente em cursos ligados à alimentação. Outra agricultora gosta de participar, mas alega que, em função do excesso de trabalho, demanda a participação para os filhos:

“...eles estudaram mais e entendem melhor e também porque não sei ler, tenho muita dificuldade” (agricultora, 56 anos).

Em dois casos o casal procura participar em conjunto dos espaços de formação, mas alega que às vezes tem dificuldade por causa dos horários dos cursos, em função da escola dos filhos e da distância. As mulheres participam, especialmente quando há relação com a produção para a feira. O problema é que pela sobrecarga de trabalho (feira, casa, etc.), muitas vezes, quem participa das reuniões de formação e decisórias são os homens, assim, elas deixam de ocupar um espaço importante. Quando elas não participam dos cursos técnicos, costuma-se atribuir a causa à falta de interesse. Observa-se entretanto que são diversas as razões, dentre elas o fato das atividades serem realizadas em horários inadequados, que não condizem com a disponibilidade de tempo das mulheres, ou seja, há problemas com a formatação dos cursos:

“De manhã fica difícil, tenho que fazer o almoço, arrumar as crianças que vão pra escola. Às vezes pedem pra ficar 2, 3 dias..., complica tudo. Termina não indo ou alguém vai no meu lugar” (agricultora, 38 anos).

O excesso de tarefas na unidade de produção familiar constitui-se noutro elemento que dificulta a participação (PAULILO, 2003-b). As mulheres sentem dificuldades em participar de atividades externas à propriedade principalmente pela falta de colaboração por parte dos homens na divisão de tarefas ligadas à reprodução familiar, particularmente os serviços domésticos. Essa realidade impõe a necessidade de se avaliar o processo de democratização interna, tanto no nível da família quanto no das organizações ligadas a agricultura familiar (PACHECO, 2003).

Outra questão que aparece com frequência é que os cursos realizados na área mais ligada à produção, ou mais “técnicos”, não são considerados adequados para as mulheres, sendo direcionados aos homens (esposos e filhos). Como elas não recebem as informações, perdem ou deixam de ocupar espaços. O mesmo acontece com recursos como créditos e financiamentos.

A falta de acesso a estes recursos faz com que as mulheres fiquem com as tarefas consideradas pela sociedade de menor prestígio e importância, sendo excluídas do trabalho que

requer tecnologia, porque segundo Bevacqua (2004), “a tecnologia é valorizada como parte do que é moderno e novo e dá status a quem a utiliza”. Assim, o trabalho do homem é geralmente definido como técnico e trabalho técnico é visto como trabalho de homem.

No geral, as mulheres que não estão ligadas ao trabalho das feiras agroecológicas recebem formação em áreas majoritariamente relacionadas com o processamento e beneficiamento de itens ligados à alimentação da família, como compotas e queijos, ou com o artesanato. Em suma, são trabalhos relacionados à extensão do trabalho doméstico. Isso acontece também com projetos de desenvolvimento, que levam em conta o chefe da família. Quando eles se estendem aos demais membros da família, limitam-se a programas dirigidos à saúde, à reprodução, à higiene e à educação, reforçando os papéis atribuídos às mulheres.

Para que as mulheres tenham acesso adequado à formação, as formas de divisão do trabalho dentro da agricultura familiar devem ser melhor elaboradas. Esta, além de sobrecarregar as mulheres atribui as mesmas a responsabilidade do trabalho menos valorizado. Sendo assim, a mulher duplamente prejudicada. Ela trabalha mais, lhe sobrando pouco espaço para lazer e para participar dos cursos de formação. Mesmo com todo o trabalho que realiza a mulher, quem aparece publicamente como responsável é o homem. Com as feiras agroecológicas percebe-se alguns sinais de mudança em relação a divisão do trabalho.

1.5 A (re) divisão do trabalho e o processo decisório, depois das feiras

A divisão do trabalho na maioria das famílias agricultoras é feita sob orientação do chefe da família - o pai -, que é o administrador da propriedade e comanda a família (DE GRANDI, 1999). Filhos, filhas e esposa dificilmente ousam contestar as ordens e as posições hierárquicas estabelecidas através da divisão sexual do trabalho. No meio rural entende-se que o pai reúne todas as condições de administrar todo o processo de trabalho e tomar as decisões, ou seja, é

considerado o “dono do saber” e em conseqüência do poder (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997). Por outro lado, o trabalho ligado ao espaço reprodutivo é considerado infinitamente elástico (LECHAT, 1996), uma vez que a mulher transita nos dois espaços – o reprodutivo e o produtivo –, demonstrando que há uma flexibilização das atividades produtivas, o que não acontece com as reprodutivas realizadas por ela.

No relatório do I ENA encontramos a seguinte afirmação:

“A perspectiva de gênero requer a superação da divisão de trabalho entre os sexos, a partir da diferenciação entre produção e reprodução. Ambos colocam a necessidade de um novo referencial socioeconômico de análise. A agroecologia, ao considerar todos os componentes do sistema de produção, contribui para dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas mulheres, que é fundamental para a sustentabilidade do sistema e para a reprodução familiar” (Grupo Temático Gênero - I ENA).

As relações de trabalho nas famílias das mulheres ligadas ao presente estudo foram, de certa forma, modificadas pelas feiras agroecológicas. Muitos homens que anteriormente só trabalhavam na lavoura começam a se interessar nas “miudezas”, começaram a participar junto com as mulheres de cursos e eventos relacionados à agroecologia.

“Eles não gostam de fazer o trabalho doméstico, aliás, nem elas gostam, mas a partir da discussão sobre solidariedade, sobre trabalho conjunto eles terminam assimilando a necessidade de ajudar as mulheres, mas ainda são poucos os casos onde acontece” (técnico de ONG).

Quando as mulheres fazem uma re-divisão do trabalho junto aos filhos, os maridos começam aos poucos também a colaborar. Segundo os depoimentos, isso aconteceria porque eles percebem que o trabalho da mulher está trazendo renda à família. Ainda não se conseguiu identificar em que medida essas questões significam mudanças mais profundas nas relações de gênero, mas as questões relacionadas a divisão do trabalho - principalmente aquelas ligadas ao

espaço reprodutivo - dizem respeito a processos muitas vezes dolorosos devido ao enérgico controle social existente:

“Os meninos fazem o serviço, mas ficam espiando se não vai aparecer alguém que os pegue lavando louça, têm vergonha” (agricultora 47 anos).

Durante o processo da pesquisa pode-se observar que os meninos não querem ajudar as mães nas tarefas domésticas, porque se sentem humilhados pelos outros que riem de suas atividades como varrer, lavar louça etc. Nas famílias de agricultores que possuem só meninos é normal a mãe pedir ajuda a eles, o que fazem a contragosto. Segundo as mulheres, eles se sentem mais aliviados quando são requisitados para o trabalho na lavoura, que como já se sabe é mais valorizado e dá mais visibilidade.

A mulher não deve ocupar o espaço da produção, já que para ela é reservado o espaço íntimo da casa. Ocupa assim o espaço considerado inferior, escondido, invisível ou vergonhoso (WOORTMANN, 1992). Neste sentido, o trabalho doméstico é classificado neste âmbito, tanto que, meninos - como os homens - tem resistência em fazê-lo, se sentem humilhados, quando identificados com o feminino.

Percebeu-se nas falas das mulheres que a comunidade controla, e de certa forma, condena os homens que fazem o serviço doméstico. Os homens que tentam aumentar a sua participação nas atividades ligadas ao reprodutivo são ridicularizados por outros homens e, muitas vezes, por mulheres e pela comunidade em geral. Trata-se de um problema sério, porque a divisão do trabalho e o excesso de atividades delegadas para as mulheres agricultoras na maioria das unidades de produção familiares, pode ser considerado um sistema de dominação e também de exploração, pois a maioria das mulheres agricultoras trabalha muito além da jornada

humanamente aceitável e em condições não adequadas, como afirma Presvelou (1996), baseada em dados da FAO já referenciada anteriormente.

Fica evidente que, por se tratar de uma situação culturalmente estabelecida, ela é pouco discutida e envolta em uma série de tabus. A problemática, segundo as agricultoras, é encarada como um “assunto delicado”, em que poucas pessoas ousam questionar. Os profissionais e ONGs que trabalham com esse público sentem muita dificuldade, estando ainda elaborando uma metodologia para abordagem das relações de gênero na agricultura.

“Percebemos que incentivar a participação das mulheres tem significado sobrecarga de trabalho não só para elas, mas também para os homens, os filhos e filhas” (Gt gênero - Rede Ecovida, 2004).

Nas famílias das agricultoras pesquisadas, alguns homens se ocupam com as tarefas domésticas quando as mulheres estão comercializando nas feiras. Nestes momentos ajudam as filhas e os filhos, mas no retorno da mulher à casa tudo volta ao normal. Alguns homens estão começando a ajudar as mulheres na produção, porque estão percebendo que a renda dali proveniente é equivalente e às vezes maior que aquela resultante das culturas da lavoura. Como exemplo, podemos citar o maior rendimento obtido pela venda da batata doce em relação ao milho, se considerado o mesmo tamanho da área de produção.

“Qualquer cantinho de batata doce rende mais que o milho, mas nem sempre é fácil eles aceitarem isso” (técnico de ONG).

O preconceito dos homens relatado pelas mulheres em relação aos trabalhos com as chamadas “miudezas” é também interessante analisar. A própria denominação miudeza já deixa transparecer uma desvalorização das atividades envolvidas. Tanto que as tarefas relacionadas a ela são destinadas as mulheres, filhas e filhos menores.

A carga de trabalho com as feiras é, segundo as entrevistadas, maior em um primeiro momento, mas algumas mulheres mudam suas prioridades a partir do momento em que, com a feira, obtêm uma renda significativa. Neste momento em muitos casos, o trabalho ligado às feiras começa a prevalecer sobre aquele ligado às lavouras:

“... digo pra ele: hoje não posso capinar o milho porque tenho que fazer a limpeza da horta” (agricultora, 46 anos).

Nesta perspectiva começa a se ensaiar uma reestruturação da divisão do trabalho, com a inversão de algumas prioridades. Nestes casos a retaguarda financeira - proveniente das feiras - está possibilitando um maior poder nos espaços decisórios. As mulheres, que não conseguem tensionar ou influenciar nas decisões de forma objetiva, o fazem infringindo regras, resistindo:

“Simplesmente as vezes não vou pra lavoura. Tenho meu trabalho agora. Sabe o que aconteceu? O ano passado fiz isso e esse ano ele já diminuiu as plantas” (agricultora, 43 anos).

Desta forma ,ela não deixa de trabalhar e com o tempo o homem percebe que este trabalho gera uma outra renda, às vezes maior a que obtida da lavoura. Esta resistência dolorida e desgastante provoca mudanças e alguns homens começam a se dedicar à atividade. Neste processo, como afirma-se anteriormente, a questão econômica é fundamental:

“Ele se convence porque a renda aumentou e não pelo fato de ter gerado espaço para a mulher” (técnico de ONG).

Ressurge então a questão: o aumento da renda e o potencial das feiras agroecológicas não poderiam fazer com que os homens quisessem ocupar este espaço?

“Penso que eles não vão escanteá-las de forma alguma, os motivos delas saírem são outros, elas se empoderaram tanto que não admitem mais ficar para trás” (técnico de ONG).

De qualquer forma fica evidente que nas várias situações já estudadas envolvendo mulheres, seja na produção leiteira (DE GRANDI, 1999) ou mesmo com as feiras agroecológicas, as mulheres ainda continuam com a maioria das tarefas ligadas à reprodução e à produção. As mulheres ligadas à feira tomam algumas atitudes de transgressão dessas normas. Nesse sentido, elas estão mais amparadas ou reforçadas pelo ganho econômico resultantes das feiras.

Além da invisibilidade da mulher em relação ao trabalho na agricultura familiar, se apresenta com não menos importância a questão geracional, que não é objeto desse estudo, mas que sobressai aos olhos da pesquisadora. A falta de espaços aos jovens para que possam exercer seus projetos pessoais leva, muitas vezes, à saída dos mesmos da agricultura. Dificilmente elas/es conseguem questionar ordens e contribuir com o planejamento das atividades, e com raras exceções, conseguem provar que também têm saber, fragmentando a autoridade paterna (HAYGERT, 2000).

Em relação às mulheres jovens, não se pode reduzir o fato da sua não permanência na agricultura ao desinteresse delas pela atividade como afirma Silvestro et all. (2001). Várias outras razões se apresentam, sendo uma delas a desvalorização de seu trabalho e, como consequência em muitos casos, o não recebimento da herança. É muito precária a autonomia das jovens e dos jovens no interior da família, poucos têm iniciativas próprias, recursos ou conta bancária. Segundo Silvestro et all. (2001), no caso das moças, à tal falta de autonomia pode se acrescentar a completa falta de horizonte em assumir responsabilidades na gestão do estabelecimento. Paulilo (2003-2) enfatiza a necessidade da criação de um estatuto em que esposa e filhos maiores de 18 anos obtivessem direitos a participar das decisões e da renda.

De maneira geral, mesmo entre as mulheres pesquisadas, ainda é muito restrita a participação - de jovens e de adultas - nos processos decisórios relacionados à continuidade dos empreendimentos realizados nas unidades familiares e nas associações.

“Ele que decide, mas sempre pede nossa opinião” (agricultora, 40 anos).

Duas mulheres entrevistadas falam que são os maridos e os filhos maiores que tomam as decisões:

“Aqui, meu marido e os dois mais velhos que decidem o que fazer....sobre a feira também, mas sempre me consultam” (agricultora, 47 anos).

Uma agricultora diz que decide tudo, as outras afirmam que tomam decisões conjuntas, mas que, quando se trata da lavoura, o peso maior ainda é dos homens, elas decidem o que está relacionado a feira e ao doméstico. Uma agricultora conta que as decisões em relação a todas as atividades sempre foram tomadas por ela, porque o marido não se interessa e tem vergonha de freqüentar os locais públicos, mesmo assim, a conta no banco continua somente no nome dele.

“Insisto com ele para ir, até gostaria que participasse mas com ele não tem jeito” (agricultora, 52 anos).

Percebemos algumas dessas situações no meio rural. Nas famílias onde os homens não se interessam ou estão com alguma restrição na saúde que os impeça de estar “à frente” e os filhos homens ainda são pequenos, as mulheres ocupam os espaços decisórios. Neste caso, há um consenso na comunidade que deva ser assim. É “permitido” à mulher que assuma a administração da propriedade e o mando da família.

1.6 Mulheres mal faladas/controlado social

Durante o trabalho de campo percebemos que mais mulheres produziam para a feira, mas entregavam os produtos para outras agricultoras comercializarem. Perguntamos sobre o motivo delas não irem:

“Elas não querem se envolver, dizem que dá muito problema”
(agricultora, 46 anos).

Estavam se referindo ao preconceito que existe na comunidade contra as mulheres que saem de suas casas e vão a público, principalmente, quando o fazem sozinhas. Relatam a sua experiência:

“Quando eu saí as primeiras vezes era aquele falatório, falavam de tudo... diziam que eu ia pra qualquer lugar menos pra feira, que meu marido se cuidasse” (agricultora, 45 anos).

A exemplo do que afirma Woortmann (1992) em relação aos camponeses do nordeste, também nas comunidades do interior do Sul do Brasil e na região sudoeste do Paraná existe um controle social intenso sobre as mulheres, que se inicia pela família e se estende à comunidade. No meio rural, esse controle é mais rígido que no meio urbano. A vizinhança e a comunidade, apoiadas pelas instituições, regulam moralmente, principalmente, as mulheres, sendo bastante tolerantes com o que consideram “deslizes” dos homens. Mulheres, quando se desviam do padrão de comportamento estabelecido, ficam mal faladas. Vem daí a grande resistência delas em participar de atividades que exigem que venham a público, que tomem decisões, que se ausentem de casa, que se relacionem com outras pessoas e, principalmente, que tenham contato com outros homens.

Algumas das atividades e/ou atitudes dos homens observadas e relatadas pelas mulheres, também podem estar relacionados ao “controle” que as organizações sociais nas quais eles estão

inseridos exercem sobre eles. Profissionais que trabalham com as ONGs, exercem esse papel de “vigilantes” da mudança das relações de gênero entre agricultores e agricultoras. Então, a nosso ver, mesmo a contragosto, muitos homens iniciam a sua mudança “interior” e cedem espaço às mulheres, mesmo correndo o risco de serem criticados pela comunidade, pela vizinhança.

“Ele (o técnico da ONG) insistia muito para a gente ir pra feira e também dirigir. Mas onão dava muita força, até que, de vergonha, terminou cedendo. Mas sempre dizia, quero ver o que vai dar, vai acabar com o carro” (agricultora, 46 anos).

Mesmo conquistando alguns espaços, as mulheres ainda estão submetidas à autoridade masculina do marido, do pai, do filho ou irmão mais velho, tanto que, quando eles demandam o trabalho das mulheres, elas devem deixar o que estavam fazendo para se dedicar ao que é determinado pelo homem. A autoridade masculina não se limita, em geral, ao espaço privado ou da produção, os homens dominam o espaço público, e essa autoridade também permeia as decisões sobre as relações sociais a serem estabelecidas pelos membros da família. Esta postura interfere nas escolhas profissionais das mulheres jovens (BRUMER, 2000), na escolha das amizades e namoros, e faz com que na maioria das vezes elas se afastem do meio rural, indo procurar novas oportunidades no meio urbano.

Segundo Foucault (1979), as mulheres exercem micropoderes⁵² nas práticas sociais, individuais e nas formas de resistência no cotidiano. Neste sentido, ocorrem algumas rupturas com as estruturas estabelecidas e em casos extremos elas chegam mesmo a abandonar a agricultura pelo urbano. Outro poder bem subjetivo das mulheres diz respeito à capacidade de articulação das atividades relacionadas a reprodução e, de certa forma, à produção. De forma quase silenciosa, elas articulam estes espaços e a administração dos conflitos familiares.

⁵² A discussão sobre micropoderes pode ser aprofundada na obra de Foucault (1979) intitulada *Microfísica do poder*.

1.7 O que mudou

As mulheres relatam que nos últimos anos, após o início das feiras, houve um certo redirecionamento das prioridades nas atividades ligadas à produção para que elas pudessem se adequar as tarefas ligadas à feira, mas isso não ocorreu sem uma resistência cotidiana da parte delas:

“Como ele percebeu que comecei a me dedicar mais a outros trabalhos e dificilmente as coisas voltariam a ser como antes, ele foi mudando o que e quanto plantar(...).Parei de trabalhar tanto na lavoura, agora tenho minhas coisas pra fazer, num ano o inço tomou conta de parte da lavoura e no outro ano ele foi forçado a diminuir a área, mas não reclamou muito” (agricultora, 43 anos).

Estas afirmações são confirmadas pelo depoimento do técnico da ONG que relatou observar mudanças em relação às prioridades antes estabelecidas:

“Ao perceber que elas continuam trabalhando - mas agora na outra atividade - e que está rendendo significativamente, os homens foram aceitando o fato das mulheres não estarem mais o tempo todo disponível para eles” (técnico de ONG).

Percebe-se neste caso a importância da obtenção de renda, o que permitiu às mulheres um certo empoderamento, em que os recursos da feira estão contribuindo com as mudanças:

“Antes eu tinha que pedir dinheiro pra ele pra tudo e ele ainda reclamava dos gastos...nem esmalte eu não comprava” (agricultora de 38 anos).

Neste sentido, concorda-se com Paulilo (2003-2), quando diz que o direito de tomar decisões sobre a própria vida depende de uma certa retaguarda financeira. A questão econômica é importantíssima para a conquista da cidadania, como nos afirma essa senhora que hoje é viúva aposentada:

“Eu não podia pintar minhas unhas. Nunca comprava as coisas para mim. Hoje, além do dinheirinho da feira tenho também o aposento. Minha vida mudou muito. Parece que comecei viver agora. Antes só trabalhava. Baixava a cabeça e trabalhava. Não podia falar nada. Mau saía de casa pra ir na missa. Hoje faço muitas coisas. Até curso já fiz. Pensava que não ia aprender nada. Os técnicos falavam vai, “faz, vai ser bom”. Pensava que era burra, mas não sou não” (agricultora, 59 anos).

Em relação à qualidade de vida, as agricultoras afirmam que melhorou muito a partir de quando começaram produzir ecologicamente:

“Já não ficamos doentes com tanta frequência, e se ficar, tratamos com as plantas. É engraçado como uma coisa puxa a outra. Com a formação em agroecologia comecei a valorizar o que aprendi com os mais velhos em relação à natureza” (agricultora, 37 anos).

Duas mulheres afirmam ter mudado pouco sua vida, falam mesmo com certo rancor que com a produção e a feira até aumentou o trabalho e que o dinheiro resultante da feira continua indo para a família. No entanto, a maioria menciona mudanças significativas na alimentação que, após o processo das feiras, teria melhorado nos aspectos da qualidade e diversidade.

“Agora tem de tudo para comer, até os filhos que moram na cidade vêm buscar” (agricultora, 52 anos).

Com a participação também teria aumentado a responsabilidade dos filhos e oportunizado uma ocupação a eles. Os jovens e as jovens são estimulados a participar da produção e comercialização, porque as mulheres têm a preocupação de incluí-los nos projetos para que fiquem trabalhando na agricultura:

“As meninas e os meninos plantam algumas coisas e também levam ovos para vender no colégio, acho muito bom assim eles vão pegando gosto pela coisa e já ganham um dinheirinho” (agricultora, 45 anos).

Enfatizam a importância da agroecologia como processo educativo para a consciência mais ecológica:

“Meus filhos aprenderam muito com a agroecologia, criaram mais responsabilidade e agora tem com que se ocupar” (agricultora, 40 anos) .

Diferentemente das mulheres, homens são considerados seres que detêm a capacidade de adquirir o saber e que têm mais habilidade com negociações e com tudo o que é externo à propriedade. Mulheres, quando tentam negociar, são consideradas inconvenientes, metidas, além disso, coloca-se em questão sua capacidade para tal. Para Bourdieu apud De Grandi (1999), “a mulher, enquanto porção dominada, aceita a estereotipização daquilo que é o seu corpo, da sua personalidade, assumindo como seu o pensamento dominante. Esta é a lógica do preconceito desfavorável”.

A construção social da inferioridade da mulher, e de sua falta de capacidade para certas atividades, fica bem clara quando mulheres querem dirigir carros. Esta delegação de incapacidade nem sempre é aceita por elas e resulta em exemplos que são seguidos por outras mulheres, como nos conta uma agricultora:

“Quando vi que a ...conseguiu tirar a carteira, me animei, antes não pensava que poderia, é bom demais sair e fazer as coisas. Ela teve muita coragem. No início, as duas pegava o carro e saía. Ela nem sabia ainda dirigir direito, mas era muito divertido” [risos...](agricultora, 37 anos).

Quando conseguem obter carteiras de habilitação, são ainda questionadas sobre como as conseguiram:

“Ele ficou me perguntando como fiz para comprar a carta” (agricultora, 45 anos).

Com os espaços proporcionados pela feira agroecológica, percebe-se uma série de mudanças em tais espaços. As mulheres são estimuladas a participar, passando a estar presente a preocupação com horários adequados para elas. Os problemas ainda existem porque ainda são raros os casos em que os homens assumem o cuidado com os filhos e outras tarefas ligadas ao doméstico.

“Hoje participo, dou minha opinião e também comecei sair mais de casa, encontro gente, converso, me sinto bem. Antes tinha vergonha de ir até a comunidade, só pensava em meus problemas” (agricultora, 45 anos).

1.8 Sobre a possibilidade de se afastar da feira

Outra questão que ficou clara na fala das mulheres é sua determinação em permanecer nas feiras e, de forma alguma, voltar ao seu lugar comum e sua invisibilidade.

“A feira para mim virou um vício. Não fico sem ir. Faço de tudo, mas vou. Me desdobre. É bom. Chegando lá recebo elogios” (agricultora, 52 anos).

Em relação a isso, podemos perceber em suas falas que dificilmente abrirão mão de seu espaço conquistado. O que poderia fazê-las desistir, seria o fato de não suportarem a carga de trabalho, doenças na família e o cuidado com filhos pequenos.

Houve algumas desistências, mas, segundo os mediadores, o motivo maior foi a renda, que não estava de acordo com as expectativas da família. Muitas entram na feira esperando um imediato retorno financeiro e quando percebem que a construção da feira é de fato um processo participativo e que mobiliza a todos, inclusive para lutar por espaços junto aos órgãos públicos, retraem-se frente às dificuldades encontradas.

“Não é fácil para chegar lá, primeiro o transporte e depois montar as bancas. Isso tudo exige muito esforço e é desgastante” (técnico de ONG).

Há muitos fatores adversos, fazendo com que as feiras funcionem com precária infraestrutura, demandando bastante esforço dos participantes. Este também pode ser apresentado como outro motivo para desistência. Problemas como o difícil acesso às propriedades, principalmente em dias chuvosos, e a falta de veículo para o transporte dos produtos são comuns à quase todas as feiras agroecológicas. Como afirma o técnico:

“Algumas desistências das mulheres não podem ser atribuídas somente à sobrecarga de trabalho, mas também às limitações da infra-estrutura e às expectativas geradas quanto à renda. Outra coisa: as mulheres são dependentes dos homens para o transporte. Aí, se a família lhe deixa de dar retaguarda – carregar peso, transporte - dificilmente poderá continuar” (Técnico de ONG).

A maioria das mulheres permanece porque ali também encontram um espaço para se socializar:

“Elas estão muito inseridas, praticamente tomaram conta e dificilmente abrirão mão deste espaço. É o processo acontecendo no concreto, protagonizado por elas, que as está empoderando. É mais fácil os homens começarem lavar a louça, do que elas largarem a feira” (técnico de ONG).

Percebe-se, portanto, que apesar da sobrecarga de trabalho advinda das feiras agroecológicas, estas trouxeram também possibilidades de inserção concreta das mulheres no espaço público, melhora na sua auto-estima, mais conhecimento e melhor participação nos espaços decisórios. A princípio, isso indica uma permanência das mulheres na ocupação desses espaços e uma mudança nas relações de gênero estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Os espaços que discutem e constroem a agroecologia, e os modelos produtivos daí decorrentes, estão propiciando condições para que aconteça uma igualdade de direitos e de acesso a recursos entre homens e mulheres, com uma conseqüente mudança em direção à igualdade de gênero.

Ainda não é possível apresentar respostas definitivas, mas já se pode apontar mudanças que a agroecologia e o debate sobre as questões de gênero estão provocando. Ressalta-se neste contexto a grande importância das ONGs como mediadoras destas mudanças, tanto nos modelos produtivos quanto nas relações de gênero. Há sinais claros, ainda que tímidos, da construção de uma proposta de agricultura sustentável que agrega à contestação do modelo convencional o questionamento das formas de subordinação das mulheres agricultoras.

O trabalho da ASSESOAR, ao organizar espaços alternativos de produção e comercialização, tem sido preponderante na promoção do protagonismo feminino agricultoras no sudoeste do Paraná, gerando espaços de afirmação importantes para as mulheres. Em sua trajetória histórica - por seus trabalhos estarem baseados em princípios que visam a inclusão social, tendo a preocupação com as relações de gênero -, esta organização tem permitido o avanço da agroecologia, no sentido de dominar os processos agrícolas em sua integralidade, incluindo produção, beneficiamento e canais alternativos de comercialização na direção de agricultura sustentável, buscando equidade nas relações sociais intrafamiliares.

Durante a presente pesquisa tornou-se evidente o papel dos mediadores sociais, respaldados pelas ONGs em que atuam, tanto no que diz respeito as questões produtivas, quanto

no processo de incorporação das mulheres à agroecologia. No trabalho da equipe da ASSESOAR as mulheres são constantemente solicitadas e estimuladas a participarem das atividades e espaços públicos, particularmente no que se refere às feiras. Percebe-se, pelas falas das mulheres e através da vivência profissional, que a presença dos profissionais mediadores exerce sobre as famílias – particularmente sobre os homens – uma vigilância, o que, a princípio, os pressiona no sentido de modificarem seus comportamentos. Tais ações têm provocado mudanças nas relações de gênero, nos processos decisórios, na auto-estima das mulheres e, de forma geral, têm levado à ampliação do espaço para as mesmas.

Na agricultura familiar, são as mulheres que articulam as diversas atividades para que funcionem de forma integrada e assegurem a reprodução da força de trabalho. No momento em que os princípios que orientam a agroecologia propõem o resgate da biodiversidade presente nos policultivos dos agroecossistemas, privilegiando a diversificação das atividades que estão ligadas ao trabalho cotidiano das mulheres, propicia que elas tenham acesso a uma fonte alternativa e sustentável de renda. Essa fonte de renda pode ser materializada de várias formas, entre as quais, através de feiras.

As feiras agroecológicas do sudoeste paranaense surgiram a partir da venda dos excedentes das “miudezas”. Ou seja, os policultivos mostraram-se capazes de garantir uma atividade produtiva às mulheres, possibilitando uma renda significativa. Isto toma relevância na medida em que a valorização do trabalho das mulheres depende, antes de tudo, de sua contribuição no aumento da renda familiar e de seu acesso ao conhecimento, porque, como ficou demonstrado nesta e em outras pesquisas, o direito de tomar decisões, inclusive sobre a própria vida, depende de certa retaguarda financeira.

As mulheres protagonizam a entrada da agroecologia na propriedade contribuindo em sua construção ao mesmo tempo que conservam a biodiversidade - nas ações de resgate do saber local - e orientam o estabelecimento no sentido de buscar canais alternativos de comercialização e de um mercado mais solidário - como no caso das feiras - , estabelecendo novas relações societárias e com a natureza.

Percebe-se, neste contexto, a grande importância das feiras agroecológicas para as mulheres que delas participam, como espaços afirmativos de sua visibilidade, apesar de aumentarem a sobrecarga de trabalho. Nas famílias das mulheres entrevistadas, através da participação nas feiras agroecológicas, vem acontecendo uma fragmentação do poder, antes concentradamente masculino, provocando uma redefinição, embora ainda tímida, dos papéis e espaços na unidade familiar. Nestas famílias, muitas decisões antes tomadas pelo “chefe” agora acontecem no coletivo da família.

As feiras agroecológicas têm beneficiado, como um todo, as famílias das mulheres entrevistadas. Além da renda aumentada, da qual a maior parte é destinada a gastos com a família, houve uma melhoria na qualidade de vida através da alimentação mais diversificada disponibilizada com o planejamento da produção. Assim, o que era antes considerado “coisa de mulher” e secundário, agora, ganha relevância e status de essencial para a reprodução das condições de vida das famílias agricultoras.

Contudo, é indispensável reenfatar que o excesso de tarefas provocado pela intensificação da produção e beneficiamento ligados às feiras, pode se tornar conflituoso na unidade de produção familiar, vindo a se constituir num elemento que dificulta a participação das mulheres em atividades externas. A redistribuição das tarefas implicaria numa mudança mais profunda de postura em relação ao que a sociedade preconiza que sejam tarefas masculinas ou

femininas, uma vez que as comunidades na qual as famílias agricultoras estão inseridas percebem depreciativamente os homens que assumem tarefas atribuídas às mulheres.

Em decorrência, constata-se que na maioria das famílias as mulheres têm assumido mais trabalho, inclusive aquele relacionado a produção. No entanto, o caminho inverso, em que os homens assumem tarefas ligadas à reprodução relativas às tarefas domésticas, não tem acontecido na mesma intensidade. Os homens, a rigor, se sentem pressionados a constantemente afirmam seu papel masculino. Do contrário, caem no desmerecimento e são identificados de forma pejorativa, como próximos ao feminino, ou seja, como “homens bonzinhos”, sem muita determinação para a tomada de decisão.

A pesquisa indicou, a partir das constatações acima mencionadas, que o processo de mudança nas relações de gênero nas famílias agricultoras pode ser demorado e “doloroso” para ambos - homens e mulheres. Na verdade, os homens são vigiados e pressionados em dois sentidos: pelas ONGs que esperam deles mudanças comportamentais nas relações de gênero e, em sentido contrário, pela comunidade na qual as famílias agricultoras estão inseridas, para que cumpram os papéis a eles atribuídos historicamente.

As evidências empíricas confirmam, portanto, as hipóteses da pesquisa. Tudo indica que a agroecologia, através do trabalho das ONGs e de sua equipe, pode possibilitar mudanças concretas nas relações de gênero presentes na agricultura familiar, por possibilitar espaços de socialização e formação para as mulheres. Nesses espaços, além da formação técnica, são questionadas as relações de dominação e desigualdade existentes na sociedade e são propostas novas relações entre humanos e destes com a natureza. Nas experiências em que mulheres e homens participam de todo o processo produtivo conjuntamente, tem sido observada rápida

transformação na forma como o sistema agrícola é reconstruído ecologicamente, assumindo um perfil agroecológico.

No âmbito da formação ou capacitação profissional, observam-se mudanças na participação de mulheres em cursos ligados à produção. Espaços de debate, interação, sociabilidade e formação como as Escolas Comunitárias de Agricultores e o Projeto Vida na Roça - ambos ligados a ASSESOAR -, propiciam a participação de homens e mulheres - jovens e adultos. Com a formação e conseqüente acesso ao conhecimento de forma mais abrangente, amplia-se a visão de mundo e, conseqüentemente, a visão crítica sobre as condições de subordinação em que as mulheres vivem, evidenciando a necessidade de mudá-las. Ou seja, ampliam-se as possibilidades e as oportunidades de se estabelecerem espaços de reconstrução das relações com a natureza, entre gêneros e gerações, e a implantação de outro projeto de sociedade.

As mudanças não ocorrem somente pelas mulheres estarem participando da discussão e construção da agroecologia, mas devido a todo o processo que envolve a construção das feiras. Muitas delas, antes de participarem das feiras, pouco saíam de casa, praticamente não mantinham contato com o mundo externo, com exceção das idas à comunidade e à igreja. Participar de outros espaços públicos, além dos estritamente comunitários, e estabelecer novas relações societárias, têm ajudado a questionar valores estabelecidos e a aumentar sua auto-estima. Através das feiras agroecológicas as mulheres tiveram acesso a estes espaços e reconhecimento social. O fato de obterem renda própria, por sua vez, trouxe mais autonomia e mudanças significativas nas relações de gênero das famílias agricultoras.

Em resumo, as mudanças observadas podem ser atribuídas tanto à oportunidade que as mulheres tiveram com a agroecologia, quanto à sua participação nos espaços criados pelas organizações sociais. Em especial, as feiras agroecológicas têm sido estratégicas na conquista de

significativos avanços em relação ao resgate da auto-estima pelas mulheres. O espaço das feiras têm permitido a elas, além do acesso a recursos econômicos, acesso a conhecimento e o estabelecimento de novas relações sociais.

Alguns desafios se colocam, no entanto, na medida em que na agricultura familiar o trabalho desvalorizado econômica e socialmente é ainda destinado predominantemente às mulheres. Esta realidade impõe a necessidade de se avaliar o processo de democratização interna tanto nas famílias, quanto no nível das organizações sociais formadas por agricultores familiares.

Em termos dos universos familiares, a busca de espaços e reconhecimento pelas mulheres deve envolver ações direcionadas para o avanço na conscientização dos homens, no sentido de modificar as relações de gênero, e não na inversão do pólo de relação entre homens e mulheres. O que se busca é a construção de um projeto de sociedade formado por homens e mulheres em permanente processo de emancipação e humanização, de maior equidade na participação integral das mulheres em todas as instâncias das atividades, envolvendo as unidades familiares de produção, inclusive as deliberativas e financeiras, envolvendo o acesso a recursos e benefícios.

No âmbito institucional, isto é, na instância das organizações, torna-se indispensável a incorporação, de maneira integral, do tema da igualdade de gênero nas suas agendas, não devendo tal tema ser exclusividade do movimento específico das mulheres. Observa-se que estas questões, em sua grande maioria, estão citadas em programas e projetos de desenvolvimento, mais no sentido de serem politicamente corretas, do que propriamente visando o encaminhamento de ações para mudanças.

Ao mesmo tempo, para a reprodução da agricultura familiar com base agroecológica, deve haver uma maior democratização do acesso a recursos produtivos, como terra e crédito. As mulheres, no geral, continuam a não ter acesso e ou controle sobre esses recursos ou sobre a

educação. Neste sentido, elas são prejudicadas em sua capacidade de participar no desenvolvimento e contribuir na obtenção de níveis de renda mais elevados para as suas famílias. Os processos de produção, de comercialização de produtos agroecológicos e de tomada de crédito dentro da agricultura familiar ainda continuam, em sua grande maioria, sob controle masculino, com exceção do caso das mulheres ligadas as feiras agroecológicas.

Portanto, parece imprescindível a reflexão dos atores sociais ligados ao rural sobre suas ações e sobre as políticas de desenvolvimento que propagam. Neste sentido, devem analisar como concebem as relações de gênero em seus programas e projetos, e refletir sobre a necessidade de mudança real, não só em termos propositivos, mas através de encaminhamentos e ações efetivas. Ou seja, os movimentos e as organizações sociais devem incluir em suas agendas as reivindicações por políticas públicas que reconheçam a importância da agroecologia para o desenvolvimento sustentável e o trabalho das agricultoras familiares, no mesmo sentido em que lutam pelo estabelecimento de um mercado justo e solidário.

Torna-se necessário, também, aprofundar estudos e sistematizá-los a respeito de experiências desenvolvidas pelas mulheres para, assim, visibilizá-las como agentes econômicos, como gestoras da produção e de importantes recursos naturais, na perspectiva da segurança alimentar e da preservação da biodiversidade. Cabe, ainda, às universidades rever a formação dos profissionais ligados ao rural, tanto no que diz respeito à agroecologia, quanto às relações sociais de gênero. Estes profissionais são formados para trabalhar com os agricultores, sendo as mulheres pensadas apenas como coadjuvantes no processo produtivo

Para finalizar, as pesquisas em agricultura familiar e agroecologia devem contribuir no sentido de provocar mudanças que englobem todos os setores da sociedade, pois é a sociedade que perpetua esta relação de subordinação do gênero feminino, não cabendo somente às mulheres

o questionamento das relações de gênero. Desta forma, os projetos de desenvolvimento, - sejam eles pensados, projetados e encaminhados por instituições governamentais ou não governamentais - poderão contribuir para uma co-evolução envolvendo os sistemas produtivos e os sistemas sociais.

7 Referências

AGARWAL, Bina. Negociación y relaciones de género: dentro y fuera de la unidad doméstica. In: **História Agrária**. n.17,1999.

ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/pgdr/>> acesso em 09/05/2005.

ALMEIDA, Mauro W. B. de. Redescobrimdo a família rural. In: **RBCS**. Campinas: UNICAMP, v.1, n.1, **mês**, 1986.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, Miguel. **Bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALVES, Adilson et al. Sudoeste paranaense: colonização, estrutura fundiária e modernização agrícola. In: SPOSITO, E. et al. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense, 1995.

ASSESOAR – **Desafios da agroecologia na sociedade**. Documento interno. Francisco Beltrão, 2002.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. Plano trienal 2005-2008. Documento interno. Francisco Beltrão, 2005.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. Relatório sobre as feiras. Documento interno. Francisco Beltrão, 2003.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Revista Cambota**. Francisco Beltrão: abr/set. 2004.

ASSESOAR/UNIJUI/DESER. **Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar**. Francisco Beltrão, 1992.

BECKER, Fernando. O que é construtivismo? **Série Idéias**. São Paulo: FDE, n.20. 1994.

BEVACQUA, Ana et al. **Gênero e tecnologia**. CEFET/PR, 2004. Disponível em <<http://www.ppgte.cefetpr.br>> acesso em 22/01/2005.

BITENCOURT, Gilson; SABBATO, Albert di. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Curitiba: DESER, Brasília: FAO/INCRA, 2000.

BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura familiar**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. XXII Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA) Miami. 2000.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clio et all. **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. UFSM, 1996.

CAPORAL Francisco Roberto.; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER/IICA, 2004.

CAPORAL Francisco Roberto.; COSTABEBER, José Antônio.. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: EMATER, v.3, n.2, abr/mai., 2002.

CARMO, Maristela Simões. A produção familiar como *lócus* ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Angela. & BRANDERBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba; UFPR, 1998.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: **A Produção do Viver**: Ensaio de Economia Feminista. São Paulo: SOF, 2003.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO/UNICEF, 1997.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre violência contra a mulher. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CRESOL/BASER. **Grupos e agentes comunitários de desenvolvimento e crédito**. Francisco Beltrão, 2003.

DE GRANDI, Alessandra. **Relações de gênero nas famílias associadas a mini-usinas de leite no estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1999.

DEERE, Carmem; LEON, Magdalena. **Mulher e direito à terra na América Latina**: avanços recentes. Rio de Janeiro: Avaliação preliminar da cédula da terra, 2000.

DESER/CEMTR. **Gênero e associativismo na agricultura familiar**: mulheres e homens construindo caminhos de igualdade. Curitiba: Marginal, 2000.

DICKIE, Maria Amélia et al. **Contextos religiosos e agroecologia**. Workshop sobre Agricultura Familiar. Florianópolis: UFSC, 2003.

FARIAS, Maria D. M. **Nem caladas nem silenciadas**: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais. Fortaleza: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

GARCIA, Verônica V. et all. El fantasma de la perspectiva de género: aportes teóricos y metodológicos para el análisis del manejo de los recursos naturales. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba:UFPR, n.2 jul/dez., 2000.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o silêncio**. Petrópolis; Vozes, 2000.

GEHLEN, Ivaldo. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, Angela.; BRANDERBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: UFPR, 1998.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GUANZIROLI, Carlos Henrique. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília: FAO/INCRA, 1996.

GUSSON, Mário. **A importância das feiras ecológicas para o resgate e preservação da biodiversidade na agricultura familiar do RS**. Florianópolis: CCA/UFSC, 2002 (Monografia Curso de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável).

HAYGERT, Maria L. **De pai para filho**: tecendo um novo território familiar. Florianópolis: UFSC, 2000 (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social).

HOLLOWKA, Herivelto et al. **Plano de desenvolvimento sustentável do sudoeste do Paraná**. Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná, 1999.

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1985/95**. disponível em www.ibge.gov.br acesso em 10 jan 2005.

KARREMANS, Jan et al. La mujer en el desarrollo sostenible: conclusiones y recomendaciones. In: **Liderazgo y Género en el Desarrollo Rural Sostenible**. Nicaragua: IICA, 1996.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **Produção de alimentos para consumo doméstico no Paraná**: caracterização e culturas alternativas. Londrina: IAPAR, 1994.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio; GEHLEN, Ivaldo. **Relatório de avaliação da ASSESOAR** – Francisco Beltrão: ASSESOAR, 1996.

KIYOTA, Norma. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização**: um estudo de caso no município de Capanema/PR. Lavras: UFLA, 1999.

LECHAT, Noëlle M. P. Relações de gênero em assentamentos do MST (RS): a participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas. In: PRESVELOU, Clío et all. **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. UFSM, 1996.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

MMC/BRASIL. **Compreender mais e melhor: gênero, classe e projeto popular**, 2004.

MOURA, Margarida M. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MURARO, Rose. **Textos da fogueira**. Brasília: Letraviva, 2000.

NOBRE, Miriam. Introdução à economia feminista. In: FARIA, N.; NOBRE, M. **Economia feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. Gênero e desigualdade. **Cadernos Sempreviva**. São Paulo: SOF, 1997.

OLIVEIRA, Maria S. Trabalho ou ajuda? O duro cotidiano das mulheres do Quandú. In: DUQUE, Ghislaine. **Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento**. UFPB: Ed. Universitária, 2002.

PACHECO, Maria E. L. A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. In: **Caderno de Textos do Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro, 2002.

PACHECO, Maria E. L. **Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e equidade de gênero**. São Paulo: Rede Mulher de Educação/FASE, 2001. disponível em <<http://www.redemulher.org.br/>> acesso em 12/09/2003.

PASTORE, Elenice. **Relações de gênero na agricultura ecológica: um estudo de caso na Região Serrana do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Dissertação de Mestrado)

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**. v.5 n.28, jan/fev. 1987.

PAULILO, Maria Ignez et al. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: **Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: **Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003-1. revista feminista é mais

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polany e Arendt. In: **I Seminário Internacional Mulheres no Meio Rural: Experiências e Perspectivas**. UNICAMP, 2005.

PAULILO, Maria Ignez. **Trabalho familiar**: uma categoria esquecida de análise. Florianópolis: UFSC, 2003-2.

PINTO, Céli R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PLATAFORMA BEIJING 95: um instrumento de ação para as mulheres - **ISIS**, 1996.

PORTELA, Ana Paula et all. **Mulher e trabalho na agricultura familiar**. Recife: SOS CORPO-Gênero e Cidadania, 2004.

PRESVELOU, Clio. Família, auto-suficiência alimentar e desenvolvimento. In: PRESVELOU, Clio et all. **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: UFSM, 1996.

PULEO, Alicia H. Ecofeminismo: hacia una redefinición filosófico-política de “naturaleza” e “ser humano”. In: AMOROS, Célia. **Feminismo y filosofía**. Madrid: Síntesis, 2000.

PULEO, Alicia H. **Feminismo y ecología**. Mujeres en Rede. disponível em <<http://www.suscribe.ecoportal.net>> acesso em 23/09/2003.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Cadernos de formação**: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis, 2004.

RIGON, Silvia do A. Presença da agroecologia na consolidação da segurança alimentar. In: **Agroecologia Hoje**. Botucatu: Agroecológica, 2002.

SAMPEDRO Gallego ,Rosário. Mujeres del campo: los conflictos de género como elemento de transformación social del mundo rural. In: LEÓN, M. A. G. (Org.). **El campo, la ciudad: sociedad rural y cambio en España**. Madrid: Ministerio de la Agricultura, 1996.

SANTOS, Luiz C. R. **Rede Ecovida de Agroecologia e certificação participativa em rede**: uma experiência de organização e certificação alternativa junto à agricultura ecológica familiar no sul do Brasil. Florianópolis: CEPAGRO/ECOVIDA/CNPQ, 2004.

SCHMIDT, Wilson. História da agricultura e a agricultura sustentável. In: **Oficina de consumidores e formadores em agroecologia**. Florianópolis: CEPAGRO/ECOVIDA, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 1995.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social**. Disponível em <www.agroeco.org.br> acesso em 21/02/2005.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para abordagem de políticas ambientais. In: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre: EMATER. v.1, n.1, jan/mar 2001.

SILIPRANDI, Emma. O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais. **Educação em debate**. v.2, n.44, 2002.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres rurais e políticas de desenvolvimento**: considerações a partir da extensão rural. Disponível em <<http://www.nead.org.br/>> acesso em 23/10/2003.

SILVESTRO, Milton L. et all. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/MDA, 2001.

SUAREZ, M.; LIBARDONI, M. **Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil**: uma perspectiva de gênero. IICA. Brasília: Ed. Independência, 2001.

SUPLICY, Marta. **Do altruísmo à participação nos centros decisórios**. Disponível em <<http://www.pt.org.br/>> acesso em 12/12/2004.

VIEZZER, Moema. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

VIEZZER, Moema (Coord.). **Mulheres, pragas e venenos**. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 1996.

WOORTMANN, Ellen. **Da complementaridade à dependência**: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste. Local: RBCS n. 18, fev. 1992.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

2 QUESTÕES ORIENTADORAS PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

2.1 Experimentação/ produção/comercialização

- 2.1.1 Porque e quando se interessou pela agroecologia?
- 2.1.2 Quem toma as decisões do que produzir?
- 2.1.3 Quem faz experimentações, introduz novidades e no que?
- 2.1.4 Como fazem com as sementes/mudas, quem faz, guarda/troca?
- 2.1.5 Quem planta, colhe e prepara os produtos?
- 2.1.6 De quem foi a idéia de fazer a feira?
- 2.1.7 Quem vem normalmente à feira trazer os produtos e vender. Desde o inicio era a mesma pessoa? Se mudou, qual o motivo?
- 2.1.8 Quantos produtos trazem à feira?
- 2.1.9 Quanto entra de recurso com a feira e o que representa em termos de renda total?
- 2.1.10 O que se faz com o dinheiro e quem faz?
- 2.1.11 Todos gostam e aprovam a atividade?
- 2.1.12 A agroecologia e a feira trouxeram mudanças nas relações de trabalho e pessoais na família? Na sua opinião melhorou ou piorou ao que era anteriormente?
- 2.1.13 Houve melhorias depois do inicio da feira e com a agroecologia
- 2.1.14 Qual a possibilidade de se afastar da feira

2.2 Formação

- 2.2.1 Participa de cursos/eventos? Quais? Se não participa, porque?
- 2.2.2 Como se sentiu participando, teve vergonha? Dificuldades? Acha que aprende?
- 2.3 Quem acessa e controla de recursos
 - 2.3.1 Maquinário, infra-estrutura, terra e animais.
 - 2.3.2 Tomada de crédito bancário
 - 2.3.3 Decisão de investimento
 - 2.3.4 Conta em banco
 - 2.3.5 Bloco de notas
 - 2.3.6 Carteira de motorista
 - 2.3.7 Viagens
 - 2.3.8 Filiação a associação/cooperativa